

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Em Busca da Utopia

As manifestações estudantis em Pernambuco

(1964 – 1968)

SIMONE TENÓRIO ROCHA E SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco , como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. **Carlos Alberto Miranda**.

Recife – PE

2002

SIMONE TENÓRIO ROCHA E SILVA

Em Busca da Utopia

As manifestações estudantis em Pernambuco
(1964 – 1968)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação do Prof. Dr. **Carlos Alberto Miranda.**

Recife – PE
2002

A todos que sonham com um mundo melhor.

“Ao construir suas histórias, os homens lhe atribuem significados, buscam sentidos, inventam fantasias, superam frustrações, retomam lembranças, equilibram-se entre a dor e o prazer, criando espaços também múltiplos, onde o viver e o conviver se relacionam. Nossa intenção é registrar momentos dessas histórias que, com certeza, serão como instantâneos de um certo tempo. Muitas histórias continuarão, ainda, ocultas, para serem reveladas.”

Antônio Paulo Rezende

AGRADECIMENTOS

Considero que a existência humana é uma existência de muitos. Por isso, sei que para chegar à construção final deste trabalho contei com a preciosa colaboração de inúmeras pessoas. Muitos foram os que contribuíram direta ou indiretamente neste caminhar. Citar nomes é sempre difícil, porque podemos esquecer alguém. Tentarei não ser injusta, mas, desde já, agradeço a todos que me deram apoio e incentivo e peço desculpas por uma possível omissão.

A conclusão desta dissertação é de imensa importância para mim. As incertezas sobre o tema, sobre os referenciais teóricos, e até mesmo sobre a minha capacidade em concluí-la, me acompanharam por toda a trajetória. Felizmente pude contar com palavras amigas, que me incentivaram a prosseguir. Uma delas foi a do meu orientador, professor Carlos Miranda, que acreditou no meu trabalho e muito contribuiu para a sua realização, dando sugestões e corrigindo cuidadosamente meu texto, com o carinho de que só um grande amigo é capaz, e a quem sinceramente agradeço.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História, pelo crescimento intelectual proporcionado. Não posso deixar de destacar a admiração que nutro pelos professores Antônio Paulo Rezende e Antônio Torres Montenegro. Eles foram de fundamental importância para que eu pudesse construir uma nova imagem sobre a História. Percebo que, a partir das aulas destes queridos mestres, meu olhar sobre nossa disciplina pôde vislumbrar planos antes imperceptíveis. Sinto-me privilegiada por ter sido aluna destes doutores na arte da poesia histórica.

Agradeço, também, à coordenação do Programa de Pós-Graduação, na pessoa de Socorro Ferraz, pelo rigoroso trabalho à frente da instituição, zelando para que ela continue com o excelente conceito que possui; às queridas Carmem, Luciane e demais funcionários do curso; e à CAPES, que me concedeu bolsa de estudos, sem a qual as dificuldades para realizar o presente trabalho teriam sido praticamente intransponíveis.

Quero expressar minha gratidão aos colegas de turma, pela amizade, sugestões e dicas preciosas — em especial a André, Elizângela e George; a Lúcia e Jailson, pela maravilhosa experiência teatral que realizamos juntos; e à turma adotiva com a qual tive a sorte de conviver: Ana Alice, Lucas, Alex, Daniel, pessoas maravilhosas, que com seus comentários pertinentes muito me auxiliaram — sem contar com o título de musa, que levantou o ego da ‘jovem’ colega.

Sou especialmente grata ao amigo Artur, pelas intermináveis discussões teóricas. Foucault, Castoriadis foram esmiuçados nas tardes ensolaradas de um outono quente.

Marcília e Marivaldo, funcionários do APEJE, foram extremamente solidários na busca de documentos do arquivo do DOPS que pudessem contribuir para a minha pesquisa; sem sua preciosa ajuda meu estudo ficaria comprometido.

Desejo registrar um agradecimento especial a minha mãe e tia Socorro, pelo amor que deu conforto e segurança nas horas difíceis; a meu pai, que participou intensamente de minhas pesquisas, colaborando com a filmagem dos jornais; e aos meus irmãos, pelo estímulo e preocupação com o andamento do meu trabalho.

Finalmente, meu profundo reconhecimento a Thiago e Gustavo, amores do coração, que souberam desculpar as ausências e preencher minhas poucas horas vagas com o carinho e o afeto que só os filhos podem nos oferecer; e ao companheiro Alexandre, pela compreensão e paciência com que soube escutar minhas dificuldades, procurando ajudar sempre.

RESUMO

A década de 1960 foi palco de inúmeras manifestações estudantis contra o *establishment*. Em vários países, os governantes foram surpreendidos por ondas de protestos contra o autoritarismo vigente nas sociedades industriais. A representação do mundo naquele momento era a de um mundo dividido entre dois blocos antagônicos, numa rivalidade prestes a explodir a qualquer momento. O clima era de engajamento em uma das duas frentes. E um segmento dos universitários preferiu o socialismo, mas não o ‘socialismo real’, que havia transformado o sonho de autonomia em um regime totalitário. Os jovens envolvidos nos protestos queriam viver numa sociedade sem injustiças, onde fosse possível ter prazer e ser livre.

As manifestações estudantis ocorridas nos países do Terceiro Mundo tiveram como base a luta contra o imperialismo, que era, então, responsabilizado pelos graves problemas desses países. Seduzidos pelas vitórias da Revolução Cubana e do povo vietnamita sobre os exércitos norte-americanos, os jovens de esquerda latino-americanos acreditaram que também poderiam lutar para derrotar o imperialismo em seus países e implantar o regime socialista. Este, no entanto, não era o projeto de toda a sociedade. E, para defender o *status quo*, vários golpes militares foram desfechados na América Latina. O sonho dos estudantes de esquerda de implantar o socialismo em seus países tinha agora um obstáculo a mais, a derrubada das ditaduras militares implantadas sob a aquiescência dos EUA.

No Brasil, após o instalação do Regime Militar, em 1964, dois projetos passaram a se defrontar pela conquista da massa estudantil: o dos jovens de

esquerda, interessados em derrubar a ditadura militar e implantar um regime socialista no país; e o dos universitários de direita, que defendiam a 'Revolução de 31 de Março'. A atuação governamental, entretanto, levou ao descontentamento de muitos setores da sociedade, favorecendo o predomínio do projeto político dos estudantes de esquerda. O Movimento Estudantil passou a coordenar a oposição à ditadura, promovendo passeatas, comícios, greves etc.

Em Pernambuco, multiplicaram-se as manifestações estudantis com caráter nitidamente contestador ao Regime Militar. A maioria das ações atraiu violenta repressão policial, o que repercutiu intensamente na imprensa. Parte da sociedade pernambucana passou a apoiar e a aderir ao chamado estudantil para novas manifestações. Com esse apoio, houve um recrudescimento das manifestações – não só no Recife, mas também em muitas outras cidades brasileiras – que passaram a ser encaradas como uma ameaça ao governo instituído, que tomou uma série de medidas para impedi-las, culminando com a decretação do AI- 5, em 13 de dezembro de 1968.

INTRODUÇÃO: Revolução, a palavra de ordem.....	8
A construção do conceito.....	10
Práticas históricas quebrando dogmas.....	13
Estudantes e revolucionários.....	16
CAPÍTULO 1: Os desvairados anos sessenta.....	20
1.1. Um mundo polarizado.....	21
A conjuntura econômica da década de 1960.....	21
Os anos de sombra.....	24
1.2. Brasil anos 60: Deus e o diabo na terra do sol.....	28
A ameaça comunista.....	28
Os militares e o poder.....	33
O governo Castelo Branco e o crescimento da oposição	35
O período de governo de Costa e Silva	40
A esquerda se reorganiza (1964-1968).....	43
1.3. A cultura da revolução.....	48
CAPÍTULO 2: Quem sabe faz a hora	55
2.1. O Movimento Estudantil.....	57
2.2. A revolução que tanto amamos.....	65
2.3. A política educacional do Governo Militar.....	69
2.4. As manifestações estudantis e a consolidação do discurso de esquerda.....	80
2.5. O mito do complô	98
CAPÍTULO 3: Assim é se lhe parece.....	103
3.1. E a aliança se desfez.....	109
3.2. Quando dois projetos se defrontam.....	120
3.3. O que fazer?.....	143
Considerações Finais.....	148
Referências Bibliográficas.....	152
Fontes.....	160
Anexos.....	162

Revolução, a palavra de ordem

A escolha do tema desta dissertação surgiu da leitura de depoimentos de estudantes que participaram do Movimento Estudantil (ME) de oposição à Ditadura Militar, que se instalou no Brasil em 1964. À medida que líamos os textos, íamos compondo as cenas dos protestos e nos encantando ante a imagem produzida: jovens idealistas enfrentando as forças policiais num combate desigual e, por isso mesmo, fascinante.

Seduzidas por esta representação, acalentamos o sonho de empreender um estudo acerca dessas manifestações. Questionávamos se somente os problemas estruturais brasileiros poderiam ser responsabilizados pela radicalização alcançada pelo Movimento Estudantil. Fazendo um paralelo com nossos dias, percebemos que grande parte dos problemas daquela época permanecem hoje sem solução. Ainda assim, os universitários não se dispõem a sair às ruas lutando para a instalação de um regime capaz de resolvê-los.

Tomando de empréstimo a análise de Foucault¹, de que cada época define seus critérios de verdade com que seus contemporâneos se armam para conhecer o mundo em que vivem, iniciamos o estudo da conjuntura histórica do período. Percebemos que, naqueles tempos, o desejo de revolução era norteador

das práticas sociais. Tanto na cultura como na política este tema era constante. As preocupações giravam em torno de que revolução deveria ser desencadeada, quando, com que tática e sob que paradigma.

Nesse contexto, os protestos dos estudantes aparecem fortemente imbricados com este ideal, que nos parece ser a motivação maior das manifestações. Sendo filho de seu tempo, o Movimento Estudantil não poderia deixar de ser instituído e de instituir² o imaginário social de seu momento histórico.

A partir destas prévias observações, pudemos definir o objetivo básico de nosso trabalho: estudar as manifestações estudantis em Pernambuco, buscando elucidar as motivações que conduziram muitos estudantes a acreditar que poderiam liderar o movimento que derrubaria o Regime Militar.

Nesses tempos de descrenças e desesperanças, o tema proposto descortina anos de profundo encantamento com o futuro. Acreditava-se que este seria paradisíaco e o caminho para isso começava a ser trilhado; que o capitalismo amargava seus estertores, pois o período de estagnação que atravessava parecia irreversível. E os estudantes pensavam poder liderar o processo de transformação social. A revolução despertava as fantasias, os medos, as (in) certezas e projetava os jovens fortes como titãs.

Não pretendemos que a revolução fosse um conceito homogêneo, nem um consenso entre os que fizeram o Movimento Estudantil, entre os anos de 1964 a 1968. Os significados do termo eram múltiplos, por vezes contraditórios, e acarretavam inúmeras divisões. Isto não diminui o fascínio que exercia sobre seus partidários. Em nossas reflexões, consideramos que esse fascínio empurrava os estudantes para a ação. A tarefa imediata, segundo a crença da esquerda, era a preparação da massa para lutar pelo socialismo, que estava prestes a ser instalado. A teoria buscava subjugar o processo histórico para que ele ocorresse tal qual imaginado.

¹ Machado, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro, Graal, 1982, p. 157.

² Conceitos baseados em Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

Consideramos que essa utopia era fruto dos ideais da modernidade, da crença no racionalismo, que previa que o desenvolvimento da ciência e da técnica conduziria ao bem estar da humanidade. Esta teoria foi fortalecida pelo materialismo histórico, que descobrira a lei que fazia a história se mover. De posse desse trunfo, seria possível guiar o destino da humanidade no sentido do progresso. Conseguiriam construir uma sociedade inteiramente nova, completamente distinta da anterior. Como propõe Antônio Paulo Rezende, “A ilusão do novo absoluto, totalmente desvinculado de qualquer referência histórica anterior faz parte das mistificações do moderno. Na verdade, entre o desejo de ruptura e a sua realização existem dificuldades imensas.”³ O encanto produzido por essa ilusão apagava as incertezas e alargava o desejo de engajamento nos movimentos que projetavam transformações.

Nessa conjuntura, o conceito marxista de revolução recebeu muitas adesões. Nos dedicaremos a seguir a estudar como este conceito foi elaborado.

1. A construção do conceito

Com a Revolução Francesa de 1789, o Ocidente se deslumbrou com a possibilidade de transformar o mundo. Nacionalistas, liberais, socialistas e anarquistas sonharam durante todo o século XIX com a revolução. Claro está que cada grupo tinha um projeto próprio de sociedade a implantar, mas a via revolucionária era comum a todos.

O termo revolução – emprestado da astronomia, onde significava movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas – era utilizado inicialmente com o sentido de restauração. “As revoluções dos séculos XVII e XVIII que, para nós, parecem mostrar todos os indícios de um novo espírito da Idade Moderna, pretenderam ser apenas restaurações.”⁴ O sentido que damos hoje ao

³ Rezende, Antonio Paulo. *(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife, FUNDARPE, 1997, p.119.

⁴ Arendt, Hannah. *Da revolução*. São Paulo, Ática, 1990, pp.34-35.

termo só seria elaborado em 1848, quando Marx e Engels publicaram o *Manifesto do Partido Comunista*. A partir daí o termo revolução ganhou outro significado, e acabou por tomar um sentido oposto ao inicial.

Marx e Engels empregam o conceito para denominar uma ruptura violenta com a sociedade, que marcaria o início de uma fase nova, desligada da anterior. No *Manifesto*, afirmam que os objetivos comunistas de uma sociedade igual “só serão alcançados pela liquidação violenta de toda ordem social até aqui existente”.⁵ A revolução transforma-se no meio pelo qual a classe operária tomará o poder e redimirá a humanidade.

No entanto, esta concepção sofreria um revés com a derrota da Comuna de Paris e os sucessos eleitorais do proletariado alemão. Nas teses da II Internacional (1889), constata-se uma defesa da idéia de uma via reformista para o socialismo. Esta tendência tornou-se dominante, mas não era consensual. Logo Rosa de Luxemburgo e Lênin radicalizaram o debate, reforçando a impossibilidade de se chegar ao socialismo via reforma.

Rosa insistia que o ponto de partida da revolução seria uma crise geral e catastrófica do capitalismo⁶, o que os socialdemocratas julgavam que não aconteceria. Para eles, “os velhos regimes sacudidos por grandes convulsões foram capazes de resistir às ofensivas revolucionárias”.⁷ No entanto, Rosa enfatizava que “é impossível transformar as relações fundamentais da sociedade capitalista, que são as de dominação de uma coisa por outra, com reformas legais que respeitarão o seu fundamento burguês.”⁸

Seguindo este ideário, Lênin defendia a necessidade de uma ruptura violenta com a sociedade para a implantação do socialismo. Ele combatia veementemente os reformistas e afirmava que “a emancipação da classe operária é impossível, não só sem uma revolução violenta, mas ainda sem a supressão do aparelho do poder do Estado que foi criado pela classe dominante”.⁹

⁵ Marx & Engels. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa, Editorial Avante, 1975, p. 103.

⁶ Esta visão, cara aos comunistas, retira a força revolucionária da teoria marxista, transformando-a em uma mera teoria de evolução dos modos de produção.

⁷ Garcia, Marco Aurélio. ‘Reforma e revolução’. *Revista brasileira de história*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 10(20): 31, mar-ago 1990.

⁸ Luxemburgo, Rosa. *Reforma ou revolução?* Lisboa, Editorial Estampa, 1970, p. 99.

⁹ Lênin, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. Porto, Vale Formoso, 1970, p. 10.

Mesmo sendo minoria no cenário socialdemocrata europeu, foram as teses de Rosa e Lênin que se consagraram com a vitória da Revolução Russa. Isso levou ao descrédito a tese da reforma. As propostas de Lênin foram legitimadas pela prática histórica. “A revolução consiste nisto: o proletariado destrói o ‘aparelho administrativo’ e o aparelho de Estado completo para o substituir por um novo, que é constituído pelos operários armados.”¹⁰ Neste sentido, afirmava que a revolução é essencialmente autoritária, pois ela “é um ato pelo qual uma parte da população impõe a outra parte a sua vontade, com golpes de baioneta (...) Forçoso é para o partido vencedor manter o seu domínio pelo medo que suas armas inspiram.”¹¹

Esta seria a fórmula do sucesso! Se seguida nas doses e momentos recomendados levaria, sem a menor dúvida, ao socialismo. Temos estabelecida a forma de tomar o poder e a maneira como mantê-lo após a vitória. A ‘ditadura do proletariado’, durante o período de transição entre o capitalismo e o comunismo, deveria ser democrática para a maioria e repressora para a minoria. Só quando os opositores fossem vencidos e as pessoas tivessem se habituado a “observar as condições da vida em sociedade sem violência e sem submissão”¹² é que o Estado poderia ser extinto e o comunismo efetivado.

Em seu trabalho, Marco A. Garcia afirma que o modelo de revolução paradigmático do século XX resultou “de um duplo e contraditório movimento: de uma derrota e de uma vitória. A derrota da socialdemocracia e a vitória da Revolução Russa”.¹³ Lênin somou a este paradigma o da imperiosa necessidade de um partido de vanguarda, que teria a missão de despertar o operariado para a sua gloriosa função de redimir a humanidade. Sem educação política, os proletários não conseguiriam superar a fase da luta sindical, da negociação por reformas que só beneficiariam eles e seus filhos, mas não as remotas gerações futuras.¹⁴

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 131.

¹¹ Id, *ibid*, p. 71.

¹² Id., *ibid.*, p. 94.

¹³ Garcia, Marco Aurélio. Op. cit., p. 13.

¹⁴ Lênin, Vladimir I. *Que fazer?* São Paulo, Hucitec, 1978, p. 29.

Esta concepção de uma revolução liderada pelos operários e iluminada pela vanguarda do Partido se instituiu num verdadeiro dogma para a esquerda. Era a sua profissão de fé socialista.

2. Práticas históricas quebrando dogmas

A concepção dogmática de revolução, erigida sobre a base da vitória bolchevique, se viu abalada pelas guerras chinesa e cubana, que se desenrolaram sem seguir o modelo soviético e até mesmo sem o seu apoio. O processo histórico desencadeado nesses países concorreu para que se acreditasse em outras táticas revolucionárias possíveis. Essas novas vias norteariam o surgimento de muitas organizações de esquerda nos anos 60.

Para implantar a República Popular da China, em 1949, Mao-Tsé-Tung contou com a força dos camponeses pobres e não dos operários, como previa o conceito clássico. Os chineses empreenderam uma “ guerra de longa duração, cerco das cidades pelo campo, progressão lenta do poder local ao central”.¹⁵ Surgia um novo modelo de revolução, a “agrária baseada no campesinato utilizando como instrumento orgânico fundamental o Exército Popular de Libertação (EPL) [que] não estava prevista em nenhum modelo ocidental .”¹⁶

Em muitos países subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina, grupos de esquerda passaram a reverenciar o modelo chinês, como o único viável para a realidade dos países em que a industrialização incipiente não teria criado um proletariado forte, capaz de dirigir a guerra revolucionária com vistas à implantação do regime socialista. Concluía-se ser possível vencer o capitalismo via campo, não sendo necessário esperar que a classe operária se fortalecesse e se tornasse apta para assumir o seu lugar de comando.

¹⁵ Reis Filho, Daniel Aarão. *A Revolução Chinesa*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 106.

¹⁶ Idem, p. 107.

Com a vitória da Revolução Cubana, em 1959, se consolidou mais uma via para o socialismo. Referindo-se a Cuba, De Decca observa que sua revolução, através de uma via não ortodoxa, “acabou por exigir uma reinterpretação teórica das possibilidades revolucionárias em países terceiro-mundistas”.¹⁷ Ela consagrou a teoria do foco guerrilheiro – que ficou conhecida por ‘foquismo’ – como meio eficaz para a tomada do poder. Che Guevara assim o explica:

A guerra de guerrilhas (...) deve iniciar-se como uma tarefa conspirativa, isolada da ação do povo e reduzida a um pequeno núcleo de iniciados, (...) Se o movimento guerrilheiro nasce pela ação espontânea de um grupo de indivíduos que reagem contra um método de coerção qualquer, é possível que não necessite outra condição que a organização posterior desse núcleo guerrilheiro para impedir seu aniquilamento.¹⁸

Na avaliação de Che o exemplo cubano trouxera muitas lições, entre as quais as de que as forças populares podiam ganhar uma guerra contra o exército; que não era preciso esperar que se desenvolvessem todas as condições para a revolução, uma vez que o foco insurrecional poderia criá-las; e que na América subdesenvolvida o campo era o terreno ideal para o desencadeamento da luta armada.¹⁹

A experiência cubana seduziu uma geração que mitificou Fidel Castro e Che Guevara. Muitos se desligaram dos partidos comunistas tradicionais, que vinham adotando uma visão legalista da luta pelo poder, insistindo na via pacífica para o socialismo. Esta tendência dos PCs era, em parte, baseada no momento político mundial, que consagrara a política de ‘coexistência pacífica’ entre os EUA e a URSS. A América Latina deveria permanecer como área de influência norte-americana. A orientação soviética para os comunistas da região

¹⁷ De Decca, Edgar. ‘A revolução acabou’. *Revista brasileira de história*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 10(20): 67, mar-ago 1990.

¹⁸ Guevara, Ernesto Che. *A guerra de guerrilhas*. Edições Populares, São Paulo, 1980, p. 97.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 13.

era que se aliassem com a burguesia nacional, visando desenvolver o capitalismo nacional, como uma primeira etapa para a implantação do socialismo.²⁰

Uma parcela de jovens militantes de esquerda, descrente do reformismo, abraçou o ‘foquismo’, que consagrava o princípio que mais tarde Geraldo Vandré sintetizaria em um refrão: “quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Era possível vencer o imperialismo, pois Cuba o fizera. As palavras de Che Guevara, de que era preciso criar muitos Vietnãs na América Latina, ecoaram como uma convocação entre a juventude. Nem mesmo seu assassinato nas serras bolivianas, em 1967, desencantou os guerrilheiros que pegaram em armas para realizar a revolução continental.²¹

Outra fonte de inspiração para os revolucionários do continente americano, nos anos sessenta, foi a Guerra do Vietnã. O povo vietnamita vinha vencendo importantes batalhas contra o exército americano, considerado o mais poderoso do mundo. Esta guerra contribuía para sustentar a crença de que o socialismo estava se espalhando, havia chegado a hora deste modo de produção triunfar sobre o capitalismo.

Os líderes estudantis de esquerda no Brasil estavam fascinados por esses exemplos revolucionários. A julgar por seus discursos, a certeza de que um novo tempo estava sendo gestado e por suas mãos se efetivaria era generalizada. Essa paixão pela revolução contagiou muitos, que se convenceram da justeza da luta e da certeza de sua vitória, o que fez crescer as fileiras do ME de esquerda no Brasil, no período em questão.

O discurso dos líderes estudantis de direita, aliados ao governo militar, não teve efeito entre a massa estudantil. Cada vez mais os militares eram identificados como os representantes da opressão. Esses estudantes democratas, como se autodenominavam, não estavam, como diria Foucault, “no verdadeiro” do discurso de sua época. Os acontecimentos colocavam o discurso dos líderes de esquerda ‘no verdadeiro’ e suas proposições pareciam exatas.²²

²⁰ Valadares, Eduardo & Berbel, Márcia. *As revoluções do século XX*. São Paulo, Scipione, 1994, p. 82.

²¹ Paes, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo, Ática, 1995, p.28.

²² Foucault, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 1998, p.35.

3. Estudantes e Revolucionários

Nos anos 60, Hebert Marcuse propôs um novo olhar sobre a sociedade industrial moderna. Segundo ele, esta sociedade era extremamente autoritária e pretendia justificar-se através de um discurso técnico e científico, quando era altamente ideológica. Buscava imprimir na população valores e crenças que lhes retiravam a liberdade íntima, a ponto de formar um homem unidimensional. No entanto, a classe média começava a despertar e perceber que se encontrava subjugada. Percebia-se completamente dominada pelos ideais consumistas e passava a compreender a necessidade de libertar-se. Os sintomas desse processo seriam as rebeliões estudantis, o movimento *hippie* e a nova esquerda. Estes eram sinais de que se formava o embrião de uma nova classe revolucionária.²³

Essa procura por uma nova classe capaz de liderar a revolução surgia das avaliações segundo as quais os trabalhadores estavam por demais integrados ao sistema para contestá-lo. A melhoria de seu nível de vida tornara-os acomodados. Para Marcuse, a fase mais alta do capitalismo, ao contrário das previsões de Marx, correspondia a um declínio do potencial revolucionário do operariado:

O nível de produtividade que Marx projetou para a construção da sociedade socialista já foi há muito tempo atingido pelos países capitalistas tecnicamente mais avançados e é precisamente essa realização (a sociedade de consumo) que serve para sustentar as relações de produção capitalistas, para garantir o apoio popular e desacreditar a lógica do socialismo.²⁴

²³ Marcuse, Hebert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973, pp. 18-19.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.13.

Portanto, as condições objetivas para o desencadeamento da revolução socialista estavam dadas, faltando as subjetivas. Só um novo grupo revolucionário poderia desenvolvê-las.

O advento das rebeliões estudantis de 1968, ocorridas em vários países, fez com que Marcuse passasse a considerar os estudantes como “um dos elementos decisivos do mundo atual; não uma força imediatamente revolucionária, (...) mas um fator entre aqueles que poderiam um dia, mais facilmente, transformar-se numa força revolucionária”.²⁵

Compactuando com esta teoria, Bresser Pereira escreveu um trabalho intitulado *A revolução estudantil*, com o objetivo de comprovar a tese segundo a qual “a revolução de nosso tempo é a revolução estudantil, ou melhor, é a revolução dos estudantes e dos intelectuais não-comprometidos.”²⁶ Considerava que os estudantes eram um segmento notoriamente insatisfeito, na medida em que tinham uma visão crítica da sociedade e sabiam que corriam o risco de não serem aproveitados pelo sistema econômico após a conclusão de seus estudos. Para o autor, isso os tornava ainda mais propensos à revolta.

Propomos que as análises que representavam o estudante como uma camada que teria um papel fundamental dentro do processo revolucionário, eram instituídas pelo momento histórico vivido. No Brasil, como em outros países, o Movimento Estudantil se radicalizou nos anos sessenta. A Ditadura Militar, impedindo as vias legais de oposição, contribuiu para que setores descontentes da população aderissem ao ME, fortalecendo-o.

Dentro do propósito de estudar as motivações dessa intensificação das manifestações estudantis, no capítulo 1 pretendemos mostrar o contexto polarizado do período, marcado pela Guerra Fria, que projetava a imagem de que havia exclusivamente duas vias de desenvolvimento para as sociedades: a capitalista e a socialista, as quais, sendo incompatíveis, não poderiam coexistir. Esta polarização seria sentida inclusive no campo das artes, que – como

²⁵ Marcuse, Hebert. *O Fim da Utopia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 51.

²⁶ Pereira, Luís Carlos Bresser. *As revoluções utópicas: A revolução política na Igreja. A revolução estudantil*. Petrópolis, Vozes, 1979, p.84. Bresser define a categoria dos “intelectuais não-comprometidos” como artistas e estudantes recém formados desempregados ou semi-empregados, que ainda não se integraram ao processo de produção.

propunha o Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) – deveriam ser instrumento de educação política do povo, despertando seu senso crítico, para que seus opressores fossem desmascarados e aliçados do poder. As idéias iluministas, instituintes da modernidade, são formadoras desse discurso. As vanguardas iluminariam as massas para que estas retirassem os déspotas do poder, inaugurando uma sociedade onde o progresso concorreria para o bem comum da humanidade.

No capítulo 2, serão estudadas as reivindicações e ações estudantis, enfocando-se que, na luta pelas reivindicações de reformas na Universidade, as ações e reações do governo às manifestações estudantis foram contribuindo para fortalecer a esquerda do movimento e para despertar uma simpatia popular a ele. Com o recrudescimento da repressão, os protestos tenderam a uma radicalização e a simpatia cedeu lugar a uma adesão popular, em muitos dos atos de protesto promovidos pelos universitários. O próprio envolvimento nas ações – num momento em que o país vivia num regime fechado, com a oposição legal proibida – contribuiu para a construção da imagem de que ao estudante caberia a vanguarda da revolução, como podem atestar alguns panfletos e jornais estudantis. Observamos que esta visão não era compartilhada pelos partidos e organizações de esquerda que pretendiam conduzir o ME. Para estes os estudantes eram uma força auxiliar, não confiável, por seu caráter de classe média, cabendo a liderança da revolução à classe operária, vanguardada pelo partido.

O papel da imprensa na construção do imaginário revolucionário estudantil será o objeto de discussão do terceiro capítulo. Aí será estudado como a repercussão das ações estudantis na imprensa possibilitou o fortalecimento e radicalização do ME; a adesão popular a esse movimento; e o sentimento, entre os militares, de que a ordem fugia ao controle das Forças Armadas, então no poder. Essa conjuntura conduziu as organizações de esquerda a avaliarem positivamente o momento para a deflagração da luta armada contra o regime militar. No bojo desses acontecimentos, a censura à imprensa, que passou a

divulgar somente as notícias autorizadas pelo governo, facilitou a difusão do discurso militar e a posterior decretação do AI-5.

Esperamos poder contribuir para incrementar o debate sobre esse período da história recente do país, mantendo acesa a chama do debate e evidenciando a necessidade de novos olhares sobre o tema proposto.

Os desvairados anos sessenta²⁷

Desde o momento em que a palavra, mesmo não pronunciada, abre uma brecha, o mundo e os outros infiltram-se por todos os lados, a consciência é inundada pela torrente das significações, que vem, se assim podemos dizer, não do exterior e sim do interior. (...) A existência humana é uma existência de muitos.²⁸

Refletir sobre o momento vivido pelos estudantes de Pernambuco torna-se tarefa importante para o nosso projeto. Entendemos que o contexto histórico é fundamental para a constituição do imaginário social de uma época, já que o pensamento herdado se liga com o mundo que o produz e que ele ajuda a produzir²⁹. Mas entendemos que a história não determina os pensamentos e as ações. Se assim fosse, nos assemelharíamos a marionetes. Segundo Castoriadis, o homem pode dar soluções diferentes para as mesmas situações. Neste sentido a história afigura-se como o reino da criação.

Sendo assim, pensamos que o social-histórico tem um peso fundamental, mas não determinante, para a construção das mentalidades de um período. Daí a necessidade de estudá-lo. Só a partir da compreensão do ambiente em que os

²⁷ Expressão utilizada por Eric Hobsbawm para denominar a década de 1960. In *A era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 315.

²⁸ Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pp. 128 e 130.

²⁹ Os conceitos formulados neste parágrafo baseiam-se em Castoriadis. Ver op. cit., pp. 12- 68.

estudantes viveram acreditamos ser possível ter algum entendimento sobre a sua forma de pensar e de agir.

1.1. Um Mundo Polarizado

O inimigo é o próprio sistema comunista – implacável, insaciável, incessante em sua corrida para a dominação mundial[. . .] Não é uma luta por supremacia de armas apenas. É também uma luta pela supremacia entre duas ideologias conflitantes: a liberdade sob Deus *versus* a tirania brutal e atéia. Walker³⁰

A conjuntura econômica da década de 1960

Tanto os países capitalistas como os socialistas viveram na década de sessenta uma fase de prosperidade econômica que havia se iniciado no pós-guerra. Hobsbawm descreve esse período como a ‘era de ouro do século XX’³¹. Há um grande crescimento da produção agrícola e industrial acompanhado do aumento de volume no comércio mundial de produtos manufaturados.

Esse *boom* econômico foi possibilitado pela reforma nas economias ocidentais empreendida após a II Guerra Mundial. Para evitar o colapso que sucedeu a I Guerra Mundial, os países desenvolvidos empreenderam uma política de economia mista, onde o Estado assumiu o papel de planejar e administrar a modernização econômica, copiando o modelo que resultara positivo nos países socialistas. Houve uma preocupação com o pleno emprego e um vultuoso

³⁰ Apud Hobsbawm, Eric. Op. cit., p. 229.

³¹ Idem, ibidem, p. 255.

investimento na seguridade social e previdenciária, o que iria proporcionar o chamado ‘Estado de bem estar social’, que visava esvaziar o discurso de esquerda, possibilitando frear a expansão do poder da URSS.

De fato, a renda dos operários nos países desenvolvidos cresceu bastante. Seu padrão de vida tornou-se invejável para os povos que viviam nos países de economia periférica. Conquistar os mesmos benefícios alcançados pelos trabalhadores do Primeiro Mundo passou a ser o objeto de desejo dos habitantes dos Estados subdesenvolvidos. Visando atingir tal objetivo, foram gestadas as teorias desenvolvimentistas, voltadas para a modernização, como meio de se conquistar o progresso. Acreditava-se que por esta via se alcançaria o mesmo nível de renda obtido pelos trabalhadores dos países de capitalismo avançado.³²

Nesse período, as empresas – baseadas num país, mas operando em vários outros – passaram a expandir suas atividades, realizando uma interligação entre os países. Esse fenômeno das multinacionais foi estimulado, em parte, pela dificuldade de conciliar o crescimento econômico com os objetivos políticos de pleno emprego, salários altos e previdência social. Assim, estas empresas se transferiram para locais de mão-de-obra barata, sem as mesmas exigências protecionistas em relação aos operários.

Essa ligação proporcionada pelas multinacionais alargou a distância entre os países desenvolvidos e os países do Terceiro Mundo, ao promover uma concentração e polarização da renda. Embasados nas teorias desenvolvimentistas, alguns dirigentes de países periféricos acreditavam que com a implantação dessas indústrias estariam fazendo decolar o progresso industrial em seus Estados.³³

No entanto, longe de ser unanimidade, essa expansão das multinacionais suscitou muita oposição. A bandeira do nacionalismo foi desfraldada. Denunciava-se a perda da soberania dos Estados representada pela instalação dessas empresas. Os nacionalistas almejavam o crescimento industrial como forma de desenvolver o seu país, desde que fosse fundado sobre base nacional.

³² Id, ibidem, p. 259

³³ Paes, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. São Paulo, Ática, 1995, pp. 12-13.

Segundo as interpretações da época, a dependência econômica era responsável pelos problemas estruturais dos países periféricos. A implantação das transnacionais representaria a perpetuação do subdesenvolvimento.³⁴

O clima de prosperidade atingido pelos países ricos parecia demonstrar que não havia mais espaço para a difusão dos ideais da esquerda. No entanto, em fins da década de 1960, houve uma explosão do radicalismo estudantil, o que surpreendeu os governantes destes países. Estes julgavam ter erradicado o germe da oposição de seus domínios. Para eles, o *boom* tecnológico do pós-guerra, que disponibilizara bens e serviços para o mercado de massa, traria consigo uma satisfação social. Afinal, o que antes era considerado luxo tomara-se acessível pela expansão do crédito.³⁵ Mas esses protestos ocorridos no mundo capitalista se opunham, justamente, a esse ‘Estado de bem estar social’, que incutira no ser humano o consumismo como um bem supremo, eliminando sua capacidade crítica e instituindo a falta de liberdade confortável.³⁶ Embora os bens de consumo estivessem acessíveis a grande parcela da população, a inquietação permanecia. A exploração dos países do Terceiro Mundo, a devastação do meio ambiente e o uso do progresso científico para disseminar a opressão desagradavam a muitos.³⁷

³⁴ Idem, *ibidem*, pp. 31-39.

³⁵ Essas análises, de Hobsbawm, referem-se aos países de economia estável.

³⁶ Como já visto na Introdução deste trabalho, essas críticas da Nova Esquerda baseavam-se nas teorias de Hebert Marcuse, conhecido, então, como o guru dos jovens revolucionários.

³⁷ Matos, Olgária. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 49-55.

Os anos de sombra

Após a Segunda Guerra Mundial, acordos de cúpula entre Roosevelt, Stalin e Churchill³⁸ demarcaram os territórios europeus e americanos que deveriam ser área de influência de cada um. Atravessando um processo de descolonização, a Ásia e a África não puderam entrar nesses acordos, tornando-se o local onde as duas superpotências, EUA e URSS, continuaram a competir por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, o que determinou a ocorrência de conflitos armados, mesmo que indiretos, entre os dois países.³⁹

Segundo Hobsbawm, o “tom apocalíptico da Guerra Fria” se originou nos Estados Unidos. A questão não era bem a ameaça de dominação comunista, mas a manutenção da supremacia norte-americana. Conclui-se que o que estava em jogo era a disputa pela hegemonia mundial.

Após o fim da Segunda Guerra, os dirigentes capitalistas acreditavam que o futuro da sociedade liberal estava comprometido. Muitos esperavam acontecer uma crise econômica semelhante à ocorrida após o fim da Primeira Guerra Mundial, o que tornaria os povos mais propensos a aderir ao discurso da revolução social e mais sensíveis ao apelo de políticas econômicas incompatíveis com o sistema de livre mercado. Consideravam que os comunistas haviam saído da guerra fortalecidos, pois, apesar de terem sido arrasados na I Guerra, recuperaram-se e conseguiram empreender uma das maiores derrotas ao exército alemão.

Nessa conjuntura, houve toda uma preocupação com o fortalecimento econômico no mundo capitalista, que resultou no boom do pós-guerra, como visto anteriormente. Mas, para Hobsbawm, a URSS não demonstrava ter o propósito expansionista, tendo desmobilizado sua tropa logo após o término do

³⁸ Respectivamente chefes de governo dos EUA, URSS e Inglaterra.

³⁹ Hobsbawm, Eric. Op. cit., p. 225.

conflito. Não podia representar perigo imediato, pois sua economia ficara destruída com os esforços de guerra.⁴⁰

No intuito de obter capital necessário para manter a política norte-americana, o presidente procurou tornar convincente o discurso do perigo iminente de uma dominação do mundo pela “tirania brutal e atéia”. Foi da intenção dos EUA de se tornarem a única potência mundial que surgiu o tom apocalíptico da Guerra Fria, como analisa Hobsbawm.

Desde então, representava-se o mundo a partir desta bipolarização: o Leste, sob o domínio soviético, queria fazer avançar o socialismo; o Oeste, sob a liderança norte-americana, tinha como missão combater esse avanço. Nesse clima de tensão, o equilíbrio era mantido pela posse de armamentos nucleares. O mundo poderia ser, a qualquer momento, devastado por estas perigosas armas. Eram dias tensos, em que qualquer desentendimento entre as duas potências deixava as pessoas sobressaltadas. O caso da instalação de mísseis soviéticos em Cuba, em 1962, por exemplo, trouxe ao mundo o temor de se ter chegado ao final dos tempos.

A Guerra Fria teve seu auge nos anos 50, mas recrudescer na América com a Revolução Cubana. O grupo de revolucionários, liderado por Fidel Castro, expulsou o ditador Fulgêncio Batista do poder e promoveu reformas que levaram Cuba a estabelecer o regime socialista em seu país. Nascia o socialismo na área determinada a ser liderada pela democracia cristã.⁴¹

A Revolução Cubana povoou o imaginário da esquerda. Nesse contexto, surgiram as análises que responsabilizavam o imperialismo norte-americano pelo subdesenvolvimento da América Latina, tornando o exemplo cubano um modelo a ser seguido.

Influenciados por esta nova leitura acerca das causas do subdesenvolvimento dos países latino-americanos, alguns dirigentes tentaram promover um desenvolvimento autônomo e nacionalista. Esbarraram, entretanto, nos interesses dos grupos multinacionais. Era o momento em que se processava a internacionalização da economia e o nacionalismo passou a ser percebido como

⁴⁰ Idem, *ibidem*, pp. 228-244.

um desafio ao poderio norte-americano. Relacionado aos ideais comunistas angariou forte oposição, em nome da preservação da “liberdade sob Deus” e os Estados Unidos.

A década de 1960 seria marcada por inúmeros conflitos na América Latina. Por um lado, a mobilização nacionalista – baseada na teoria de que só por meio de uma economia nacional os países poderiam chegar ao almejado ‘Estado de bem estar social’, alcançado nos países de capitalismo avançado. Por outro, a organização da esquerda – firmada no exemplo cubano de que era possível vencer os EUA e implantar uma sociedade socialista. Ambas as lutas representavam uma ameaça aos planos do capital multinacional, o que possibilitou uma ampliação da propaganda contra o perigo vermelho, que já conquistara Cuba e pretendia se espalhar no continente. O conflito de interesses era representado como uma Guerra Santa entre o mundo cristão e o mundo ateu.

No continente africano, convulsionado pelas guerras de independência, a bipolaridade EUA *versus* URSS coloriu as lutas de libertação, chegando as duas superpotências a se enfrentar no Congo.⁴²

Em todo o sudoeste asiático, a bipolaridade dividia internamente os países e a guerra civil tomou conta da região. O conflito de maior proporção foi o do Vietnã. Em 1964, o país estava dividido: o Norte socialista sob a liderança de Ho-Chi-Minh e o Sul com um governo garantido pelos EUA. No Sul, várias oposições, reunidas na Frente de Libertação Nacional, impuseram uma série de derrotas ao governo de Saigon, com o objetivo de se unir ao governo do Norte. Para reverter a situação, em 1964, os EUA atacaram o Vietnã do Norte, que em represália desembarcou suas tropas no Sul, em 1965. A guerra recrudescceu e em janeiro de 1968, na ofensiva do Tet (ano lunar), os vietnamitas imprimiram uma grande derrota ao exército americano. Mas só em 1975 conseguiram a vitória. Do episódio ficou a leitura de que uma pobre nação asiática conseguira derrotar a mais rica do mundo.⁴³

⁴¹ Gorender, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998, pp. 90-91.

⁴² Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., 1995, p. 18.

⁴³ Idem, ibidem, pp. 18-20.

Todas essas guerras na Ásia, África e na América Latina (surgiram guerrilhas na Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru, inspiradas em parte no ‘foquismo’)⁴⁴ deram um tom beligerante e extremamente violento aos anos 1960, além de terem possibilitado cisões nos blocos capitalista e socialista.

No Ocidente, a França contestou as posições dos EUA, que também sofreram críticas entre seus cidadãos. Os norte-americanos promoveram protestos violentos contra a intervenção do seu país no Vietnã. Em todas as partes do mundo surgiram protestos veementes contra essa guerra. A maior potência capitalista saía dos anos 60 com sua imagem arranhada.⁴⁵

No Oriente, a China rompeu relações com a URSS, buscando um desenvolvimento autônomo. A Tchecoslováquia também tentou uma via socialista independente, mas foi violentamente reprimida, em 1968, no episódio conhecido como ‘Primavera de Praga’. A União Soviética já não parecia digna de ser a guardiã das esperanças da efetivação do socialismo no mundo. Afigurava-se tão imperialista quanto os americanos. Fator ilustrativo deste pensamento é destacado por Hobsbawm. Segundo este autor, a partir da década de 1960, os regimes dos países socialistas passaram a ser denominados de “socialismo realmente existente”, termo que sugeria que poderiam vir a existir outros e melhores tipos de socialismo.⁴⁶

⁴⁴ Gorender, Jacob. Op. cit., p. 89.

⁴⁵ Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 19.

⁴⁶ Hobsbawm, Eric. Op. cit., p. 364.

1.2. Brasil 1960: Deus e o diabo na terra do sol ⁴⁷

“Sabido é e provado está que tanto os pelegos, visando a República Sindicalista, sob a égide do Sr. João Goulart, como os comunistas, objetivando a República Socialista, uns e outros, para a conquista do fim colimado, conspiravam abertamente neste País, e chegariam a Revolução, como indicava a agitação reinante, não tivessem as Forças Armadas, na defesa do regime democrático, com o magnífico movimento de 31 de março, posto fim à anarquia, à desordem e à sublevação.”⁴⁸

A ameaça comunista

Integrando o continente americano, o Brasil dos anos 60 não poderia estar imune aos ventos da polarização, nem aos conflitos que marcaram a América Latina. As duas tendências que se digladiavam contra o imperialismo norte-americano estavam representadas em nosso cenário político. De um lado, o presidente João Goulart, representante do nacional reformismo, que propunha reformas para que o capitalismo pudesse se desenvolver plena e independentemente do capital multinacional ⁴⁹. Do outro, o PCB, que, mesmo sendo um partido comunista, apoiava as propostas do governo de Jango, visando desencadear a primeira etapa da revolução – a antiimperialista – para posterior implantação do socialismo. E contra elas, os representantes do capital multinacional, lutando para desacreditá-las, o que possibilitaria sua consolidação sem obstáculos. Nesse conflito, tanto os partidários do nacional reformismo quanto os do socialismo seriam representados como aliados da “tirania atéia”.

Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes era considerado um perigoso comunista pela oposição, porque procurava estender as leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e promover a participação popular em seu

⁴⁷ Título do filme de Glauber Rocha, cineasta ícone do Cinema Novo.

⁴⁸ Conclusão de relatório do inquérito da Polícia Militar de Pernambuco. In *Prontuário de Relatório da Delegacia Auxiliar*, ano de 1964, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº 27593.

⁴⁹ As reformas propostas por João Goulart, conhecidas como Reformas de Base, não encerravam um caráter revolucionário nem socialista. Enquadravam-se nos limites do regime burguês, mas num sentido progressista avançado. Pretendiam levar o Brasil a ser um país de capitalismo desenvolvido e independente. Gorender, Jacob. Op. cit., p. 56.

governo.⁵⁰ Durante o período do seu governo, aconteceram freqüentes greves no campo. A radicalização do movimento camponês podia ser sentida pelos incêndios em canaviais e pelo lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, com o qual o presidente das Ligas Camponesas, Francisco Julião, buscava mobilizar os trabalhadores rurais. A direita se alarmou e organizou-se em torno da campanha contra o governador. Propagavam a imagem de que o Estado estava sem governo, e que a subversão estava prestes a se sagrar vitoriosa em Pernambuco.

As reportagens na imprensa nos meses precedentes ao movimento militar de 1964 representavam um Estado convulsionado, à beira de uma guerra civil. Os usineiros e deputados diziam estar se armando, não só para defender a vida, mas para impedir a cubanização do país. Aconselhavam a população a fazer o mesmo⁵¹. Os jornais transmitiam uma imagem de insegurança ante o devir, a população parecia estar temerosa, apreensiva, a guerra psicológica era intensa e premeditada.⁵²

Por outro lado, os adeptos do nacional-reformismo se entusiasmaram com o governo Arraes. Projetavam a imagem de um Pernambuco revolucionário, que ensinava ao país o que deveria ser feito para que seus problemas estruturais fossem resolvidos. Na reportagem de Antônio Callado, realizada em fins de 1963, podemos testemunhar este deslumbramento:

O panorama que encontrei em Pernambuco em fins de 1963 era de infundir esperança (...) De 1959 para cá, e principalmente sob a liderança de Miguel Arraes, Pernambuco se dedicara à mais escassa das atividades deste país: a de fazer história. (...) Crescia na Zona Canvieira uma safra de homens. Armados do Estatuto do Trabalhador Rural e da Tabela do Campo, além de suas foices,

⁵⁰ Andrade, Manoel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo, Contexto, 1989, p. 40.

⁵¹ Diário de Pernambuco (DP), 04/03/1968.

⁵² A imprensa fazia guerra psicológica para garantir adesão ao golpe militar, conforme declarações de Assis Chateaubriand, em editorial publicado no Diário de Pernambuco, em 24/03/1968, quando se viu descontente com a Revolução de 31 de Março, conforme será analisado no capítulo 3.

naturalmente, e uma ou outra espingarda, os lavradores se sindicalizavam, iam às usinas reclamar salário.⁵³

Para este autor, Pernambuco havia saído de um marasmo de quatrocentos anos para uma marcha redentora. Era um Estado pobre que estava buscando soluções nos terrenos da educação, saúde, moradia, das relações trabalhistas para proporcionar uma vida digna aos seus habitantes. E tudo se processando sem que a elite local protestasse muito, pois estava consciente de que era preciso mudar.⁵⁴ Concluindo, ele afirmava: “É de grande importância o que acontece em Pernambuco e por isso considero piloto a revolução que ali se processa. Ela dá uma idéia do que vai acontecer ao Brasil em geral.”⁵⁵

Entretanto, a julgar pelas reportagens dos jornais de grande circulação na época, a elite local não estava cordata. Ao contrário, reclamava providências para que o país não se transformasse numa república socialista.⁵⁶

Esse temor era reforçado pela intensa participação popular no governo do presidente João Goulart. A luta pelas reformas estruturais gerou a organização de inúmeras manifestações. Diante do clima bipolarizado da época, setores das classes dominante e média ficaram temerosos ao ver a presença do povo nas ruas. Uma revolução socialista parecia estar por se desenrolar no Brasil.

Os militantes do PCB, certos de que através do governo de Arraes e de João Goulart poderiam dar início à primeira etapa para a revolução, passaram a apoiá-los. O que sinalizava para a burguesia nacional e internacional, que o discurso de Antônio Callado, de que a revolução estava prestes a se realizar no Brasil, era verdadeiro. Tornava-se imperioso conter o avanço popular que ameaçava os interesses norte-americanos no país e o *status quo* vigente.

Com este objetivo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais⁵⁷ (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática⁵⁸ (IBAD) apareceram na vida pública

⁵³ Callado, Antônio: *Tempo de Arraes, a revolução sem violência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. 3ª ed., p. 39. O título do livro é bastante sugestivo da idéia que se fazia no Brasil sobre o que se processando em Pernambuco.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 57.

⁵⁵ Id, *ibid*, p. 113.

⁵⁶ ‘Relatório sobre a contra revolução’. In *Prontuário de Relatório de Atividades da Delegacia Auxiliar*, ano de 1964, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº 27593.

⁵⁷ Criado em novembro de 1961.

brasileira. Definindo-se como um movimento de homens de negócios que pretendiam contribuir para o debate sobre os destinos do país, começaram a coordenar uma campanha política e ideológica contra o governo Goulart. O IBAD recebia contribuições de industriais e banqueiros nacionais, proprietários rurais, grupos internacionais e da própria CIA.⁵⁹ Este financiamento recebido pelo IBAD vinha do temor do governo norte-americano de que um conflito armado pudesse irromper no Brasil, transformando-o em um país socialista⁶⁰. O IPES-IBAD, diante dessa perspectiva, ligou-se aos oficiais da Escola Superior de Guerra, responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional⁶¹, instituindo o estado-maior do movimento civil-militar que deflagrou o golpe de 1964.

A crise econômica que o Brasil atravessava – com uma inflação na casa dos 80%, uma queda no PIB e um aumento do déficit público e da dívida externa⁶² – tomava a massa mais predisposta às greves e a direita com mais argumentos para atestar a incompetência do Presidente em lidar com os problemas do país.

Sem apoio da elite, João Goulart iniciou campanha para fortalecer sua base de apoio entre os setores populares. Num comício, em 13 de março de 1964, que reuniu 200 mil pessoas no Rio de Janeiro, o Presidente anunciou a nacionalização das refinarias de petróleo e decretou a desapropriação de terras para a Reforma Agrária.

A partir daí se intensificou a campanha contra o comunismo, pela defesa das tradições. Passeatas organizadas por mulheres, as “Marchas da família com Deus pela liberdade”, reuniram milhares de pessoas em várias capitais do Brasil. Vários discursos insistiam na tomada do poder pelas Forças Armadas, para salvar

⁵⁸ Criado por empresários e militares em fins dos anos 50.

⁵⁹ Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 41.

⁶⁰ Bandeira, Moniz. *O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961 –1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 141.

⁶¹ A Doutrina de Segurança Nacional baseava-se na Guerra Fria e considerava a nação como um todo homogêneo, sem classes com interesses opostos. Entendia toda oposição como subversão e as greves, conflitos sociais e mobilizações de massa eram lidos como estratégias do comunismo internacional para se estabelecer no país. Segundo a DSN vivia-se numa guerra e o Brasil era um aliado natural dos EUA. Por isso era preciso lutar internamente contra os agentes de Moscou. Ver Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 42.

⁶² Bandeira, Moniz. Op. cit., p. 145.

o país da ameaça vermelha. Este apelo pode ser observado em vários artigos de jornais⁶³ e no seguinte manifesto entregue ao Coronel Justino Alves Bastos, então comandante do IV Exército, por representantes da Cruzada Feminina, que organizou a marcha das mulheres em Recife, no dia 06/03/1964:

(...) Através da conquista de posições de dispositivos e de finanças, se arma um esquema totalitário, escondido sob o nome de nacionalismo, termo cuja explicitação atual implica em só ser usado entre aspas – ou sob o nome de socialismo (...). Tudo conduzindo, enfim, a isso que é uma e a mesma coisa – a democracia popular ou comunismo – um sistema totalitário de vida sem definições ideológicas, uma estrutura monolítica de poder, a ditadura de uma nova classe. (...)

Assim sendo, e reconhecendo o papel das Forças Armadas, como garantidoras da liberdade, das tradições cristãs e das instituições vigentes, seria natural que começássemos por elas a comunicar a nossa existência e os nossos desígnios.⁶⁴

Pelo número de participantes que aderiram a essas passeatas e pelos artigos publicados nos jornais é de se concluir que grande parte da população achava-se impressionada com o avanço comunista no país e apoiaria uma intervenção militar para conter esse avanço.

Certos de que Goulart estava levando o Brasil para um Estado Socialista, que extinguiria os valores e as instituições tradicionais do país, os militares iniciaram seu movimento conspiratório. Muitos oficiais legalistas não estavam convencidos de que fosse necessária uma intervenção que ferisse o regime constitucional. Mas a indisciplina crescente dos cabos e sargentos das Forças Armadas, apoiada por João Goulart, levou grande parte dos oficiais legalistas a aderir ao movimento. Estes consideraram que a sobrevivência da instituição encontrava-se ameaçada por essa insubordinação.⁶⁵

⁶³ No capítulo três deste trabalho apresentamos alguns exemplos desse apelo às Forças Armadas.

⁶⁴ DP, 01/04/1965, p. 9. O manifesto completo encontra-se nos anexos.

⁶⁵ Os subalternos das Forças Armadas iniciaram um processo de politização a partir da oposição que fizeram aos oficiais golpistas em 1961 (episódio da posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros). Iniciaram campanha pública contra o imperialismo, pelo nacionalismo e por reivindicações profissionais, ignorando os regulamentos disciplinares. Em 1962, fundaram a Associação dos Marinheiros

O movimento militar, objetivando a tomada do poder, iniciou-se na noite de 31 de março, com o apoio de uma ampla frente, na qual estavam presentes setores da imprensa, da Igreja Católica, da burguesia nacional, do capital internacional, dos proprietários rurais, dos políticos e da população. Nesta frente encontravam-se propostas as mais díspares. O que a uniu foi, sem dúvida, o medo, “um medo muito grande, de que gentes indistintas pudessem cobrar força e virar o país e a sociedade de ponta-cabeça.”⁶⁶

Os militares e o poder

É importante considerar que entre os militares que desencadearam a Revolução de 31 de Março havia divisões. Eles organizavam-se basicamente em dois grupos, um denominado ‘Sorbonne’, do qual fazia parte o General Castelo Branco, e o outro, ‘Linha Dura’, do qual fazia parte o General Costa e Silva. O primeiro era mais moderado e defendia a livre iniciativa e a fidelidade à democracia. Já o grupo ‘Linha Dura’ propunha medidas mais fortes para combater o comunismo e uma política econômica nacionalista.

No período abrangido por este estudo, os oficiais da ‘linha dura’ pressionaram sempre por um maior fechamento do regime.⁶⁷ A partir do recrudescimento dos movimentos de oposição, em 1968, muitos deles passaram a agir por conta própria para debelar a ameaça comunista. Desconfiados da competência de Costa e Silva para calar a oposição, promoveram vários atentados a bombas e ações terroristas. Pretendiam amedrontar aqueles que participavam das manifestações de oposição ao governo.⁶⁸

e Fuzileiros Navais, não reconhecida pela Marinha, que reuniu milhares de associados. In Souza, Percival. *Eu, cabo Anselmo: depoimento a Percival de Souza*. São Paulo, Editora Globo, 1999, pp. 63-80.

⁶⁶ Reis Filho, Daniel Aarão. ‘1968: o curto ano de todos os desejos’. *ACERVO*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 11(1-2), dez.1998/jan.1999, p.26.

⁶⁷ Drosdoff, Daniel. *Linha Dura no Brasil: O governo Médici(1969-1974)*. São Paulo, Global, 1986.

⁶⁸ O coronel de artilharia Alberto Fortunato, participante do grupo de extrema direita denominado Grupo Secreto, analisando o atentado que este grupo promoveu no dia 23 de setembro de 1968 ao CACO (Centra Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito – R J), afirmou: “Os estragos foram insignificantes, mas o trauma nos estudantes e professores estendeu-se por muito tempo.” Argolo, José A. et al. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996, p. 240.

É importante ressaltar que não existia, entre os militares que assumiram a direção do país, um projeto político acabado e consistente, que indicasse que permaneceriam por tanto tempo no comando da nação. As idéias iniciais consistiam em proposições de combate ao esquerdismo e à corrupção. A pretensão era devolver o poder aos civis tão logo corrigissem os rumos da nação. Nem mesmo os oficiais da linha dura se caracterizavam por defender uma fase revolucionária que permanecesse indefinidamente.⁶⁹ Tanto assim que o primeiro ato institucional decretado pelos militares, o AI-1, com o propósito de fortalecer o poder executivo, marcava eleições presidenciais para 1965.

No entanto, a tomada de medidas econômicas drásticas, seguindo a receita do FMI, deixou o primeiro governo militar desgastado entre a população. Isso poderia resultar numa derrota eleitoral dos revolucionários nas eleições presidenciais marcadas para 1965. Objetivando evitar essa possível derrota, ampliou-se o mandato de Castelo Branco.⁷⁰ A análise pareceu acertada, pois nas eleições de outubro de 1965, para governador, os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro elegeram candidatos da oposição. O regime militar fora reprovado no teste, o que gerou uma grave crise no governo Castelo Branco. Os oficiais da linha dura queriam depor o Presidente e impedir a posse dos governadores de oposição eleitos. Mas Castelo conseguiu acalmar seus opositores militares, decretando um novo ato, em 27/10/1965, o AI-2, que abolia os partidos políticos existentes, instituindo o bipartidarismo. Determinava, ainda, eleições indiretas para os cargos de presidente da República e governadores de Estado. A democracia estava dando seus últimos suspiros.

Com base no decreto foram criados dois partidos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), da situação; e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da oposição. Essas reformas não abrandaram o sentimento de oposição ao governo que se difundia entre a população. Sentindo-se vulneráveis, em fevereiro de 1966 os dirigentes militares decretaram o AI-3, determinando

⁶⁹ Scalercio, Marcio. *A Têmpera da Espada: os fundamentos do pensamento das lideranças do Exército em 1968*. In, ACERVO, Revista do Arquivo Nacional, vol.11, n. 1-2 (jan./dez. 1998). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1998. P. 101.

⁷⁰ Skidmore, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p.89

que os prefeitos das capitais e de outras cidades consideradas de “Segurança Nacional” seriam nomeados pelos governadores ⁷¹. Nenhuma medida parecia eficaz para conter a oposição ao regime militar. Diante desta dificuldade, foi se construindo a idéia entre os militares de que era preciso permanecer. A brevidade a que se propunham inicialmente não permitiria vencer os inimigos internos e nem corrigir os rumos do país.

O governo de Castelo Branco e o crescimento da oposição

Um dos propósitos de Castelo Branco ao assumir o governo era frustrar o plano de implantação do comunismo no Brasil. Com este intuito, logo após o golpe, iniciou-se a ‘operação limpeza’, visando eliminar os corruptos e subversivos da vida nacional. A repressão foi particularmente severa no Nordeste, onde se supunha estar abrigado o maior centro de atividade do PCB no Brasil. Os militantes do movimento camponês e os comunistas, que atuavam no governo Arraes, sofreram com a repressão.

Segundo Page, nas semanas seguintes ao golpe, o IV Exército e a polícia prenderam todas as pessoas que consideravam subversivas em Pernambuco. As Ligas Camponesas e as Associações de Bairro foram especialmente visadas. “Dentro de pouco tempo as cadeias estavam superlotadas.” ⁷²

As cassações atingiram muitos políticos. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, foi preso e seu vice, Paulo Guerra, assumiu o governo do Estado. O Prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, foi cassado, sendo substituído por Augusto Lucena, que governou de 1964 a 1969. ⁷³

O fato de ter apoiado o movimento militar não resultou, necessariamente, em favorecimentos políticos no novo governo. O grupo que

⁷¹ Idem, ibidem, pp. 93-107.

⁷² Page, Joseph. *A revolução que não houve: o nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1972, pp. 248-250.

⁷³ Informações obtidas nos sites da Prefeitura e do Governo Estadual.

estivera fora do poder no governo anterior imaginava que seria reconduzido a ele por ter aderido à conspiração golpista. Em Pernambuco, por exemplo, Cid Sampaio (que fora governador do Estado entre 1959-1963) pleiteava a liderança da SUDENE, mas para a direção do órgão foi nomeado um militar.⁷⁴ A intenção era afastar os políticos, pois estes não eram capacitados para conduzir o Brasil para o progresso. Em seu lugar seriam colocados técnicos com conhecimentos científicos específicos para o cargo que ocupariam. Esta prática era determinada pelo discurso tecnocrático, com o qual os militares pretendiam se legitimar no poder. Apresentavam-se as novas diretrizes nacionais como técnicas e racionais, apagando delas a política de dominação.⁷⁵

São ilustrativas desse discurso as palavras de Delfim Neto, ministro da Fazenda do presidente Costa e Silva: “Raramente o Brasil conheceu em sua história um governo como este com absolutamente nenhum compromisso com classes sociais ou grupos econômicos, e sem o mínimo interesse na defesa ou preservação de instituições sociais nocivas à atividade econômica.”⁷⁶ Apresentavam-se os planos econômicos como se eles não fossem permeados por questões sociais, podendo ser desvinculados dos interesses de classe. Os objetivos da burguesia eram identificados com os de toda nação.

Mas a propalada reforma administrativa, com a gestão de técnicos competentes, só se efetivou na administração indireta, criando burocracias estatais bem remuneradas. Os setores de educação e saúde que atendiam diretamente a população ficaram intocados, permanecendo com os mesmos problemas anteriores.

Roberto Campos e Octávio Bulhões foram os técnicos escolhidos para comandar os rumos da economia. Eles empreenderam uma política recessiva para combater a inflação, o que resultou em falências e desemprego. O arrocho salarial foi instituído. A legislação trabalhista aumentou o controle sobre os sindicatos e proibiu as greves. A criação do FGTS acabou com a estabilidade de emprego, possibilitando uma rotatividade de mão-de-obra e a manutenção de

⁷⁴ Page, Joseph. Op. cit., p. 252.

⁷⁵ Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 47.

⁷⁶ Apud Skidmore, Thomas. Op. cit., 1989, p. 147.

baixos salários. Esta receita agradou aos investidores estrangeiros e ao FMI. Em contrapartida, angariou uma grande impopularidade para o governo, inclusive no meio militar, onde a ideologia nacionalista tinha inúmeros adeptos.⁷⁷

A ampla frente heterogênea que apoiara o governo começava a se desmanchar. A classe média e os trabalhadores sentiam-se sufocados com a política econômica. Os políticos, além de não terem sido agraciados com os almejados cargos, viviam sob a ameaça de cassações. O Parlamento tivera seu poder diminuído pelo fortalecimento do Executivo e pela frequência com que o presidente legislava por decretos.

A imprensa, descontente com a excessiva proteção que o governo federal concedeu à Rede Globo, passou a atuar na oposição. Protestava contra a infiltração de empresas norte-americanas no setor. Os descontentamentos e os movimentos de oposição ao governo começaram a freqüentar, constantemente, as primeiras páginas dos jornais.⁷⁸ A Lei de Imprensa, de 1967, visando contornar a situação, limitou a função política dos meios de comunicação, controlando a divulgação de informações. Vários repórteres foram vítimas de perseguições e agressões policiais. A censura se abatia sobre os jornais.⁷⁹

Setores do Judiciário que haviam apoiado a Revolução de 1964, alarmados com a ameaça ao constitucionalismo vinda da esquerda, também retiraram o seu apoio. O enfraquecimento deste poder acompanhado de um fortalecimento da Justiça Militar, estava levando-os à oposição. Sobral Pinto, em palestra na Faculdade de Direito do Recife, afirmou:

Os militares estão esmagando o poder civil, e deve se fazer alguma coisa urgente para se derrubar a ditadura que aqui se implantou. (...)

Quando um militar sai do quartel, derruba um governo civil, e passa a dominar a situação, cometendo atos injustos e infames, esse não merece o meu respeito nem o de vocês.(...)

Pois é o que acontece no Brasil. Estamos numa ditadura disfarçada. Somos a todo o momento vítimas dessa falta de liberdade de pensamento, de expressão e de

⁷⁷ Idem, ibidem, pp. 121-127.

⁷⁸ Este tema será mais detalhado no capítulo três.

reunião. As autoridades não são capazes de dialogar com o povo, porque se julgam sábias. Pensam estar salvando o país.⁸⁰

O discurso tecnocrático dos militares já não conseguia convencer muitos grupos sociais. O descontentamento parecia generalizado.

Parte dos membros da Igreja, que se aliaram às Forças Armadas por temer a instalação do totalitarismo ateu, também estava decepcionada. Não podiam ser coniventes com as violentas práticas repressivas empregadas pelos chefes militares. Dom Hélder Câmara – Arcebispo de Olinda e Recife – liderou o setor progressista da Igreja Católica nas críticas às diretrizes políticas do governo que reforçavam e aprofundavam as injustiças sociais. Por isso passou a ser encarado pela ditadura como um inimigo. Representava uma ameaça. Com o objetivo de silenciá-lo, vários atentados à sua residência foram promovidos pelo grupo de extrema direita denominado Comando de Caça aos Comunistas (CCC).⁸¹

Nessa escalada oposicionista ao governo, o Movimento Estudantil levou seu protesto às ruas e conquistou a simpatia e adesão de vários setores da população, o que será analisado nos capítulos seguintes.

Em 23 de março de 1965, os nacionalistas de esquerda tentaram iniciar um levante na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul. O coronel do Exército Jefferson Cardim liderou um destacamento de 22 homens, que tomou a cidade. Após a leitura de um manifesto pelo rádio atravessaram Santa Catarina, chegando ao Paraná. Esperavam ver sua coluna engrossada por adeptos no caminho, o que não ocorreu. No dia 27 foram derrotados no único combate que travaram com as tropas do Exército.

No ano de 1966, os movimentos de oposição à Revolução Militar cresceram. Alguns atentados a bomba foram feitos, quatro só em Recife. O mais importante deles foi o atentado ao Aeroporto dos Guararapes, em junho, que

⁷⁹ Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p.57.

⁸⁰ DP, 13/08/1967, p. 7.

⁸¹ Skidmore, Thomas. Op. cit., p.158.

visava o futuro presidente da República, General Costa e Silva. O general saiu ileso, mas duas pessoas morreram e quatorze ficaram feridas.⁸²

Dom Hélder Câmara e mais quinze bispos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas lançaram, em julho, apoio formal a um manifesto divulgado em março por ativistas católicos, condenando as injustiças sociais, a exploração da classe trabalhadora e as perseguições políticas.⁸³

Nesse mesmo ano, Carlos Lacerda – governador do Rio de Janeiro à época do golpe e antes um entusiasmado defensor do mesmo⁸⁴ – iniciou contato com João Goulart e Juscelino Kubitschek, para conseguir adeptos para a formação de uma frente de oposição ao regime militar. A chamada Frente Ampla tinha a proposta de lutar pelo retorno à democracia e pelo nacionalismo.⁸⁵

Em novembro de 1966, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – liderado do exterior por Leonel Brizola – que reunia estudantes, cabos, sargentos, marinheiros excluídos das Forças Armadas pelo golpe e antigos militantes das campanhas nacionalistas do pré-golpe, ocupou um ponto elevado e deserto da Serra do Caparaó, na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O objetivo era iniciar um foco guerrilheiro, que deveria se juntar a outros dois – um no Sul do Maranhão e outro no Mato Grosso – e desencadear a Revolução no Brasil. Mas, em abril de 1967, o foco foi desbaratado sem ter realizado um único combate.⁸⁶

Nesse desgaste por que passava o regime, iniciou-se o processo de escolha do sucessor de Castelo. Os militares insistiam no nome de Costa e Silva, general da linha dura. Este candidato despertava a suspeita de que não manteria a linha política em vigor, por ser nacionalista e de extrema direita. Para garantir a manutenção das diretrizes assumidas, os militares no poder trataram de criar uma estrutura legal que limitasse as ações de Costa e Silva. Assim, em 17/12/1966,

⁸² Gorender afirma que a Ação Popular (AP) foi responsável pelo atentado, que foi planejado por Alípio de Freitas e Raimundo Gonçalves de Figueiredo, à revelia da direção nacional, que ao tomar conhecimento da ação pelo próprio Alípio, condenou o fato.

⁸³ Skidmore, Thomas. Op. cit., p. 109.

⁸⁴ O cancelamento das eleições presidenciais de 1965 frustrou os planos de Carlos Lacerda, que alimentava o desejo de ser presidente da República. Isto o levou a fazer uma rigorosa oposição ao governo, que acabou por cassar seus direitos políticos.

⁸⁵ Skidmore, Thomas. Op. Cit., p. 115. A Frente Ampla foi proibida em 04/04/1968.

⁸⁶ Tavares, Flávio. *Memória do esquecimento*. São Paulo, Editora Globo, 1999, pp. 178-203.

uma nova Constituição foi apresentada ao Congresso, a qual apesar dos debates suscitados, foi aprovada sem alterações. Pela nova Carta, promulgada em 24/01/1967, houve um fortalecimento do poder Executivo; o governo federal ganhou amplos poderes para apurar infrações penais contra a Segurança Nacional e a ordem política e social.⁸⁷

Quatro dias antes de deixar o governo, Castelo impôs, através de decreto, a Lei de Segurança Nacional (LSN), visando defender o Brasil contra a expansão comunista, que o ameaçava e justificava a permanência dos militares no poder.

O período de governo de Costa e Silva

Costa e Silva assumiu o poder comprometendo-se com a democratização do país e com uma política nacionalista. Embora impopular, a política econômica do governo anterior deixou uma herança favorável. A inflação havia sido reduzida, a balança de pagamentos havia tido uma melhora considerável e o déficit público havia diminuído. A nova equipe de tecnocratas que assumiu a economia, liderada por Delfim Neto, substituiu a política de “tratamento de choque” pela do “gradualismo” econômico. Os salários passaram a ter pequenos aumentos anuais, foram promovidas pequenas desvalorizações da moeda para manter as exportações competitivas e implementou-se uma política de geração de empregos. Ampliou-se o crédito ao consumidor, fazendo com que a classe média aumentasse seu poder de compras e sua satisfação com o regime. E, contrariando as expectativas dos oficiais nacionalistas, manteve-se a política de atração do capital estrangeiro.⁸⁸

No entanto, os efeitos dessa nova política econômica só se fariam sentir em fins de 1968. Até então, Costa e Silva teve de se defrontar com numerosos

⁸⁷ Skidmore, Thomas. Op. cit., pp. 118-121.

⁸⁸ Drosdoff, Daniel. Op. cit., pp. 36- 38.

protestos. Greves, manifestações estudantis, ações da guerrilha urbana e de grupos paramilitares de direita se intensificaram, o que fez com que os militares da linha dura o pressionassem para tomada de medidas mais radicais para manter a ordem.

1968 foi um ano marcado pelos movimentos de oposição. A greve dos cortadores de cana do município pernambucano do Cabo, em janeiro, sinalizou para o descontentamento dos trabalhadores. Em abril, foi a vez dos metalúrgicos da cidade mineira de Contagem paralisarem suas atividades. Impressionado com a amplitude do movimento, o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, concedeu um abono salarial de 10% aos operários.

Em julho, estourou a greve dos trabalhadores em Osasco. O governo, endurecendo sua posição, não negociou com os operários e ordenou a invasão da COBRASMA, uma fábrica de material ferroviário, quando cerca de quinhentas prisões foram efetuadas. A greve de Osasco recebeu declarações de apoio da Conferência dos Bispos e de entidades estudantis.⁸⁹

Setores da população uniram-se aos protestos estudantis, que provocaram uma desestabilização no governo nesse ano. Ancorados em reivindicações específicas da categoria, os universitários acabaram canalizando seu descontentamento para uma oposição sistemática à ditadura militar. Apesar das medidas repressivas adotadas pelas autoridades, os protestos se multiplicavam.⁹⁰

A situação parecia escapar ao controle governamental. Com a intensificação dos protestos, mesmo os oficiais moderados passaram a apoiar um endurecimento do regime. Acreditavam os militares que seria uma desmoralização para as Forças Armadas se elas não conseguissem vencer o inimigo interno, que estava insuflando os movimentos de oposição.⁹¹ Afinal de

⁸⁹ Gorender, Jacob. Op. cit., pp. 155-157. Gorender critica a posição de Francisco Weffort, que concluiu que as greves de Contagem e Osasco foram espontâneas. Para Gorender, estas greves foram organizadas e orientadas por agrupamentos de esquerda que se ramificavam nas empresas e dominavam os sindicatos de metalúrgicos.

⁹⁰ Os protestos estudantis são o objeto de estudo deste trabalho e serão focalizados nos próximos capítulos.

⁹¹ Scalercio, Marcio. Op. cit., p. 111.

contas, a Revolução de 31 de Março tinha exatamente o objetivo de defender as instituições democráticas da ameaça comunista.

Convencidos de que era preciso fechar ainda mais o regime, os militares também sabiam que precisavam de apoio para isso. E os rumos da história começaram a caminhar a favor da ditadura. Os ventos da nova política econômica começavam a soprar favoravelmente ao governo. Os estudantes começavam a se atropelar com sua retórica radical, perdendo o apoio popular. As ações da guerrilha urbana e os ataques terroristas de direita⁹² incutiam medo nas pessoas. Os atentados promovidos pela esquerda e pela direita projetavam a imagem de um país convulsionado, à beira de uma guerra civil. Parecia que novamente a chave de interpretação da realidade elaborada pelas Forças Armadas encontraria solo fértil para florescer.⁹³

Nessa conjuntura, o deputado Márcio Moreira Alves proferiu na Câmara um discurso criticando a invasão policial da Universidade de Brasília, em agosto de 1968. Os militares no poder consideraram o discurso ofensivo às Forças Armadas e solicitaram ao Congresso licença para que o Deputado fosse processado. A licença foi negada e, em represália, foi decretado o AI-5.⁹⁴

Por este ato o Congresso Nacional foi colocado em recesso; mais sessenta e nove parlamentares foram cassados; a censura sobre a imprensa e as atividades artísticas foi intensificada; o *habeas corpus*, as garantias e os direitos individuais foram suspensos. Para garantir o silêncio da oposição estudantil baixou-se o Decreto 477, que suspendia por três anos os alunos que se envolvessem em atividades políticas.⁹⁵ Como avalia Flávio Tavares: “Com o AI-5 o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o

⁹² Os grupos de extrema direita contavam com apoio e participação de muitos militares da linha dura, insatisfeitos com a benevolência do governo para com os subversivos. O coronel de artilharia Alberto Fortunato, que atuava no Grupo Secreto – organização paramilitar de extrema direita responsável por vários atentados no Rio de Janeiro – afirmou: “julgávamos que as possibilidades para controlar ‘pacificamente’ a rebeldia dos jovens e dos intelectuais que os incentivavam estavam literalmente esgotadas; a solução foi ‘apelar para a ignorância’.” Apud Argolo, José A. et al. Op. cit., p.228. Esses ataques acabaram por contribuir para instalar um clima de insegurança entre a população, que se mostrou favorável a um endurecimento do regime para sua proteção.

⁹³ No capítulo três será discutida essa conjunção de fatores que tornaram o discurso das Forças Armadas verdadeiro para a população.

⁹⁴ Alves, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1993.

⁹⁵ Skidmore, Thomas. Op. cit., pp. 166-167.

colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares.”⁹⁶

Segundo Maria Helena Simões Paes, os governos militares da década de 60 foram bem sucedidos no que se propuseram:

A realização dos interesses do grande capital, então transformados em ‘objetivos nacionais’, foi conseguida através da privatização do Estado, acessível apenas a alguns setores das classes dominantes e totalmente fora das pressões das classes dominadas. O modelo concentrador de renda foi acompanhado do fechamento e da exclusão política, o que (...) resultou num Estado de Segurança Nacional. ⁹⁷

A esquerda se reorganiza (1964 – 1968).

Com os olhos de hoje é fácil afirmar que o foco guerrilheiro foi um gesto romântico, uma experiência co-revolucionária ou uma aventura pouco condizente com a realidade ao seu redor. (...) Era impossível, no entanto, perceber isso antecipadamente com os olhos da época. ⁹⁸

O movimento político militar que tomou o poder em 1964 provocou uma grande crise na esquerda brasileira. O modelo defendido pelo PCB foi alvo de duras críticas, sendo responsabilizado pela derrota. Os comunistas, que se sentiam bem próximos do poder, sofreram um grande revés com a “operação limpeza” desencadeada pelos militares. Muitos foram presos e o movimento popular foi desbaratado com a repressão.

⁹⁶ Tavares, Flávio. Op. cit., p. 26.

⁹⁷ Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 56.

⁹⁸ Tavares, Flávio. Op. cit., p. 188.

No período anterior ao golpe, o projeto político de esquerda que se tornou hegemônico foi o defendido pelo PCB. Considerava-se que a revolução socialista viria por etapas. A primeira etapa da revolução seria antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática. Para isso fazia-se necessário unir a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional, numa Frente Única.⁹⁹ Urgia desenvolver o capitalismo nacional, só assim se criariam as condições para que a revolução socialista acontecesse. Estimulava-se a combatividade dentro da legalidade existente, respeitando a via pacífica. Essa luta seria possível, uma vez que a burguesia nacional encerrava um potencial revolucionário, e teria interesse em expulsar o capital internacional do país, um dos entraves para sua consolidação.

O PC do B e a POLOP (Política Operária) criticavam esta tese pecebista, negando o caráter revolucionário da burguesia nacional. A POLOP acreditava estar o país maduro para a revolução socialista, sem haver a necessidade da etapa burguesa. O PC do B não aceitava a idéia da via pacífica. Defendia a tomada do poder via luta armada, que deveria ser desencadeada no campo, segundo o modelo chinês.¹⁰⁰ Mas o seu discurso não conseguiu se efetivar, naquele momento.¹⁰¹

O que havia em comum entre o PCB, o PCdoB e a POLOP era a convicção de que a revolução brasileira era inevitável e a vitória seria certa. A esquerda confiava na capacidade de luta das massas, que esmagaria qualquer tentativa de resistência das forças reacionárias.¹⁰²

A tomada do poder pelos militares surpreendeu a esquerda, que partiu em busca de uma explicação para o revés. A tese pacifista difundida pelo PCB foi considerada errônea, sendo responsabilizada pela derrota. No momento em que se acreditava que a revolução era inevitável, a causa da derrota só podia ser creditada ao emprego de uma tática ineficaz. Com base nessa avaliação,

⁹⁹ Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 24.

¹⁰⁰ O modelo chinês reverenciava a luta popular prolongada, como analisado na Introdução deste trabalho.

¹⁰¹ Gorender, Jacob. Op. cit., pp. 38-40.

¹⁰² Reis Filho, Daniel Aarão. Op. cit., p.41.

formulou-se a tese de que revolução viria através da luta armada e sem aliança com a burguesia. Agora seria este o paradigma da esquerda brasileira.

O Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR(T) – fiel à ortodoxia trotskista, não se rendeu ao apelo da luta armada como resposta válida à ditadura militar. Pensava que só se derrubaria o regime através da luta de massas. Mesmo com esta posição, em novembro de 1964, o partido caiu em Pernambuco, onde foram presas cerca de quarenta pessoas, ocasião em que surgiram denúncias de torturas sofridas pela estudante Silvia Montarroios, filiada ao partido.¹⁰³

Também o PCB, continuou insistindo que a luta armada seria um equívoco no Brasil. Por isso ficou isolado, passou ao ostracismo. De suas fileiras surgiram: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e as Dissidências (DIs), em 1967; e a Ação Libertadora Nacional (ALN), em 1968. Dirigida por Carlos Marighella, a ALN pensava em desestabilizar a ditadura mediante ações terroristas, era antiteoricista e rejeitava a estrutura partidária, uma vez que seu caráter burocratizante deixava a organização inoperante para agir revolucionariamente.¹⁰⁴

O PCBR achava que a revolução não podia ser democrático-burguesa, mas popular, destinada a destruir o Estado de classe e implantar um governo popular revolucionário, dirigido pelo operariado, aliado aos camponeses e às camadas médias empobrecidas. Contagiado pela idéia da resistência armada, não aceitava o ‘foquismo’. Defendia que o cenário ideal para o desencadeamento da luta armada era o campo, e que esta deveria ser desfechada imediatamente.¹⁰⁵

As Dissidências foram formadas pelas bases estudantis do PCB, que passaram a recrutar adeptos para suas fileiras e não mais para o Partido. Tinham

¹⁰³ Gorender, Jacob. Op. cit., pp. 130-131. Na ocasião, o Jornal do Commercio, comenta sobre Sílvia: “(...) Veja a sua fotografia, onde aparece uma mocinha, quase uma menina. Entrega-se a uma causa tão injusta e errônea quanto arriscada e penosa, convencida de que está lutando por altos ideais (...). Inconformada diante das injustiças, da miséria, do sofrimento e não querendo ficar sem fazer alguma coisa, numa verdadeira impulsão para, de modo objetivo, prático e que se lhe afigure eficaz, desenvolver esforços para o fim de alterar aquelas realidades.” Aconselha aos pais terem cuidado para que seus filhos não sejam desviados para o caminho da subversão. JC, 06/11/1964.

¹⁰⁴ Ridente, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Editora UNESP, 1993, p.40

¹⁰⁵ Gorender, Jacob. Op. cit., p. 114.

contato com a POLOP e o PC do B. A DI de São Paulo constituía a maioria dos filiados da ALN.¹⁰⁶

O PC do B saiu fortalecido do golpe, por ter sempre insistido na via armada para a revolução. No entanto, a demora em organizar a resistência armada ao Regime Militar levou o partido a conhecer cisões. Em 1966, formou-se Partido Comunista Revolucionário (PCR). Com núcleos na região da Zona da Mata Nordestina, defendia a guerra popular e o Nordeste como área prioritária para o desencadeamento de ações armadas¹⁰⁷. Em 1967, surgiu a Ala Vermelha, com a proposta de luta armada imediata, no estilo maoísta, a qual, pela impossibilidade momentânea de preparação política dos camponeses, devido à repressão política, deveria ser iniciada com um foco guerrilheiro.¹⁰⁸

A POLOP, logo após o golpe, articulou-se com um grupo de suboficiais das Forças Armadas e começou a planejar a implantação de um foco guerrilheiro em Minas Gerais. Agentes infiltrados do CENIMAR¹⁰⁹ prenderam os conspiradores em julho de 1964. De suas fileiras saíram, em 1968, a COLINA (Comando de Libertação Nacional), adepta da teoria do Foco Guerrilheiro e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) que, assim como a ALN, considerava o partido um empecilho para o desencadeamento do processo revolucionário.¹¹⁰

Havia ainda a Ação Popular (AP), fundada em 1962, por estudantes católicos, que pregava um socialismo humanista, a qual também se cortagiou com a idéia da luta armada. A princípio enamorou-se do ‘foquismo’, mas, em 1967, definiu-se pela adesão ao maoísmo. Esta guinada à esquerda fez com que a organização perdesse muitos militantes, que não aceitaram a nova linha política. Com grande influência no Movimento Estudantil, defendia que este deveria voltar-se para a luta contra a ditadura e não para reivindicações específicas da categoria.¹¹¹

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p. 98.

¹⁰⁷ Id, ibid, p. 50.

¹⁰⁸ Id, ibid, p.120.

¹⁰⁹ Centro de Informações da Marinha.

¹¹⁰ Gorender, Jacob. Op. cit., pp. 138-150

¹¹¹ Idem, ibidem, pp.122-129.

Os adeptos do nacional reformismo também investiram na preparação de focos guerrilheiros para a derrubada da ditadura militar. O principal grupo, o MNR, liderado por Leonel Brizola, então exilado em Montevidéu, recebeu apoio de Fidel Castro para instalar a insurreição no Brasil.¹¹² A experiência, entretanto, foi inócua, como vimos anteriormente.

Essa rejeição aos partidos de esquerda tradicionais não era uma característica exclusiva da conjuntura brasileira. Nas manifestações de oposição que ocorreram na década de 1960, a crítica à esquerda tradicional era comum. Surgia em toda parte esta tendência de romper com as amarras teóricas e práticas impostas pelos partidos comunistas, que já não se mostravam capazes de dar conta das rápidas transformações sociais.¹¹³ Além do mais, onde estes haviam conseguido vencer, tinham instalado um governo totalitário e uma burocracia incompatíveis com o sonho libertário, antiautoritário, que predominava nos discursos dos jovens revolucionários daquele período.

Apesar de toda essa fragmentação, no entanto, havia pressupostos comuns entre as organizações de esquerda no Brasil. Em todas elas, o que sustentava a crença de que a revolução estava por vir era a noção de que era preciso combater a ditadura, que representava os interesses imperialistas no Brasil. Consideravam, ainda, que o capitalismo brasileiro havia chegado a um impasse, estava estagnado, sem saída, chegara ao fim. Era assim que grande parte da esquerda representava o país, naquele momento. Com esta chave de interpretação, aliada ao que se passava no mundo – Revolução Cubana, Guerra do Vietnã, Che Guevara com seu sonho de espalhar a guerrilha por todo continente americano, protestos contra o capitalismo em vários países ocidentais e contra o autoritarismo nos países socialistas, liderados pelos estudantes –, a resistência armada parecia o único caminho possível.

¹¹² Gorender, Jacob. Op. cit., pp.134-136.

1.3. A cultura da revolução

A obscenidade não é mais uma mulher nua que exhibe o púbis, mas o general que exhibe a medalha ganha na Guerra do Vietnã.¹¹⁴

(Grafite em Paris)

Os anos sessenta conheceram uma intensa atividade cultural. Nos países desenvolvidos, a crítica ao autoritarismo, tanto de esquerda como de direita, encontrou grande expressão na arte, que se propôs a criticar os valores da sociedade industrial.

O *jeans* e o *rock* tornaram-se a marca da juventude da época. O *rock*, um ritmo dos negros excluídos do sistema americano, transformou-se no idioma universal dos jovens. Não era só a música, mas todo um estilo de vida que ele trazia. As expressões e as roupas das classes baixas urbanas foram incorporadas por muitos jovens de classe média e alta. Era a busca de uma linguagem nova para lidar com o mundo, uma vez que os valores e regras dos mais velhos já não faziam mais sentido.¹¹⁵

Bob Dylan, os Beatles e os Rolling Stones popularizaram o ritmo, conquistando fãs em muitos países. Suas músicas tratavam de temas que inquietavam grande parte da juventude: o amor, a bomba, as discriminações raciais, a guerra, a esperança. As letras também retratavam a revolta contra uma sociedade em que tudo se transformava em mercadoria e na qual a concorrência de mercado levava a um individualismo exacerbado. Enfim, o mundo que os jovens haviam herdado era criticado e rejeitado. Isto se expressava na recusa de falar, vestir, sentir, como os mais velhos. Pretendiam construir um modo de vida alternativo, onde a vida das pessoas não se reduzisse a trabalhar e consumir.¹¹⁶

¹¹³ Ridente, Marcelo. Op. cit., p.60.

¹¹⁴ Apud Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 28.

¹¹⁵ Hobsbawm, Eric. Op. cit., p. 325.

¹¹⁶ Paes, Maria Helena Simões. Op. cit., p. 24.

Para concretizar esta utopia surgiram os grupos *hippies*, nos Estados Unidos, que se espalharam por vários países. Queriam uma vida no campo, mais natural, onde pudessem por em prática seu lema de “paz e amor.” Acreditavam ser possível criar um mundo comprometido com o prazer. Pregavam o amor livre, o uso da droga como busca de uma nova sensibilidade, preferiam a expressão artística ao discurso político. Hebert Marcuse chamou este movimento de “A Grande Recusa”.¹¹⁷

No Brasil, o programa Jovem Guarda, que estreou na Rede Record no ano de 1965, comandado por Roberto Carlos, flertava com o *rock* internacional e apresentava jovens cabeludos, que vestiam roupas espalhafatosas. O sucesso do grupo fez com que os representantes da música de protesto se unissem na crítica ao iê-iê-iê. No clima nacionalista do momento, a incorporação da guitarra elétrica pela Jovem Guarda foi considerada a infiltração do imperialismo ianque na música. Seria a contrapartida cultural do governo militar para derrubar a música engajada.¹¹⁸

Mas a Jovem Guarda, tão contestada pelos jovens de esquerda, era considerada, pelos conservadores, um desafio aos bons costumes. No Jornal do Commercio, o vereador Wandenkolk Wanderley¹¹⁹ dizia que os jovens cabeludos atentavam contra os princípios religiosos de nosso povo e promoviam uma desagregação político-social no Estado.

A rápida mudança nos costumes amedrontava os mais velhos, que viam aí um sinal do comunismo internacional, buscando acabar com as tradições cristãs, preparando o terreno para a sua implantação no país. A moda da transgressão chocava. O uso da mini saia e da calça comprida generalizava-se entre as moças. Os rapazes deixavam os cabelos compridos, soltos e não mais usavam brilhantina para mantê-los lisos.

¹¹⁷ Silva, Francisco C. T. Op. cit., p. 16.

¹¹⁸ Paiano, Enor. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo, Scipione, 1996, pp. 25-26.

¹¹⁹ JC, 16/08/1967, p. 7. Wandenkolk Wanderley foi um dos mais ativos articuladores do golpe militar de 1964 em Pernambuco, segundo depoimento do próprio vereador ao Jornal do Commercio, Caderno Especial 64-30 anos, publicado em 31/03/1994.

Segundo Francisco Silva, para aderir a essa moda o apoio doméstico falhava: “Era fácil ser contra a ditadura, difícil era ser contra as ditaduras.”¹²⁰ Percebe-se que até mesmo os progressistas na política eram conservadores nos costumes. As transformações culturais se processavam de forma tão veloz que muitos dos estudantes engajados na luta pela derrubada do regime não percebiam que se desenvolvia aí uma revolução. Acreditavam que só através das armas e com discursos políticos radicais se mudaria a sociedade. As tentativas de romper com as estruturas pré-estabelecidas feitas através da cultura não eram entendidas por grande parte dos “jovens conscientes”. A política do cotidiano não estava ‘no verdadeiro’ do discurso de esquerda da época.¹²¹

A proposta de subordinar a arte ao didatismo político vinha sendo seguida desde a década de 1950. Por essa época, a forma de fazer cultura foi se alterando no Brasil, estimulada por estudos de intelectuais do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que representavam o Brasil como um país colonial explorado economicamente, onde a cultura dava suporte ao imperialismo. Entendeu-se, a partir desse discurso, que o intelectual deveria exercer um papel de conscientizador, para romper com esta dominação a que o país estava submetido.

Essas idéias repercutiram no cinema e no teatro. O cineasta Nelson Pereira dos Santos insistiu para que se explorassem temas de cunho nacionalista, para superar a dependência do Cinema Brasileiro em relação à produção hollywoodiana. O Teatro de Arena, do qual faziam parte Gianfrancesco Guarnieri, Oduvaldo Viana Filho (o Vianinha), Augusto Boal, entre outros, fundado em 1952, também abraçou a proposta de levar ao palco temas nacionais, sempre com forte acento político.¹²²

Em Pernambuco, no início dos anos sessenta, nascia o Movimento de Cultura Popular (MCP), desenvolvido sob o patrocínio da Prefeitura de Miguel Arraes, com a proposta de alfabetizar adultos, entendida como uma forma de dar

¹²⁰ Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Op. cit., p. 17.

¹²¹ Foucault fala sobre o efeito de verdade que um discurso alcança em determinada época no seu livro *A ordem do discurso*, como visto na Introdução deste trabalho.

¹²² Ver depoimento de Nelson Xavier in Barcellos, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994, pp.371-382.

consciência ao povo, colocando em xeque a classe dominante. Entre os militantes do MCP havia grande número de estudantes católicos e comunistas, que utilizavam a atividade cultural como caminho de aproximação com os sindicatos, com as associações de bairro, para se conhecer a realidade do alfabetizando. A filosofia de Paulo Freire, que norteava o movimento, era a de se respeitar o universo do trabalhador, que seria reelaborado pelo intelectual para voltar a ele de forma renovada. Ou seja, buscava-se utilizar a linguagem do povo (usava-se o cordel, o bumba-meu-boi, o pastoril) para poder revertê-la em ensinamento.

Encantado com o trabalho realizado pelo MCP, Vianinha propôs a formação do CPC, vinculado à UNE, objetivando despertar o povo para fazer a revolução, através da veiculação da obra de arte.

Toda essa mobilização cultural embasava-se na crença generalizada da esquerda do país de que a revolução era inevitável. As condições objetivas estavam dadas, só faltavam as subjetivas. Ou seja, a elevação da consciência do povo, o que poderia ser realizado pelo intelectual.¹²³

Esta redução da obra de arte à sua função política não foi unânime. Das críticas a esta postura surgiu o Cinema Novo, tendo Glauber Rocha como seu grande expoente. Ele propunha que a temática política e a identidade nacional continuassem presentes na produção cultural, mas não de forma didática e militante, e sim como um problema, como um objeto de questionamento. Em seus filmes o povo aparece em suas manifestações simbólicas de violência e revolta e não como uma massa passiva. Ele pretendia retratar a violência do povo não como primitiva, mas como revolucionária.¹²⁴

Entretanto, a vitória do golpe em 1964 provocou uma desilusão geral na militância cultural. Segundo Heloísa Buarque e Marcos Gonçalves,

o intelectual que se acreditava porta voz, no campo da cultura, de um movimento social que nos levaria a libertação das amarras responsáveis pelo subdesenvolvimento, experimentava (...) os conflitos de sua opção. (...) Terra em

¹²³ Albuquerque Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife, Massangana, 1999, p. 287.

Transe [filme de Glauber Rocha] retrata a crise de consciência do intelectual face a repressão violenta que se abateu sobre o ‘sonho revolucionário’.¹²⁵

O ambiente cultural no pós-64 seria dominado, então, por um clima de denúncia da ditadura e de busca de mobilização do público. Com essa proposta estreou, em dezembro de 1964, o musical *Opinião*. Com ele, surgiu a música de protesto, com temáticas nacionalistas e engajadas, ao estilo do CPC, da arte panfletária, que encontrou seu maior público no meio estudantil. A canção transformada em arma não tinha espaço para acolher o pessoal, o íntimo, o que seria considerado alienante, como eram julgadas as músicas da Jovem Guarda¹²⁶. Os Festivais da Canção, ocorridos nesse período, eram o território do confronto musical. A juventude estudantil comparecia em massa. As apresentações aconteciam num ambiente acalorado, onde torcer por esta ou aquela música assumia ares de opinião política. Francisco Silva descreve assim o clima dos Festivais:

Era o tempo em que se fazia música como se vai para a guerra: venciam-se batalhas nos auditórios de TV (...) O cômico em tudo era que o poder se considerava derrotado por uma canção que falava das pessoas que acreditavam nas flores vencendo o canhão! Num espaço repleto de símbolos, palavras cantadas e rimas valiam tanto quanto fuzis.¹²⁷

No momento em que o gosto musical identificava as posições políticas, Gilberto Gil e Caetano Veloso inauguraram um novo estilo: o *tropicalismo*, que causou polêmicas pelas inovações propostas. Os arranjos misturavam música erudita com guitarra elétrica. As letras das canções eram fragmentadas, como a linguagem das passeatas estudantis e comícios relâmpagos da época.

¹²⁴ Holanda, Heloísa Buarque de & Gonçalves, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 45.

¹²⁶ O conflito entre os defensores da música de protesto e a Jovem Guarda levou à organização de uma passeata, que reuniu uma multidão na noite de 18 de julho de 1967. A chamada ‘Passeata contra a guitarra elétrica’ foi liderada por Elis Regina, Gilberto Gil, Jair Rodrigues, Edu Lobo, Zé Kéti e os integrantes do MPB -4.

¹²⁷ Silva, Francisco C. T. Op. cit., p.13.

Representava um Brasil múltiplo, ressaltando as contradições culturais. Satirizava o nacionalismo, criticava a idéia de revolução. Buscava subverter os valores burgueses, pois não acreditava em uma revolução social sem uma revolução individual. Neste sentido, os tropicalistas estavam mais concatenados com os ideais do maio francês do que com os dos universitários de esquerda no Brasil, que taxaram o movimento de apolítico, o que era considerado uma falta grave na época.

O Tropicalismo recebeu críticas de todos os lados. A direita não tolerava o comportamento irreverente do grupo nem suas investidas contra os valores estabelecidos. Aos representantes da MPB incomodava a internacionalização cultural. Os estudantes de esquerda o acusavam de omissão ante o avanço da ditadura e vaiaram e atiraram bananas na apresentação de Caetano no festival de 1968.¹²⁸

As características desse movimento repercutiram também no cinema e no teatro, onde se incorporaram o tom alegórico, a justaposição de fragmentos, o cafonha, o arcaico e o moderno. O Teatro pautou-se por uma estética de agressão, defendida por José Celso Martinez Correa, que visava impactar a platéia para despertar a classe média.

Mas de todas as experiências a que melhor expressou esta tendência foi a exposição do artista plástico Hélio Oiticica, em abril de 1967, intitulada *Tropicália*. Segundo Paiano,

A idéia era criar uma situação em que imagens tropicais, nostálgicas e lúdicas convivessem com o futuro planejado, industrial e tecnológico representado pela TV. Esses elementos contraditórios, no entanto, não são resolvidos numa síntese pacífica e explicativa, mas estão lá para deixar claras essas contradições.¹²⁹

Buscava-se uma outra leitura do mundo, não a dualista que marcava a nossa sociedade. Para os tropicalistas as coisas podiam ser boas e más, belas e

¹²⁸ As considerações sobre o tropicalismo foram embasadas nos livros de Enor Paiano, Heloísa Buarque e Marcos Gonçalves e Maria Helena Simões Paes, já citados anteriormente.

¹²⁹ Paiano, Enor. Op. cit., p. 31.

feias, a contradição era entendida como um dado indissociável de nossa existência.

Diretamente relacionado com seu próprio momento histórico, o movimento acenava com uma alternativa ao crescente panorama de acirramento político que varria o período. E exatamente por desprezar a radicalização política não foi compreendido. A transgressão enquanto recusa da política tradicional, por parte dos tropicalistas, atingia em cheio o meio estudantil, que no campo do comportamento e das relações pessoais era conservador.¹³⁰ Os universitários brasileiros não foram seduzidos pela forma anárquica e rebelde assumida pelo movimento. Se nos países de capitalismo desenvolvido a recusa dos autoritarismos, à esquerda ou à direita, indicava o sopro de ventos libertários, não era o que acontecia aqui.

No Brasil, a rebelião estudantil foi atravessada pelas contradições impostas pela ditadura. E comungando da crença da esquerda de que as condições objetivas da revolução estavam dadas no país, os universitários que lideraram a radicalização estudantil no período 1964-1968 ansiavam por realizar a revolução que fora interrompida pelo golpe militar. O projeto era arrancar o entrave à implantação do socialismo, ou seja, o militarismo, com tudo o que lhe dava sustentação: o imperialismo, o latifúndio, a classe dominante. Nessa conjuntura, só as canções de Geraldo Vandré poderiam representar os ideais desta juventude; o tropicalismo ficou marginalizado.

¹³⁰ Maria Bryner, militante do PCB e universitária no período em questão, em depoimento a autora datado de setembro de 2001, pontuou este caráter de seus companheiros, que criticavam qualquer transgressão aos valores da época.

Quem sabe faz a hora

A ditadura viu que os estudantes não estão acreditando nas suas enroladas de que está combatendo a corrupção, defendendo a Universidade e outras mentiras, e que nós percebemos que o que a ditadura quer é lascar o povo. E continuamos dispostos a mostrar que a ditadura é contra o povo. E isso apavora a ditadura.¹³¹

O movimento político-militar de 31 de março se consolidou sem um movimento de resistência organizado. Os seus líderes registraram apenas duas mortes “em combate”, ambas ocorridas no centro do Recife, no episódio que passamos a relatar, com base em reportagens do Diário de Pernambuco e da Revista Istoé.¹³²

No dia 01/04/1964, uma passeata de universitários saiu, à tarde, da Escola de Engenharia, organizada pelo Diretório desse estabelecimento e pelo DCE¹³³, “ambos reconhecidamente comunistas”. A manifestação percorreu a rua Nova, em direção a Dantas Barreto. O improvisado protesto contra o Exército contou com a participação de populares e fez demorada provocação à tropa

¹³¹ Resistência e Luta, Jornal Estudantil, 07/05/1969. In, Prontuário do Movimento Estudantil, Fundo SSP/DOPS APEJE no. 7458.

¹³² Ver *Diário de Pernambuco*, 02/04/1964, 1ª p. e ‘Relatório do IV Exército’, in *Revista Istoé* nº 1383, 03/04/1996, p.26.

¹³³ Diretório Central dos Estudantes.

militar que se postava na Av. Dantas Barreto, diante do Edifício JK. Os soldados dispararam suas armas para o ar, com o objetivo de amedrontar os manifestantes. Em resposta, receberam uma chuva de pedras e laranjas. Cerca de 50 tiros foram deflagrados. Houve grande correria. Restabelecida a calma, verificou-se haver dois mortos e um ferido. Os dois mortos eram os estudantes José de Albuquerque Barros, de 17 anos e Ivan da Rocha Aguiar, de 23. Ubirajara Nunes da Silva, de 19 anos, também estudante, ficou ferido na perna.

O IV Exército considerou o episódio como uma operação de limpeza com dissolução de ajuntamento e a prisão de elementos que tentavam grande e generalizada agitação na Av. Guararapes, com dois mortos e quatro feridos. A UEP, o Centro de Estudantes Secundários de Pernambuco e a Associação Recifense de Estudantes Secundários permaneceriam três dias em luto pela morte dos dois estudantes.

Essas duas mortes foram de estudantes que, segundo Paulo Cavalcanti, saíram às ruas em defesa da Constituição.¹³⁴ Mas não é esta a imagem registrada pelos jornais. Pretendia-se consolidar a representação das Forças Armadas como defensoras da democracia.¹³⁵ Com este intuito, a reportagem do Diário de Pernambuco, jornal simpatizante e colaborador do golpe, retratou a manifestação como uma agitação de estudantes comunistas em resistência ao movimento militar. Atingia-se, assim, dois objetivos: justificar as mortes “em combate” e demonstrar que a tensa situação justificava a intervenção militar no poder.

Embora fosse nossa expectativa, a notícia de dois de abril de 1964 não é a primeira de uma série em que os estudantes aparecem resistindo ao golpe. Ao contrário, as reportagens das semanas seguintes testemunham várias manifestações de apoio ao recém-instalado Regime Militar. O que deixa

¹³⁴ Cavalcanti, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*. Recife, Guararapes, 1980, p. 355. Segundo o autor, o Major Hugo Caetano Coelho, conhecido pelas suas ‘truculências’, tomou a arma das mãos de um soldado e alvejou os dois estudantes, um nas costas e outro no rosto.

¹³⁵ Os ‘excessos’ que levaram à morte dos estudantes foram cometidos pela unidade comandada pelo coronel Darcy Vilocq, conhecido como o oficial mais à direita entre os comandantes da área da 7ª Região Militar. O coronel Antônio Bandeira, chefe da Segunda Seção do IV Exército, ordenou a retirada da tropa de Vilocq da Av. Dantas Barreto e seu deslocamento para área de “gente de cabeça mais fria”, medida que pode ter evitado maior número de vítimas. Cf. *Jornal do Commercio*, 31/03/1994, p. 7, *Caderno Especial 64 – 30 anos*.

transparecer que existia nas faculdades uma direita organizada, que passou a se expressar sem os limites que a oposição impunha.

Evidencia-se, então, que o Movimento Estudantil era composto por militantes ligados à direita e à esquerda, e que o caráter de contestação radical à ditadura, que assumiu nos anos 1967/1968, foi construído na ação. Ao promover ações objetivando concretizar a reforma universitária, os estudantes conheceram a face autoritária do regime. Nesse momento, o discurso dos líderes de esquerda começou a ganhar estatuto de verdade e, conseqüentemente, apoio entre os estudantes.

O Movimento Estudantil que se seguiu ao golpe em Pernambuco, apresenta contornos bastante imprecisos, que só vão se delineando a partir do amálgama constituído pelas ações reivindicatórias estudantis agregadas às ações / reações do governo a essas manifestações.

2.1. O Movimento Estudantil

Na década de 1960, há um aumento no número de estudantes universitários, a nível mundial. As famílias de classe média se estruturaram em torno do mito da educação como via para a ascensão social e passaram a investir na carreira universitária para seus filhos.¹³⁶ Mas as Universidades não se encontravam preparadas física, organizacional e intelectualmente para receber tal influxo, o que suscitou muitos protestos estudantis.

No Brasil, pesquisas demonstram que as matrículas cresceram em média 12,5% ao ano entre 1945 e 1962 ¹³⁷. Em 1935 existiam 27 501 universitários, e em 1965 esse número chegou a 155 781, o que representa um aumento de mais

¹³⁶ Hobsbawn, Eric. Op. cit., 1995.

de 5 vezes, enquanto a população, no mesmo período, apenas duplicou.¹³⁸ Esse crescimento permitiu a projeção de um novo grupo social – o dos universitários. Eles constituíram um fator novo na cultura e política do país, agindo como importante veículo de expressão nacional, principalmente no momento de fechamento político pelo qual passava o Brasil, onde a oposição não tinha vias legais de atuação.

Embora tivesse havido um aumento expressivo do número de vagas entrar na Universidade ainda era um privilégio para poucos em nosso país. Os estudantes universitários representavam apenas cerca de 0,5% da população, sendo quase todos filhos da classe média.¹³⁹ Ao entrar na Universidade e se deparar com os seus problemas, os jovens começavam a organizar-se. Relacionando as dificuldades das instituições à estrutura do país, tendiam a radicalizar seu discurso, gerando uma simpatia nos partidos de esquerda. Mas, paralelamente, a firmeza de seus propósitos era percebida com desconfiança. A esquerda considerava a origem de classe de grande parte do alunado como um grave defeito. Para ela, só a burguesia e o proletariado tinham posições definidas em nossa sociedade. Os estudantes, por mais que desejassem a revolução, possuíam as características de sua classe de origem, que oscilava entre estar ao lado dos interesses burgueses ou se redimir com os operários na construção da sociedade socialista¹⁴⁰.

Mesmo com todas essas reticências, foi precisamente desse grupo que se formou mais da metade do contingente das organizações de esquerda do período militar.¹⁴¹ Objetivando corrigir esse desvio pequeno burguês, algumas organizações adotaram a política do “suicídio de classe”: seus militantes se purificariam suicidando-se como classe para ressuscitar como revolucionários¹⁴².

¹³⁷ Martins Filho, João Roberto. ‘Os estudantes nas ruas, de Goulart a Collor’. In Martins Filho, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas, Mercado das Letras/ UFSCAR, 1998, p. 14.

¹³⁸ Pereira, Luiz Carlos Bresser. *As revoluções utópicas*. Petrópolis, Vozes, 1979.

¹³⁹ Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1999, p. 30.

¹⁴⁰ Oliveira, José Alberto Saldanha de. *O Movimento Estudantil alagoano e a resistência ao Regime Militar – 1968/ 1980*. Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, 1994, p. 104.

¹⁴¹ Ridenti, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993, p.121.

¹⁴² Reis Filho, Daniel Aarão. Op. cit., p.146.

Acreditando que por meio dessa prática seria formado um partido operário, a partir de 1967 a Ação Popular iniciou um trabalho de integração de seus membros com os trabalhadores. Os apistas foram enviados para o campo e para as fábricas. No campo, eles deviam se infiltrar como camponês pobre ou assalariado rural. Nas cidades, iriam morar em bairros pobres e trabalhar nas fábricas. Assim, pensava-se ser possível a reeducação dos portadores de desvios ideológicos¹⁴³.

A AP e o PCB eram as tendências majoritárias no Movimento Estudantil de Pernambuco, nos anos de 1964/1968, segundo depoimento de Nadja Bryner.¹⁴⁴ Essa influência do PCB no Estado pode ser compreendida à luz do contexto pernambucano do pré-golpe. Segundo Paulo Cavalcanti, a direção local do PCB rejeitava a estratégia de Frente Democrática, defendida a nível nacional.¹⁴⁵ É possível que esta postura tenha inviabilizado a formação de Dissidências Estudantis no Recife, a exemplo do que ocorreu no Rio, São Paulo e em outras capitais do país.

Na avaliação de Marcelo Santa Cruz¹⁴⁶, embora a partir de 1966 muitos estudantes pecebistas pernambucanos tenham migrado para a AP, PC do B e PCBR, a influência do partido continuou expressiva no meio universitário. Tanto assim que organizou-se no Recife, em 1967, uma frente que representaria os interesses do partido no XXIX Congresso da UNE.

A Frente Única Progressista (FUP) apresentou-se no Conclave, realizado em agosto de 1967, denunciando que a UNE havia se transformado num monopólio de forças políticas, deixando de representar os interesses estudantis. Defendia que as diretrizes da entidade deveriam pautar-se nas reivindicações específicas dos universitários. Assim seria possível travar-se uma luta mais

¹⁴³ Oliveira Júnior, Franklin. *Paixão e Revolução: capítulos sobre a História da AP*. Tese de Doutorado, Recife, UFPE, 2000, p. 308. Neste trabalho encontramos uma citação de Betinho, onde ele interpreta o trabalho de integração: “era pegar um movimento pequeno-burguês, colocá-lo numa máquina de tortura ideológica e desta máquina o movimento sairia operário. Uma vez operário seria formado um partido fantástico.”, p. 309.

¹⁴⁴ Depoimento concedido a autora em setembro de 2001. Nadja Bryner era aluna da Faculdade de Direito, no período em discussão, sendo filiada ao PCB.

¹⁴⁵ Cavalcanti, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: memórias políticas*. Recife, Guararapes, 1985, p. 95.

¹⁴⁶ Ativo participante do ME em Pernambuco, em depoimento a Oserias Gouveia. In Gouveia, Oserias. *Os (des) caminhos da utopia*. Tese de Doutorado. Recife, UFPE, 2001, p. 120.

concreta, levando a um engajamento de alunos menos politizados nas manifestações.

As propostas da FUP foram rejeitadas pelos congressistas, que as entenderam como um espelho das teses do PCB, que encontrava-se marginalizado na UNE, devido ao caráter reformista de suas posições. A organização dessa Frente, liderada por estudantes de Pernambuco e da Bahia, objetivava, exatamente, quebrar a barreira entre os líderes estudantis, tentando convencê-los da justeza das teses pecebistas, o que não surtiu o efeito desejado.¹⁴⁷

Ao contrário do PCB, a AP acreditava que o Movimento Estudantil poderia ser a base impulsionadora da revolução brasileira – o que esteve tacitamente colocado em suas ações. Por isso, pautava suas orientações para o movimento na denúncia à ditadura militar e ao imperialismo norte-americano. Deveriam ser organizadas várias manifestações, onde seriam criados fatos políticos,¹⁴⁸ objetivando despertar a massa para o inevitável confronto com o Regime Militar. Este encaminhamento apista conquistou amplo apoio entre a esquerda estudantil.

As DIs e a POLOP, dividindo com a AP a influência na UNE, também acreditavam no ME enquanto força desencadeadora da Revolução, mas pensavam que seu papel deveria ser o de suscitar uma consciência crítica no meio universitário. Insistiam que as ações deveriam pautar-se nas reivindicações específicas dos estudantes, pois ao envolver-se nas lutas, os universitários compreenderiam a necessidade de uma revolução para mudar as estruturas do país.

¹⁴⁷ Poerner, Arthur José. *O poder jovem: uma história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 305- 308.

¹⁴⁸ Hagemayer define o fato político como uma “mobilização de estudantes em passeatas por quaisquer reivindicações (...) [que] serviria como chamariz da violência policial, em que a cobertura da imprensa daria publicidade ao movimento, que denunciava a ditadura no Brasil através de frases provocativas ao governo.” Hagemayer, Rafael Rosa, ‘1968: ano da derrubada do ensino pago no Paraná’. In Martins Filho, João Roberto. Op. cit., p.100. A criação destes fatos objetivava desmascarar o caráter ditatorial do Regime, despertando na massa a simpatia pelos estudantes, seus ‘verdadeiros defensores’, e a necessidade de se unir para a derrubada dos seus inimigos.

Elegendo Luís Travassos para a presidente da UNE, o Congresso reverenciou a linha de atuação defendida pela AP. Na Carta Política da UNE, aprovada pelo congresso, é possível perceber esta orientação:

A tarefa fundamental do Movimento Estudantil é a luta política, que consiste numa preparação para aliar-se às classes que, historicamente, terão seu papel importante no processo de transformação social. A luta do Movimento Estudantil é de denúncia da ditadura e do imperialismo, sendo, além disso, uma luta concreta e prática contra a intervenção ditatorial e imperialista nas Universidades. [. . .] A UNE [. . .] promoverá seminários sobre o acordo MEC – USAID, sobre lutas de libertação nacional, sobre a internacionalização da Amazônia e sobre a Aliança Operário – Camponesa – Estudantil.¹⁴⁹

A influência dos partidos políticos nas manifestações estudantis do período é incontestável. Mas é preciso pontuar que o Movimento Estudantil não foi manipulado por esses partidos. Segundo Daniel Aarão:

Apesar das pretensões destes partidos [de esquerda] de serem a vanguarda, de regerem e instrumentalizarem os movimentos sociais, não era incomum serem arrastados pela dinâmica do ME.

Entre estudantes e revolucionários, entre movimentos e partidos, existia uma simbiose e autonomia. Muitos analistas, e inclusive participantes da época, perderiam a capacidade de distinguir as nuances entre o movimento social e os partidos revolucionários, num jogo sutil em que nem sempre os candidatos a mentores – os partidos – conseguiam impor seus pontos de vista ‘iluminados’ ‘às massas’ – o movimento social.¹⁵⁰

O autor representa os universitários como o ator principal das manifestações de oposição à ditadura militar, e os partidos e intelectuais como os coadjuvantes que alimentavam a pretensão de ser seus mentores.

¹⁴⁹ Carta Política da UNE. Apud Poerner Artur José, Op. cit., p. 307.

¹⁵⁰ Reis Filho, Daniel Aarão. Op. cit., p. 34.

Embora em sua maioria os líderes estudantis tivessem filiação partidária e procurassem direcionar o movimento às orientações de seu partido, nem sempre a massa estudantil apoiava as suas propostas, uma vez que todas as deliberações eram discutidas em assembléias. Daniel Reis propõe que o Movimento Estudantil era sindicalista, pois se fortaleceu através de um amplo programa de reivindicações específicas discutidas na base. As propostas surgiam, ou eram confirmadas, a partir de inúmeras assembléias, em cada turma, cada faculdade e universidade. Só depois desses debates eram sintetizadas pelos órgãos de representação estudantil. O movimento recrudescu pela mobilização presente em seu cotidiano¹⁵¹. A grande ligação estabelecida entre as entidades representativas e os universitários possibilitou ao ME concentrar forças para desafiar o Regime Militar.

A concentração estudantil em torno das suas reivindicações e o fato de ser um movimento urbano, com espaço na mídia, favoreceram uma certa mobilidade de ação e uma adesão popular às manifestações promovidas pelos universitários. Isto possibilitou que liderassem a oposição ao regime instituído em 1964.

É importante considerar que os estudantes secundaristas também engrossavam as fileiras das manifestações universitárias no Recife. Protestavam contra os cortes de verbas para a Universidade, o que, segundo eles, os prejudicava, ao impedir um aumento do número de vagas oferecidas a cada ano, dificultando o ingresso nos cursos superiores e provocando o problema dos ‘excedentes’¹⁵².

Um episódio ilustrativo da mobilização dos estudantes secundaristas em Pernambuco é o ocorrido em setembro de 1967, quando o diretor do Colégio Estadual de Pernambuco, além de proibir a circulação dos jornais *Vanguarda* e *Opinião*, produzidos por seus alunos, impediu a formação do grêmio estudantil.

¹⁵¹ Reis Filho, Daniel Aarão. Op. cit., p. 36. Esta argumentação é também defendida por Vladimir Palmeira, no artigo intitulado ‘Movimento Estudantil’. In Raposo, Eduardo. 1964 – 30 anos depois. Rio de Janeiro, Agir, 1994, pp. 259-261.

¹⁵² ‘Excedentes’ eram os alunos aprovados nos vestibulares, mas que não eram aproveitados por falta de vagas nas escolas. O problema dos excedentes será causa de inúmeras manifestações estudantis nesse período. Informações baseadas em jornais editados pelos estudantes secundaristas. In, Prontuário, Fundo SSP/ DOPS APEJ nº. 17428.

Os estudantes afirmavam que o diretor havia tomado esta atitude, porque estava inconformado com as denúncias feitas nos jornais, que criticavam o acordo MEC-USAID, denunciavam a desorganização do colégio, a falta de higiene dos sanitários, o aumento das taxas de matrícula e a deficiência do ensino.¹⁵³

Segundo reportagem do Diário de Pernambuco, os vinte e dois alunos responsáveis pelos jornais foram suspensos e, mesmo sem autorização, realizaram uma assembléia no colégio, para mostrar aos companheiros a arbitrariedade dos atos do diretor. A nota de protesto dos alunos publicada nesta reportagem foi apoiada por mais de vinte diretórios universitários.¹⁵⁴

O grau de envolvimento dos secundaristas nas ações pode ser medido pelo número de prisões que sofreram nesse período. Em setembro de 1968, por exemplo, quando a polícia invadiu o DCE da Universidade Federal de Pernambuco¹⁵⁵, duas alunas do Colégio Estadual do Recife foram presas. Apesar de menores, esses estudantes, quando detidos, eram interrogados e muitas vezes permaneciam encarcerados até o seu julgamento, como ocorreu com os secundaristas Fernando Santa Cruz¹⁵⁶ e Ranieri Maranhão do Vale, presos enquanto participavam de um comício realizado por universitários na Assembléia Legislativa de Pernambuco, no dia 19 de maio de 1967¹⁵⁷.

Todo esse engajamento de estudantes secundaristas e universitários em lutas reivindicativas não pode ser atribuído simplesmente ao trabalho subversivo de organizações radicais de esquerda, como consideravam as autoridades. As propostas, conforme já vimos, eram tiradas do seio do próprio movimento, através das reuniões e assembléias. Sendo assim, a expressiva participação desses

¹⁵³ 'Nota de Protesto'. In *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJ nº. 6122. Assinam a nota os responsáveis pelos jornais: Paulo Pontes, Paulo Carneiro, João de Lima Neto, Fernando Avelar, Brivaldo Almeida, Arnóbio Pereira, Jarbas de Holanda, Francisco S. Neto, José Eudes Freitas, Marcos Melo, Luciano Correia, Ana Maria, Givaldo G., Alberto Oliveira Silva e Antônio Arraes de Oliveira.

¹⁵⁴ DP, 14/09/1967, p. 7.

¹⁵⁵ Episódio considerado no capítulo 3.

¹⁵⁶ Marcelo Santa Cruz, em depoimento à autora, em 15 de maio de 2002, disse que Fernando, seu irmão, na correria que se seguiu à investida policial sobre os estudantes, esbarrou em um policial e ambos caíram, sendo que Fernando caiu por cima do policial. Os outros vieram e começaram a espancá-lo. Foi preso e processado, sob acusação de ter queimado a bandeira norte-americana, sendo absolvido no julgamento. Em fevereiro de 1974, militante da AP -ML, mas com vida legal, foi preso em um 'ponto' com Eduardo Collier Filho. Ambos constam da lista dos desaparecidos políticos.

¹⁵⁷ DP, 20/05/1967, p. 7.

jovens, em manifestações, passeatas, assembléias, ocupações de universidade, acampamentos nas áreas universitárias pode ser analisada por outro viés.

Essa intensa mobilização sugere que havia um forte atrativo para a ação, para o engajamento na luta por um país diferente. Propomos que toda esta participação política do estudante, que chegou a ser denominada no período de “Poder Jovem”, era comandada pela convicção de que a revolução estava por acontecer. Esta idéia norteava o imaginário estudantil da época. O depoimento de Marcelo Santa Cruz ilustra bem nosso pensamento:

A gente acreditava, apesar de toda a força repressiva, toda a força da ditadura, que a nossa geração ia fazer a revolução socialista, distribuição de renda, fazer a reforma agrária, construir uma democracia em que o capital e o trabalho fossem mais bem distribuídos e que cada um teria o seu quinhão, de acordo com o seu valor, com a sua capacidade, que não houvesse disparidade entre ricos e pobres. E que o Estado seria o responsável pela justiça social.¹⁵⁸

A ex-militante do PCBR, Maria Yvone Ribeiro, também pontuou essa crença da juventude da época. Segundo ela, tinha-se como certo que a revolução estava por acontecer. E não seria no futuro, mas imediatamente.¹⁵⁹

Nos discursos analisados, percebemos que existia entre os jovens a certeza de que era a hora de fazer girar a roda viva da história. Segundo Freire e Brito, as ações humanas são guiadas pela paixão, só os apaixonados contestam, protestam, lutam, revolucionam. Essa geração se apaixonou pela revolução, e apaixonada partiu em busca de sua utopia.¹⁶⁰

Num mundo de desencanças ante o devir, é bastante sedutor ouvir a história desses estudantes que, acreditando estar combatendo com as leis da história a seu favor, se organizaram para comandar a revolução. Consideravam que, ajudado pelas suas ações, o socialismo seria vitorioso. Julgavam-se os parceiros de uma sociedade nova e mais justa.

¹⁵⁸ Depoimento de Marcelo Santa Cruz a Oserias Gouveia.

¹⁵⁹ Depoimento de Maria Yvone Loureiro Ribeiro à autora, em maio de 2001.

¹⁶⁰ Freire, Roberto & Brito, Fausto. *Utopia e paixão: a política do cotidiano*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987, p. 98.

2.2. A revolução que tanto amamos¹⁶¹

A idéia do ME enquanto vanguarda revolucionária se formou nos anos de 1967 e 1968, com a adesão popular conquistada pelo movimento, somada à grande repercussão obtida na imprensa e às ações do regime militar. Transformando-se num grande canal de expressão, o movimento atraiu jovens menos politizados e parcelas descontentes da população. Segundo avaliação dos seus militantes, o Movimento Estudantil chegou em 1968 a um nível de agitação que não existia nem entre os operários nem entre os camponeses.

A projeção do ME enquanto a vanguarda da revolução socialista no Brasil é uma construção histórica do processo que se desenrolou no pós-golpe. Ao insistirmos que o imaginário da revolução empolgava o debate político do momento, sendo a força motriz das ações estudantis, não pretendemos que o conceito de revolução fosse homogêneo. Pensamos nele como uma palavra chave que ligava os vários movimentos que buscavam mudanças. Como propõe Zaia Brandão:

Participávamos, sim, de um idioma comum à época, que continha, entre outras idéias, as de liberdade, autodeterminação dos povos, justiça social, reformas de base e desenvolvimento. Mas, com elas, montávamos diferentes retóricas e acalentávamos diferentes projetos, que nos mobilizaram e à sociedade para caminhar no sentido de um futuro melhor.¹⁶²

Havia o sonho coletivo de construir uma sociedade melhor, mas os caminhos apontados pelos jovens engajados politicamente eram bem diversos. Alguns jovens deram vivas à “Revolução de 31 de Março”, que livraria o país dos comunistas e o guiaria rumo ao porto seguro do desenvolvimento capitalista,

¹⁶¹ Alusão ao título do livro de Daniel Cohn-Bendit: 1968 – A Revolução que tanto amamos.

¹⁶² Brandão, Zaia. ‘Política estudantil e movimento educacional’. In, Raposo, Eduardo(coord.) . Op. cit., p. 272.

onde o espelho seria a sociedade norte-americana. Almejavam a implantação, no Brasil, do *american way of life*.¹⁶³

Os estudantes de esquerda acalentavam o sonho de outro tipo de revolução, que provocaria uma transformação radical na sociedade, levando o povo ao poder. Uns acreditavam que o socialismo viria por etapas, outros, via foco insurrecional, outros, ainda, através da guerra popular prolongada. Os aspectos táticos e estratégicos da guerra ou da política dependiam do partido ou da organização de esquerda a que estivessem ligados, ou fossem simpatizantes.

Percebe-se que a geração de 60 acreditava numa transformação eminente do mundo, fosse em que direção fosse. Era um momento de intenso sentimento de mudança e da necessidade de se antecipar a elas, tentando dirigi-las no sentido que se acreditava ser o ideal.

Um segmento dos estudantes democratas – como se autodenominavam os que eram partidários do golpe – começaram a se desencantar com a revolução que haviam apoiado.¹⁶⁴ Muitas vezes foram se identificando com a retórica dos companheiros de esquerda e passaram a apoiá-la. Isto contribuiu para um fortalecimento da esquerda estudantil.

Além dos ‘democratas’, outros estudantes, sem definição política, também se identificaram com o discurso das lideranças da oposição, principalmente no período 1967-1968. Muitos se sentiram contagiados pela necessidade de uma reforma na Universidade e com a repercussão das manifestações estudantis na mídia. A eclosão de protestos universitários em diversos países do mundo, todos com caráter de crítica ao governo instituído, representou um estímulo a mais.

Para Hobsbawm, “se houve um momento, nos anos de ouro posteriores a 1945, que correspondeu ao levante mundial simultâneo com que os revolucionários sonhavam após 1917, foi sem dúvida 1968, quando os estudantes se rebelaram.”¹⁶⁵ Esses movimentos cruzaram oceanos e as fronteiras de

¹⁶³ Paes, Maria Helena Simões. Op cit, pp. 14-20.

¹⁶⁴ Este assunto será objeto de análise no próximo segmento do capítulo.

¹⁶⁵ Hobsbawm, Eric. Op. cit., p. 292.

sistemas sociais. Tanto nos países capitalistas como nos socialistas, a rebelião estudantil apontou as mazelas produzidas pela sociedade industrial.¹⁶⁶

Na Tchecoslováquia, os estudantes apoiaram o governo de Alexander Dubcek que, eleito Secretário Geral do Partido Comunista, em janeiro de 1968, vinha empreendendo uma política de liberalização do regime. As autoridades soviéticas não toleraram as modificações propostas e invadiram a capital tcheca. Tropas do Pacto de Varsóvia marcharam sobre milhares de universitários e populares que se defendiam com paus, pedras e coquetéis molotov. Era o fim da ‘Primavera de Praga’, como ficou conhecido o movimento.¹⁶⁷

Na Polônia, após a proibição de uma peça de teatro, por parte do governo, estudantes saíram às ruas pedindo o fim da censura. Muitos foram presos, o que provocou novas reações. O exército polonês foi implacável na repressão.¹⁶⁸

Olgária Matos, analisando os protestos estudantis nos países socialistas, afirma que não era o regime que se questionava, mas a falta de liberdade que os governantes no poder haviam imposto à sociedade. “Ao contrário do que a imprensa faz pensar, o Movimento Estudantil nos países socialistas não se opôs de nenhuma forma ao marxismo e nem foi favorável ao liberalismo (...), mas significou uma crítica à esquerda do marxismo petrificado.”¹⁶⁹

Nos países capitalistas criticava-se a sociedade autoritária e burocrática, incompatível com o desejo de liberdade. Seduzidos pelas teorias de Hebert Marcuse, que garantia que o avanço tecnológico havia gerado uma falta de liberdade confortável, criando um indivíduo acomodado e acrítico¹⁷⁰, os jovens projetaram transformar o mundo, pondo-o de ponta-cabeça. Num panfleto parisiense de 1968, os jovens justificavam sua insatisfação:

É preciso combater um erro fundamental: a idéia de que só a miséria material justifica a revolta e que um homem ‘que tem tudo de que precise’

¹⁶⁶ Marcuse, Herbert. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pp. 24-25.

¹⁶⁷ Matos, Olgária C.F. Op. cit., p. 21.

¹⁶⁸ Idem, ibidem, p.20.

¹⁶⁹ Id, ibid, p. 21.

¹⁷⁰ Marcuse, Hebert. Op. cit.

(no plano material) deve se encontrar igualmente satisfeito no plano moral. Na sociedade atual o intelectual é por essência insatisfeito... não consegue fazer compreender sua exigência de verdade e liberdade.¹⁷¹

Nos EUA, essa insatisfação levou a inúmeras manifestações, em que se contestava a guerra do Vietnã e se apoiava a luta dos negros pela igualdade civil. Suécia, Espanha, Itália, Alemanha, Japão, México e Argentina foram países que também enfrentaram rebeliões radicais da juventude. Sempre reprimidas pela polícia, o que contribuía para uma radicalização do movimento.

De todas as manifestações estudantis ocorridas durante o ano de 1968, o maio parisiense recebeu maior destaque na historiografia. Segundo Daniel Cohn-Bendit, foi uma revolução ímpar, sem líderes e sem propostas definidas¹⁷². A utopia anarquista de uma sociedade sem autoridades parecia ser o marco teórico dos combatentes. O sonho de uma sociedade mais romântica, onde a imaginação tomasse o poder, para que fosse “proibido proibir” e se decretasse “o estado de felicidade permanente”¹⁷³, era o norte. Os grafites escritos nos muros da cidade ditavam palavras de ordem antiautoritárias. As estruturas burguesas de dominação foram questionadas, suscitando um sentimento de que era preciso rever muitos valores até então inquestionáveis. Considerando que a solidez das instituições podia se diluir com as críticas, os defensores do *status quo* partiram para a reação. No entanto, o Presidente francês convocou eleições para a Assembléia Nacional, o que contribuiu para desarticular os universitários.¹⁷⁴

Apesar das especificidades das rebeliões estudantis ocorridas em vários países, no ano de 1968, podemos identificar pontos comuns a elas: os estudantes não aceitavam a tutela dos partidos tradicionais de esquerda, desprezados por estarem integrados ao sistema, dele se locupletando; as manifestações iniciavam-se por críticas à universidade e com a repressão policial evoluíam para um questionamento político mais amplo; e, ao contrário de inaugurar um mundo mais livre, como se pretendia, o resultado final do grande sobressalto político que

¹⁷¹ Apud Matos, Olgária. Op. cit., p. 3

¹⁷² Cohn-Bendit, Daniel. Op. cit., p. 10.

¹⁷³ Grafites escritos nos muros de Paris.

a juventude provocou nos governos, foi o início de um dos mais longos períodos conservadores da história do Ocidente.¹⁷⁵

Parte do alunado, menos politizado, não conseguiu se manter imune a este apelo para a mobilização. Se de um lado havia o estímulo da conjuntura internacional, de outro grassavam os problemas no Brasil. O país estava atravessando uma crise econômica – que ameaçava as expectativas dos estudantes de ascensão social – agravada por um regime autoritário. Sentia-se o desejo de se envolver na luta para alterar essa difícil situação.

2.3. A política educacional do Governo Militar

No período de governo de João Goulart, quando se lutou pelas chamadas reformas de base, os estudantes se mobilizaram para defender uma reformulação na Universidade. No primeiro semestre de 1962, a UNE realizou o II Seminário de Reforma Universitária, em Curitiba. As propostas eram consensuais: democratização do acesso às faculdades, gratuidade do ensino, fim do sistema de cátedra vitalícia, adoção de um sistema de ensino voltado para a cultura nacional, livre do modelo europeu e americano e a adoção da principal bandeira de luta do período: o co-governo, ou seja, a participação dos estudantes nas congregações das escolas, na proporção de 1/3. Acreditava-se que tomar parte nas congregações escolares seria garantia de que a Reforma Universitária refletiria os anseios dos estudantes.¹⁷⁶

Se a nível nacional os estudantes participaram das campanhas propostas por João Goulart, em Pernambuco, muitos universitários aderiram ao programa de governo de Miguel Arraes, que se pautava por uma maior participação

¹⁷⁴ As citações utilizadas no parágrafo foram retiradas de Olgária Matos.

¹⁷⁵ Esta análise pode ser vista em vários autores, entre eles: Octavio Paz, Eric Hobsbawm, Olgária Matos, Maria Helena Simões Paes, Marcio Moreira Alves.

popular nas decisões políticas.¹⁷⁷ Esse grande envolvimento dos universitários nos programas promovidos pelo governo que antecedeu ao golpe, levou as autoridades militares a tomar medidas que possibilitassem uma anulação da oposição estudantil. Um ato terrorista foi perpetrado contra a sede da UNE, que foi incendiada em 1º de abril de 1964.¹⁷⁸ Além disso, houve instauração de processos contra estudantes com notada atuação política. Segundo dados colhidos por Poerner, cerca de 3 000 universitários foram presos e expulsos das faculdades, em todo o país ¹⁷⁹.

A UNE e as entidades universitárias estaduais sofreram intervenção. Em Pernambuco, a UEP foi invadida por tropas do IV Exército, que impediram a realização de eleições para a escolha de nova diretoria.¹⁸⁰ Djair de Barros Lima foi empossado como interventor da entidade. A pretensão do governo militar era que as entidades se envolvessem exclusivamente com os problemas universitários.

Um panfleto dirigido aos estudantes universitários, assinado pela Aliança Renovadora Estudantil, recolhido pela Delegacia Auxiliar em 13/11/64, avaliava assim o momento:

As nossas conquistas sociais, conseguidas através de longas lutas e sucessivas vitórias, fez despertar a maioria do povo para a necessidade de realização de reformas de base, e de luta por um governo essencialmente popular, ao mesmo tempo em que provocava a união dos setores políticos reacionários, se forjando um esquema armado para a derrubada do governo de Goulart. Com o golpe, foram destruídas as nossas conquistas nacionalistas; e agora, nos impede de avançar PACIFICAMENTE.

A quartelada hoje lança suas garras contra o Movimento Estudantil, porque conhece suas lutas, que se ligam diretamente com as do povo, e porque sabe a sua intervenção no processo revolucionário brasileiro. (...) O terror está

¹⁷⁶ Rosas, Clemente. *Praia do Flamengo, 132: crônica do Movimento Estudantil nos anos 1961-1962*. Recife, FUNDARPE, 1992, p. 90.

¹⁷⁷ Brayner, Flávio Henrique Albert. *Partido Comunista em Pernambuco*. Recife, Editora Massangana, 1989, pp. 110-111.

¹⁷⁸ Poerner, Artur. Op. cit.

¹⁷⁹ Idem, ibidem, p. 278.

generalizado. Professores são alijados da vida universitária e estudantes estão ameaçados constantemente de sofrerem repressão.

(...)

Devemos nos mobilizar e lutar contra o terror estudantil, contra as deficiências de ensino nas escolas, a favor de eleições livres e pelas lutas democráticas. Perdemos a nossa organização legal, e agora devemos passar para clandestina.¹⁸¹

A conclamação para a luta ainda não encontraria acolhida entre os estudantes. Ao contrário, o que se seguiu ao golpe foram várias manifestações de apoio à retirada das lideranças ‘subversivas’ das entidades estudantis. Os estudantes de Direito da Universidade do Recife (UR) enviaram um manifesto às Forças Armadas, de “integral e irrestrita” solidariedade ao movimento de 1º de abril ¹⁸². Em Bezerros, no dia 25 de abril, foi promovida concentração em homenagem ao Exército.¹⁸³ Demonstrando apoio ao golpe, os alunos da Universidade do Recife reclamaram da permanência do reitor, João Alfredo da Costa Lima, na Universidade, uma vez que ele tanto havia colaborado para perturbar a democracia através do Serviço de Extensão Cultural e da Rádio da Universidade do Recife. Pediam, segundo reportagem do *Diário de Pernambuco*, uma intervenção na reitoria ¹⁸⁴.

Denúncias de que a UNE recebia verbas do governo João Goulart para apoiá-lo levaram os universitários a desconfiar dos propósitos de seus líderes. Passou-se a veicular a imagem de que eram corruptos. Essa campanha visava conquistar apoio para se reformar a UNE. A intenção era afastar os estudantes de esquerda da direção da entidade, que deveria ser liderada pelos estudantes ‘autênticos’. Para estes a reestruturação pretendida seria uma tarefa fácil, uma

¹⁸⁰ ‘Panfleto’. In *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 7458.

¹⁸¹ ‘Panfleto’. In *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 7458. Não foi encontrada informação adicional sobre a aliança estudantil responsável pelo panfleto. Por seu discurso podemos localizá-la nos grupos de esquerda de cunho nacionalista, influenciados pelas propostas de Leonel Brizola, conforme visto no capítulo 1.

¹⁸² DP, 14/04/1964, última página.

¹⁸³ DP, 26/04/1964, terceiro caderno, p. 5.

¹⁸⁴ DP, 25/04/1964, p. 3. No dia 13 de abril o jornal noticia a renúncia do reitor, que foi substituído, em 22/08/64, por Murilo Guimarães, com apoio de mestres e alunos.

vez que os ‘comunistas’ estavam sendo afastados paulatinamente das lideranças estudantis, pois os “verdadeiros estudantes” não se deixavam mais influenciar por sua retórica.¹⁸⁵

Mesmo com o apoio recebido dos estudantes ‘autênticos’, e com as intervenções implantadas nas entidades estudantis, o governo militar sentia-se vulnerável ante esse grupo. Os fatos pareciam demonstrar que era preciso tomar medidas mais contundentes.

Os universitários do Rio entraram em greve, em outubro de 1964, por causa da decisão da Congregação de suspender por 6 meses toda a diretoria do Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito. Embora não tenham conseguido apoio geral entre os colegas – um grupo de alunos se declarou contrário à greve¹⁸⁶ –, o episódio demonstrou uma cisão na classe estudantil.

Na tentativa de evitar uma reorganização da oposição universitária, o Ministro da Educação enviou ao Congresso Nacional a Lei 4 464 – mais conhecida como Lei Suplicy, em alusão ao nome do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda. Aprovada em 9 de novembro de 1964, colocava na ilegalidade a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes. Em seu lugar deveriam ser criados o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e os Diretórios Estaduais de Estudantes (DEE), entidades sem autonomia, subordinadas ao MEC.¹⁸⁷

A medida tomada pelo governo para consolidar o regime entre a massa estudantil resultou inócua. Até mesmo os ‘democratas’ repudiaram a lei. Djair Barros Lima, interventor da UEP, em nota oficial, publicada pelo *Diário de Pernambuco*, em 11 de novembro de 1964, afirmou que sempre havia combatido os líderes “subversivos e corruptos” do meio universitário, bem como os “estudantes profissionais”, por isso se considerava com respaldo para não apoiar a extinção da UNE. Na sua opinião, o ministro deveria combater os abusos

¹⁸⁵ As informações sobre as verbas recebidas pela UNE e a intenção dos estudantes em reformulá-la foram colhidas no DP dos dias 12/04/1964 (primeira página) e 30/05/1964 (p.7).

¹⁸⁶ Neste episódio, como em outros que serão abordados no próximo tópico deste capítulo, durante os anos de 1964/1966, fica marcada uma divisão clara entre os estudantes que apóiam e os que repudiam o Regime Militar. Os dois discursos se digladiam para ganhar estatuto de verdade entre a massa estudantil.

¹⁸⁷ Poerner, Artur. Op. cit., p. 243.

praticados nas entidades e não fechá-las. Por discordar da lei, deixava a interventoria da UEP.

Carlos Artur Andrade – outro ‘democrata’ – teve de se afastar da entidade que dirigia, a União Pernambucana dos Estudantes Primários e Particulares (UPEPP), porque a Lei, colocou a UPEPP na ilegalidade. Em nota publicada pelo *Diário de Pernambuco*, ele se dizia admirador do esforço do Exército para manter a democracia no país. Entretanto, sentia muito a extinção da sua entidade, pois agora estava conseguindo encaminhá-la bem, já que a encontrara em péssimas condições e com má reputação, devido à atuação dos seus antigos dirigentes comunistas.¹⁸⁸

A Lei Suplicy não teve êxito. Além de afastar os líderes ‘democratas’, ainda fechou entidades aliadas ao golpe. E o que o governo temia acabou por ocorrer, os vários segmentos estudantis se uniram para sua revogação. O Conselho Extraordinário da UNE, reunido no início de 1965, com o objetivo de eleger uma diretoria provisória, que seria responsável pela organização do XXVII Congresso da entidade (marcado para julho de 1965), aprovou a realização de um plebiscito nacional onde a Lei Suplicy seria avaliada.

Em Pernambuco, a UEP, em junho de 1965, distribuiu panfleto contendo o texto da Lei¹⁸⁹ e convocando os alunos para participar do plebiscito, que já havia sido realizado no Rio, São Paulo e Paraná. A posição da UEP é assim exposta no texto:

Nossa posição ao solicitar o ‘referendum’, é a de querer uma manifestação livre e independente por parte do estudante pernambucano. Uma posição com referência às suas próprias entidades, e à sua própria independência, Não nos movimenta o simples desejo de fazer oposição, mas sim o direito de sermos livres e independentes. Queremos o respeito aos vinte e tantos anos de lutas históricas do Movimento Estudantil brasileiro.

¹⁸⁸ DP, 11/06/1966, p. 7.

¹⁸⁹ O texto da lei pode ser lido nos anexos.

Pedimos a sua opinião. Livre e independente. Autônoma e consciente. Democrática e renovadora.¹⁹⁰

Por este discurso, percebe-se como a tradição era utilizada para legitimar essas entidades vintenárias. O seu histórico de lutas era utilizado para defendê-las. A preservação das instituições era considerada como um imperativo para a manutenção da democracia, que as Forças Armadas afirmavam estar defendendo. Mas a decretação da ilegalidade desses órgãos era incompatível com o discurso democrático do governo. Iniciava-se um processo de desgaste do Regime Militar entre os universitários.

A oposição à Lei 4 464 foi tão intensa que ela não se efetivou. O XXVII Congresso da UNE, realizado em julho de 1965, em São Paulo, já um desafio à lei, aprovou a proposta defendida pela AP, POLOP e PC do B, de boicote às eleições marcadas para o dia 16 de agosto de 1965. A idéia era a de que os líderes de esquerda deveriam formar os chamados Diretórios Acadêmicos Livres¹⁹¹, que se manteriam autônomos em relação ao MEC.

Através de reportagem do Diário de Pernambuco, percebemos que a proposta do Congresso se consolidou. A notícia referia-se à dificuldade para que as eleições dos Diretórios Acadêmicos se realizassem até o final do mês, como previa a Lei Suplicy, uma vez que grande parte deles encontrava-se sem direção, porque os alunos haviam criado os DAs livres.¹⁹² Pela Lei, os estudantes deveriam escolher, através do voto direto, os presidentes dos DAs e estes participariam da escolha indireta do presidente do Diretório Estadual, que estaria apto a participar das eleições para o Diretório Nacional dos Estudantes. Com estas várias eleições indiretas pretendia-se dificultar a escolha de estudantes de esquerda para a direção dos organismos estudantis.

Nesta mesma reportagem, o Ministro da Educação acusava os governadores estaduais de contribuírem para que a lei fosse desrespeitada. Para ganhar a simpatia dos universitários, eles permitiam o funcionamento das Uniões

¹⁹⁰ 'Campanha do Plebiscito'. In, *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 7458.

¹⁹¹ Poerner, Artur. Op. cit.

Estaduais, postas na ilegalidade pela lei 4 464. O jornal concluiu a reportagem afirmando que “o ideal seria criar condições para que as antigas entidades, dominadas pelos esquerdistas e comunistas, fossem reconquistadas pelos estudantes democratas”.¹⁹³ Esta proposta, também defendida pelo ex-interventor da UEP, não foi considerada pelo governo. Este temia que organismos estudantis autônomos pudessem suscitar o renascimento da oposição estudantil.

A falta de representatividade dos órgãos criados pela Lei Suplicy era patente. Isto levou o governo Castelo Branco a revogá-la. No entanto, as antigas entidades não foram legalizadas, como reivindicado pelos alunos. Ao contrário, proibiu-se a existência de qualquer órgão que articulasse os estudantes a nível regional ou nacional. Com o Decreto 288, de fevereiro de 1967¹⁹⁴, limitava-se a atividade estudantil ao âmbito de cada Universidade. No entanto, até a decretação do AI-5 e do Decreto 477, a UNE e as Uniões Estaduais continuaram suas atividades, ainda que na ilegalidade.

Os universitários acreditavam que a intenção do governo, ao impor a Lei Suplicy e depois o Decreto 288, era implantar nas universidades a sua proposta de reforma, sem oposição.¹⁹⁵ Desde o período do governo de João Goulart que a UNE fazia campanhas para que houvesse representação estudantil nos órgãos universitários, o que garantiria aos alunos uma participação efetiva no processo de reforma universitária.¹⁹⁶ A imposição dos acordos MEC-USAID¹⁹⁷ para a reforma das universidades brasileiras causou grande descontentamento, por desconsiderar a antiga reivindicação dos estudantes de intervirem no processo de modificação das estruturas universitárias.

Os acordos MEC-USAID de planejamento do ensino superior¹⁹⁸, firmados com o governo dos Estados Unidos, visavam uma reformulação das

¹⁹² DP, 03/08/1966, primeira página.

¹⁹³ Idem

¹⁹⁴ Este decreto ficou conhecido como Decreto Aragão, em referência ao então Ministro da Educação Muniz de Aragão.

¹⁹⁵ Como é defendido por Artur Poerner, Daniel Aarão Reis, Vladimir Palmeira, João Roberto Martins Filho, entre outros.

¹⁹⁶ No ano de 1962, aconteceu a greve dos estudantes universitários pelo co-governo, como visto anteriormente.

¹⁹⁷ Ver o texto do convênio nos Anexos.

¹⁹⁸ Surgidos na gestão do Ministro Suplicy, estes acordos seguiam a orientação do Relatório Atcon, que era a apresentação da filosofia educacional norte-americana para a América Latina. Elaborado em 1958,

universidades brasileiras, baseada no modelo norte-americano. Pelo seu teor, a principal função da Universidade passaria a ser o fornecimento de mão-de-obra tecnologicamente qualificada para as grandes empresas. A consciência política, a crítica social e a criatividade humanística deviam ser erradicadas da formação do aluno ¹⁹⁹. As universidades se transformariam em fundações, onde, gradualmente, seria extinto o ensino gratuito.

Esta medida conseguiu desagradar inúmeros estudantes. Aos poucos os líderes do governo, com sua ações, iam angariando descontentamento e oposição entre aqueles que os apoiavam. O discurso da esquerda cada vez parecia mais merecedor de crédito. O governo revolucionário desagradava seus defensores. Num memorial redigido pelos líderes do departamento estudantil da ARENA de Pernambuco, Djair Barros Lima e Carlos Frederico Canavarro, endereçado a Costa e Silva, então candidato a Presidente da República, expressa-se este descontentamento com o governo de Castelo Branco:

(...) Outro problema grave e que não chegamos a compreender por se tratar de um governo revolucionário, é que a atual administração, enquanto proclama a intenção de aumentar cada vez mais o número de vagas nas faculdades em face da situação criada pelos excedentes, paralelamente o sr. Ministro do Planejamento força uma absurda contenção nos orçamentos já minguados das Universidades em cerca de 30%, sendo de mais de 1 bilhão de cruzeiros só na Universidade Federal de Pernambuco (...). Apelamos, também, para que deixem de prender inocentes e indefesos estudantes quando os verdadeiros corruptos e subversivos estão soltos zombando da Revolução, que está desacreditada pela política econômica do Sr. Roberto Campos, levando a população a situação aflitiva de miséria e fome. (...).”²⁰⁰

por Rudolph P. Atcon, este relatório preconizava a transformação das universidades estatais em fundações privadas, colocando o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de 10 anos. Para que os acordos MEC-USAID fossem executados, criou-se uma equipe integrada por cinco técnicos brasileiros e cinco norte-americanos, que constituíram a Equipe de Planejamento do Ensino Superior.

¹⁹⁹ Martins Filho, João Roberto. Op. cit., p. 74.

Este memorial deixa transparecer que havia uma decepção com o Governo Militar, mas não uma oposição a ele. Consideravam que o futuro Presidente poderia fazer a Revolução triunfar. É possível identificar, também, uma simpatia pelos estudantes presos, que não podiam ser considerados subversivos só por discordarem da política governamental. O discurso político dos líderes de oposição passava a ser percebido de forma diferente.

Diante dessa conjuntura, onde seu discurso reaparecia com estatuto de verdade, os líderes estudantis de esquerda passaram a denunciar a intervenção norte-americana nas universidades. Segundo eles, os acordos MEC-USAID eram a extensão do imperialismo à cultura, visando impedir que se formassem cidadãos críticos, capazes de desempenhar bem seu papel na sociedade brasileira. Por isso acreditavam ser urgente lutar para que os acordos não fossem implementados.

Na Carta Política, que apresentava a proposta da chapa ‘Luta, trabalho e participação’ para as eleições do DA do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em 1968, se evidencia a leitura que a classe estudantil fazia desses acordos:

(...) a situação de dominação econômica e política a que estamos submetidos – por parte do Imperialismo Americano – evoluiu consideravelmente. O imperialismo montou aqui as suas indústrias intensificando a sua exploração econômica, e a partir de 1964, através de um GOLPE MILITAR assumindo assim o controle do poder político. Assistimos desde então uma progressiva adaptação do Estado brasileiro aos interesses do imperialismo (...) Ora, a Universidade não podia ficar fora desta ‘adaptação’. A universidade precisaria ser reestruturada para atender as necessidades das indústrias imperialistas e de dominação cultural de nosso povo. Surge o MEC-USAID que visa transformar a Universidade em fundações privadas, formar profissionais que apenas executem a técnica dos grandes monopólios e nunca técnica para o nosso desenvolvimento. Neste sentido é que está sendo

²⁰⁰ DP, 24/07/1966, p.7.

feita aqui a reestruturação da UFP, o corte de verbas ²⁰¹ para a educação, o vestibular arrocho, em fim, a aplicação da Universidade MEC/USAID, proposta pela ditadura militar.

A isto o Movimento Estudantil responde com lutas por mais verbas, mais vagas, pela gratuidade do ensino, pela reformulação de currículos, em síntese, pela transformação da universidade arcaica em uma Universidade que atenda aos interesses do povo, boicotando a implantação da Universidade MEC/USAID, proposta pela ditadura.²⁰²

A luta contra o MEC-USAID unia os vários setores do ME, representados pelos estudantes que pensavam que o Movimento Estudantil deveria priorizar a luta política; pelos que queriam aliar a luta política com as lutas específicas; e pela massa estudantil que via nesses acordos uma deturpação da Reforma Universitária idealizada. O ano de 1966 foi palco de inúmeras mobilizações de universitários, em vários Estados do Brasil, contra os acordos. A tensão só se dissipou quando o então Ministro da Educação, Muniz de Aragão, revelou sua disposição de revisar as cláusulas dos acordos ²⁰³.

A repressão às manifestações levou os estudantes a desacreditar das intenções democráticas do governo. A chave de interpretação dos acordos fornecida pelas lideranças de esquerda, de que representavam a infiltração do imperialismo norte-americano na educação, ganhou adeptos entre os setores nacionalistas da população, deixando o governo desgastado. As pressões estudantis levaram o Ministro da Educação do período Costa e Silva, Tarso Dutra, a comprometer-se com uma revisão dos pontos polêmicos do acordo ²⁰⁴. As denúncias dos alunos motivaram uma reunião do Conselho Federal de Educação em 06 de junho de 1967, para apreciar o MEC-USAID. Nessa reunião ficou estabelecido que os acordos deveriam ser encaminhados à Câmara do

²⁰¹ O Jomal Universitário, órgão de responsabilidade da reitoria, publicou no ano de 1967 quadro demonstrativo da redução progressiva das verbas destinadas à Universidade. Pelo quadro temos: em 1964 foi recebida a seguinte verba: 8.245.443; em 1965, houve uma diminuição para 6.839.745; em 1966, a verba foi reduzida para 5.648.446; em 1967, só foram recebidos 2.633.592. In 'Panfleto', *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, no. 6122.

²⁰² 'Carta Política'. In *Prontuário de Inquérito de Estudantes*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 28801.

²⁰³ DP, 01/01/1967, p.3.

²⁰⁴ Poerner, Op. cit., p. 259.

Ensino Superior para um estudo mais aprofundado. Um dos conselheiros se pronunciou contrário à utilização de técnicos brasileiros como simples parceiros do projeto,

porque a educação pressupõe um projeto educacional independente e autônomo. Não concordo que o Conselho Federal de Educação seja um subsidiário do acordo MEC-USAID, porque o Conselho é um órgão de onde deve nascer a política nacional de educação.²⁰⁵

A imagem nacionalista do governo saiu enfraquecida dessa tentativa de implementar a reforma universitária em parceria com o governo norte-americano. Diante de tantas críticas, o Presidente Costa e Silva esperou que o prazo dos acordos se expirasse, o que ocorreria em junho de 1968, para não realizá-los.²⁰⁶ Desta forma não se assumiria o risco do reconhecimento de que a pressão das manifestações estudantis havia feito o governo recuar. Nesse período, o ME já estava com um nível de mobilização intenso, o governo não poderia demonstrar que havia cedido, pois isto fortaleceria a retórica dos estudantes, estimulando ainda mais a oposição. Na época pareceu mais conveniente aos militares deixar o tempo passar, para que se acenasse com uma nova proposta de reforma, dirigida pelo Estado.

As diretrizes do governo para a universidade não conseguiam se efetivar, por seu caráter autoritário. A união dos universitários para inviabilizá-las possibilitou a construção de uma representação do ME como uma grande força de oposição ao regime, levando vários setores da população a se alinhar ao movimento. Esta adesão contribuiu para projetar nos estudantes a imagem de que seriam a vanguarda da revolução brasileira. Acreditavam que o seu movimento tinha a missão de se defrontar com a ditadura, para desmascará-la e tornar possível a sua derrubada. Esta idéia foi construída nas ações desenvolvidas entre os anos de 1964 a 1968.

²⁰⁵ 'Relatório especial de informações nº. 13', de 21 de junho de 1967. In *Prontuário de Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122.

²⁰⁶ Skidmore, Thomas. Op. cit., pp. 151-160.

2.4. As manifestações estudantis e a consolidação do discurso de esquerda

No ano de 1965, o Movimento Estudantil em Pernambuco ainda se achava bastante dividido em relação ao governo militar. Militantes de direita e de esquerda se digladiavam na tentativa de alcançar a hegemonia entre o seu grupo. Com avaliações opostas sobre a situação nacional, tentavam ganhar adeptos para seus pontos de vista. É bastante ilustrativa do pensamento dos ‘democratas’, a proclamação publicada no *Diário de Pernambuco* por ocasião do aniversário de um ano da Revolução:

Comemora-se hoje um ano que o Brasil marcou nova data de independência. Estava a nossa Pátria sacudida, de norte a sul, por uma onda de agitação. Um clima de insegurança reinava em todos os lares e em todos os recantos deste enorme país. Estivemos à beira do abismo, ao risco de vermos banhado, com o sangue de nossos irmãos, o solo sagrado que recebemos de nossos pais. (...)

Foram os nossos irmãos brasileiros, que não estavam dormindo e, vendo chegar o momento decisivo para a batalha, a deflagraram. Uma batalha bonita, sem sangue e sem lágrimas, sem ódio e sem rancores. (...) Foram os heróis que nos restituíram a segurança. Era tarde demais para se assegurarem os direitos democráticos. Só mesmo a força poderia conter nossos inimigos, que a essa altura já nos feriam com o último insulto. Nós que fazemos hoje a classe estudantil de Pernambuco, não poderíamos deixar passar despercebido esta data significativa. Representamos a elite desta nação, reconhecemos nossos deveres e os nossos direitos como também reconhecemos os benefícios públicos e notórios deste acontecimento hoje decantado.

A revolução, entre outros aspectos de sua positividade, derrubou um governo corrupto e desmoralizado, sem condições de respeito nem de realizações. (...)

Mas, existem os descontentes, os anti-revolucionários, aqueles que querem negar ou deixar de reconhecer a nossa vitória.

São esses comunistas, os subversivos, aqueles que tinham a ânsia do poder, para a imposição de suas ideologias. (...) existe uma classe que também é incontente

(sic). São os menos favorecidos, é a classe pobre, nossos irmãos, que assim o fazem por desconhecerem, talvez que os seus direitos estão assegurados, que a sua segurança está intocável, que o seu progresso será evidenciado. (...)

São, portanto, essas considerações que nós, estudantes do presente, dirigentes do futuro, queremos prestar à causa da revolução. Confiamos plenamente nos empreendimentos dos nossos dirigentes. Cremos na democracia. Faremos tudo pelo Brasil.

José Albuquerque Cavalcanti – Presidente em exercício do DEE; Djair Barros Lima – Presidente do DCE da Universidade do Recife; Luis Rodrigues – Presidente do DCE da Universidade Católica.²⁰⁷

É importante ressaltar que nessa fase a imprensa ainda estava fechada com a Revolução de 1964, publicando somente fatos que a enalteciam. O discurso dos estudantes de oposição não teve espaço nos periódicos de grande circulação, mas o jornal *Combater*, publicação do Partido Comunista, registrou a análise desses estudantes sobre o aniversário da Revolução:

“Não era de esperar que com as liberdades democráticas sustadas por uma revolução dita ‘salvadora’ fosse o meio estudantil sofrer funestas consequências. Expurgados os ditos corruptos e subversivos do seio da classe, logo se normaliza a situação como tentaram justificar suas perseguições e violências.

Resolveram então, os heróis da revolução, fechar as entidades de classes, impedindo um direito inalienável do homem, universalmente reconhecido - o da associação e livre arbítrio.

Para onde vai uma nação, quando o povo repousa a esperança moral e intelectual na classe estudantil e esta recebe uma orientação e uma cultura pré-fabricada do estrangeirismo, forçada nos seus costumes e nas determinações de suas leis? (...)

Sem representação de classe, como irão os estudantes defender seus direitos, conseguidos através de tantas lutas e sacrifícios? E é sabido que estes direitos representam apenas mínimas conquistas e não as necessárias. Assim mesmo foram violentamente cassadas e os estudantes perseguidos, porque mais do que ninguém são conscientes da verdadeira perspectiva democrática. (. . .)

²⁰⁷ DP, 31/03/1965, p.5.

Pertencemos a uma parte da geração não contaminada pelo egoísmo e mediocridade. O caráter indelével de nossa personalidade é marcado pela rebeldia, e ânsia de perfeição.

Traços mal vistos pelas classes conservadoras que empregam o conformismo, ditado por seus próprios interesses, constituindo uma barreira para as conquistas do povo. Mas a transformação é a essência, por isso tendemos à mudança.

Há um ano que sofremos as conseqüências do regime totalitário, (...) Mas é com mais experiência e mais esforços que persistiremos numa resistência a este atual estado de coisas, pois a adesão firme em um ideal almejado sem temor de engano é própria de uma juventude que sabe o que quer. (...)

Isto será o Brasil e o futuro de um povo que sentir-se-á seguro, porque seguro será o governo escolhido por ele, que marchará com ele e para ele.

Neste dia será lavado, nas ruas do Recife, o sangue dos nossos colegas Jonas José de Barros e Paulo Rocha, serão recuperados os dias tortuosos dos presos-políticos e de suas respectivas famílias, serão devolvidas ao povo as liberdades. Finalmente será a libertação deste povo, cansado, explorado e humilhado na sua própria dignidade de ser humano e cidadão brasileiro.

LIBERDADE PARA A UNE !

E tudo pelos direitos estudantis !

Educação é um direito de todos.²⁰⁸

Os ‘liberais’ festejavam a sua revolução que havia restaurado a democracia sem derramamento de sangue no Brasil. Os estudantes da esquerda demonstravam o caráter opressor do Regime Militar, que destituiria um governo democrático, violentamente, com o assassinato de dois estudantes. Enquanto os ‘liberais’ diziam que o povo reclamava por falta de esclarecimento, pois, além de ter tido sua segurança garantida, conheceriam o progresso com o novo regime, os opositores diziam que a ‘revolução salvadora’ tivera um caráter de manutenção do *status quo*. Portanto, afirmavam que só uma revolução popular poderia acabar com a situação de pobreza em que vivia grande parte do povo brasileiro. As visões eram contraditórias e irreconciliáveis. Restava o embate

para convencer os companheiros de sua veracidade. Foi este processo que se desenrolou durante os anos de 1965 e 1966. No ano de 1967, já não se lê na imprensa notas dos estudantes democratas contra as manifestações organizadas pela esquerda; as ações do Regime levaram o discurso destas lideranças a se tornar hegemônico.

As ações promovidas pelos estudantes de direita eram contestadas pelos da esquerda e vice-versa. O jornal *A Luta* publicou, em março de 1965, que o presidente do Diretório Acadêmico (DA) de engenharia considerava que o DCE da Universidade do Recife (UR) era um órgão decorativo, pois não lutava pelo fim das anuidades que passaram a ser cobradas após a instalação do Regime Militar²⁰⁹. Presidentes de mais de vinte DAs daquela Universidade distribuíram manifesto se solidarizando com o Presidente do DCE, Djair Barros Lima, por ter sido o pioneiro na luta contra as anuidades no Estado de Pernambuco.²¹⁰

O episódio em que o Presidente Castelo Branco foi vaiado na aula inaugural da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foi condenado pelo presidente do DCE da UR e ainda interventor da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), que afirmou que a vaia não era mais do que “extravasamento do recalque vermelho, corrupto e indesejável. (...) Não há perseguição a estudantes, mas desrespeito as autoridades.”²¹¹

A Escola de Engenharia, considerada pelo DOPS a escola que liderava os movimentos estudantis de esquerda em Pernambuco²¹², iniciou o ano letivo de 1965 em greve, contra a transferência dos alunos do primeiro e segundo anos para a Cidade Universitária. Alegava que esta medida era uma tentativa de “divisão dos estudantes, pois estes são temidos pelo diretor devido a sua comprovada firmeza de posições”.²¹³ Embora a greve não tenha obtido êxito²¹⁴,

²⁰⁸ ‘Jornal Combater’, nº.10, abril/maio, 1965. In *Prontuário de Relatórios*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 27593.

²⁰⁹ A informação de que as anuidades passaram a ser cobradas com a implantação do Regime Militar, encontra-se no Jornal ‘A Luta’, nº. 1, junho, ano 1, 1965. In *Prontuário de Relatórios*, Fundo SSP/DOPS APEJE, no. 27593.

²¹⁰ DP, 10/03/1965, primeira página.

²¹¹ DP, 12/03/1965, primeira página.

²¹² ‘Relatório de Informações’. In *Prontuário do PCB* Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 7504.

²¹³ Jornal ‘A Luta’, nº. 1, junho, ano 1, 1965. In, *Prontuário de Relatórios*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 27593.

²¹⁴ Idem.

demonstrou que os estudantes de oposição permaneciam dispostos a lutar pelos seus ideais.

Em agosto de 1965, nas eleições para os diretórios acadêmicos a esquerda se sagrou vitoriosa nas escolas de Direito (elegendo José Walter Lubarino), de Engenharia (com Aécio Matos) e de Agronomia (com Edson Correa). O fato da eleição para o DA de Direito ter sido vencida pela esquerda provocou a reação dos estudantes de direita, que contavam com expressiva representação nesta escola. Estes afirmaram que a eleição fora fraudulenta. Em setembro, distribuíram nota dizendo que a atuação do seu diretório era “esquerdista”, pois promovia eventos destinados a agitar e criar discórdia no meio estudantil:

(...) realização de uma exposição de pintura, com quadros de autoria de artistas comunistas, em sua maioria, na qual foram incluídos alguns pomográficos e outros altamente irreverentes e subversivos. (...)

Programam, ainda, os agitadores do DA, atividades diversas como os chamados ‘Festivais de Bossa Nova’, de cunho caracteristicamente comunista e representações de peças que lembram o malfadado ‘tempo de Arraes’. (...)

O diretor da Faculdade de Direito e seus professores, com a autoridade moral que lhes confere o cargo ainda mais reforçada pela Revolução de 31 de março, não permitirão, certamente, que um diretório a serviço do Partido Comunista, obedecendo a orientação, embora velada, do conhecido agitador Jarbas de Holanda ²¹⁵, continue a agitar falando em nome dos estudantes de Direito, uma vez que ele foi eleito irregularmente e por uma minoria de pouco mais de 1/3 dos acadêmicos.(...)

Os estudantes democratas confiam na atitude decidida dos professores, que lhes ensinam diariamente a fazer justiça e esperam tranqüilos a decisão justa e legal do

²¹⁵Jarbas de Holanda ingressou na Juventude Comunista em 1955. Nessa época, participou ativamente do movimento secundarista contribuindo para a criação de grêmios estudantis reivindicatórios nos principais colégios. Em 1960, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal e em 1963 foi eleito vereador. Por ocasião do golpe foi preso por votar contra a cassação do prefeito Pelópidas Silveira. Sua intensa participação nos movimentos reivindicativos lhe valeu a imagem de perigoso agitador comunista, o que aprofundou seu ingresso na vida clandestina no ABC paulista.

Conselho Técnico, anulando a eleição injusta, ilegal e irregular do diretório esquerdista.²¹⁶

O Presidente do DA – José Walter Lubarino – prontamente respondeu a nota, afirmando que a impugnação da eleição havia sido julgada improcedente. Dizia não entender como festivais de música e exposições de pintura podiam ser consideradas atividades subversivas. Reclamou que seus opositores não tiveram coragem de assinar a nota e que queriam ganhar as eleições “na marra”, não aceitando o processo democrático. Segundo ele, estava contando com apoio de seus colegas de curso, que manifestaram-se solidários a ele²¹⁷.

Em meio a este embate, o *Diário de Pernambuco* publicou uma reportagem em que o delegado auxiliar, Álvaro da Costa Lima, afirmava que, nos últimos três ou quatro anos, estudantes brasileiros, nordestinos em sua maioria, vinham freqüentando cursos em Moscou. Esta declaração objetivava vincular os protestos estudantis ao comunismo internacional, para desencorajar os universitários a participar de suas ações.

Mas se a situação parecia estar favorecendo os ‘democratas’ até 1965, a partir de 1966 o jogo começou a se inverter. A imprensa, sentindo-se prejudicada com o benefício que a Rede Globo vinha recebendo por parte do governo, iniciou a publicação de reportagens que expressavam descontentamentos com o Regime.²¹⁸ Os protestos estudantis ganharam mais espaço na mídia. A repercussão alcançada foi de tal importância que, em julho de 1968, o Conselho de Segurança Nacional solicitou uma diminuição na publicação dessas reportagens. Esse espaço ampliado na imprensa favoreceu a criação dos chamados fatos políticos, levando simpatia às reivindicações estudantis e a um descontentamento com o autoritarismo governamental. A representação dos estudantes enquanto vítimas de um regime ditador começava a se efetivar, com o apoio decisivo da imprensa.

²¹⁶ DP, 15/09/1965, p. 7.

²¹⁷ DP, 16/09/1965, p. 7.

²¹⁸ Fato que será considerado no próximo capítulo.

Em março de 1966, uma passeata de calouros em Belo Horizonte foi violentamente reprimida. As forças policiais invadiram a Igreja de São José para retirar estudantes e populares que ali se refugiaram. Considerou-se um excesso a violação de um templo católico, o que gerou muitos protestos. Estudantes saíram às ruas em vários Estados. Era a concentração de esforços para demonstrar a verdade mais expressiva para os líderes de esquerda naquele momento, ou seja, a de que a Revolução de 31 de Março não havia sido deflagrada para a defesa da democracia, mas era a instalação de uma ditadura com vistas à manutenção do *status quo* vigente. Esta era a versão que os estudantes da oposição queriam apresentar ao povo brasileiro. A criação dos fatos políticos, segundo as lideranças do movimento, possibilitaria desmascarar a farsa do Regime Militar.

As passeatas de apoio aos estudantes mineiros no Rio e em São Paulo foram também reprimidas e levaram à organização de novas manifestações contra a violência policial. No lugar de inibir manifestações, a repressão estimulava novas passeatas e adesão maior dos que não concordavam com a violência empregada pelo governo. O discurso dos estudantes de esquerda estava tornando-se mais convincente que o dos ‘democratas’. O Regime ganhava ares de ditadura.

No Recife, os jornais não registraram qualquer manifestação de apoio aos estudantes mineiros. Aqui o meio estudantil encontrava-se revoltado com a prisão do presidente do DA de Engenharia, Aécio Matos, um dos estudantes de esquerda eleito em agosto de 1965. A acusação que pesava contra ele era a de ser membro do PCB, responsável pela distribuição, em Pernambuco, do jornal *O Movimento*, editado em São Paulo. Segundo o delegado auxiliar Álvaro da Costa Lima, o estudante era, no Estado, elemento de contato com a direção nacional da UNE. Em sua residência teriam sido encontrados 235 exemplares do jornal, que fazia campanha contra o Presidente da República e as autoridades constituídas. A desconfiança das autoridades policiais de que a Escola de Engenharia coordenava as ações do PCB em Pernambuco não era nova e vinha de informações obtidas por agentes especiais, conforme consta do ‘relatório de informações’:

No momento buscam os especialistas políticos da U.R.S. promover um ajustamento do mundo universitário brasileiro à luta que é travada (com êxito) em todo o mundo e da qual participa notavelmente o estudante (...)

Alcançaram êxito, (...) [em] Pernambuco(...) através da atuação já conhecida da Escola de Engenharia, escola que, por determinação partidária, lidera os movimentos estudantis de esquerda em Recife.

(...)Atualmente em greve, (...) a Escola de Engenharia abre as portas para uma luta de grande envergadura, atendendo assim à exigência do Partido Comunista do Brasil de, pelos meios que se fizessem necessários, conseguir a atuação aberta de esquerdistas no meio universitário, criando assim o reclamado eixo NORTE-SUL, capaz, segundo os teóricos do PC de servir de trampolim e de motivação política para o que o Partido intitula de abertura da luta anti-revolucionária no Brasil.

(...) Em Recife, (...) em São (sic) e no Rio (...) têm os esquerdistas conseguido apoio, financiamento e intercâmbio com outras entidades, assessoramento e meios outros que lhe permitem o início de uma muito bem planejada luta contra a Revolução de 31 de Março, luta essa, que por sinal, não é negada nem deve sê-lo, pois o estudante foi exatamente escolhido para esse sacrifício, pelo papel que desempenha na sociedade e de sua significação na atual conjuntura política.

‘. . . Vencida a primeira etapa da luta em Pernambuco, que representa politicamente todo o Norte e Nordeste, teremos meio caminho andado para a retomada direta dos órgãos estudantis e o domínio de toda a massa estudantil brasileira, (...)’.²¹⁹

Acreditando que esta faculdade coordenava os movimentos de esquerda no Recife, o delegado auxiliar partiu para a prisão de Aécio Matos. Esperava-se que com a prisão do líder a agitação estudantil se encerraria. Era mais compreensível para as autoridades que as manifestações dos estudantes estivessem sendo orquestradas pelo comunismo internacional, do que por uma insatisfação com a política educacional do governo. Criticar o governo era entendido, dentro do espírito de seita reinante no período, como uma traição. O erro era percebido como fraqueza e o Regime Militar não pretendia parecer fraco.

²¹⁹ ‘Relatório de Informações’, sem data. In *Prontuário do PCB*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 7504. Grifo nosso.

A prisão preventiva de Aécio Gomes de Matos, e as negativas do Conselho em revogá-la, mobilizou o grupo para sua libertação. Em carta aberta à população, os estudantes pretenderam mostrar sua versão sobre o caso:

O sentido de nossa luta

(. . .) Há cinco meses encontra-se nos cárceres de nossa cidade o colega Aécio Mattos, ex-presidente do D.A. de Engenharia. Para conserva-lo na prisão foram forjados motivos com a finalidade de manter sobre terror a classe estudantil de Pernambuco. Todos os meios para liberta-lo já foram tentados: advogados, habeas-corpus, listas assinadas, etc. . . Tudo em vão pois Aécio continua preso, inclusive ilegalmente, porque já está vencido o período de prisão preventiva.

Além de Aécio inúmeros outros colegas do sul foram presos e perseguidos pelo mesmo governo antidemocrático e antinacional, por defenderem a liberdade e por lutar contra o estado de fome, miséria e opressão em que se encontra o nosso povo.

(. . .) Particularmente em Pernambuco a luta se faz mais diretamente contra a prisão daquele colega que é sem dúvida, fruto da política ditatorial o que mais nos atinge. (. . .)²²⁰

A chave de interpretação para o caso da prisão do universitário fornecida pelos estudantes alcançou mais crédito entre a massa estudantil que organizou uma passeata para o dia 16/09/1966. A SSP proibiu a sua realização, alegando ser uma manifestação subversiva articulada com estudantes do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e da Argentina – que vinham lutando contra o governo de seu país, desde que o General Ongania assumira.

Diante da proibição, foi realizado um comício no pátio da Universidade Católica, com a presença de aproximadamente duas mil pessoas²²¹. Os estudantes Virgílio Campos, Marcos Cunha e Marcos Antônio discursaram, condenando a violência policial, a prisão de Aécio e o regime militar que vinha desrespeitando

²²⁰ ‘Carta aberta à população’. In *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122.

²²¹ Ver foto nos Anexos.

os direitos humanos. Radicalizando seu discurso, deram um ultimato ao governo, para que libertasse Aécio num prazo máximo de oito dias, findo este prazo se organizariam novas manifestações ²²². Caso o ultimato não fosse atendido, fariam uma nova concentração em 23 de setembro. ²²³

O comício encerrou-se com os manifestantes cantando o Hino Nacional, o que era comum ao final das manifestações em Pernambuco, nesse período. Os estudantes pareciam querer sinalizar que eram brasileiros, tentando desacreditar o discurso de que eram agentes do comunismo internacional. Marcelo Santa Cruz, em seu depoimento, lembra:

[a gente tinha] a ilusão de que cantando o Hino Nacional, conseguia deter as pessoas que comandavam a repressão, especialmente as forças da polícia militar, mas quanto mais a gente cantava o Hino Nacional mais o cacete comia no lombo da gente. Houve estudantes agredidos, de cabeça lascada, muitos presos em cada manifestação. ²²⁴

A realização do comício no pátio interno da Universidade Católica de Pernambuco (UCP) teve como resposta, por parte dos segmentos da direita estudantil daquela instituição, a publicação de uma nota nos jornais:

Aos Universitários Pernambucanos

Os diretórios unidos da Universidade Católica de Pernambuco, tendo em vista os acontecimentos ocorridos no recinto de sua Universidade, local de estudos, ontem transformado em palco de vergonhosa mistificação da classe estudantil pernambucana, por elementos financiados, dirigidos e orientados por agentes conhecidos da subversão internacional, notórios inimigos dos autênticos regimes

²²² Aécio Gomes Matos foi julgado em 28/04/1967, junto com os colegas Cândido Pinto, Frederico Jaime Katz, Luciano Dourado de Matos e Henrique Roberto Ramires Pinheiro. Aécio e Henrique foram condenados a dois anos de prisão, Cândido a um ano, Frederico e Luciano foram absolvidos. A acusação que pesou contra eles foi a de terem promovido um tribunal estudantil onde condenaram alguns colegas que depuseram em inquérito policial a respeito das atividades subversivas da Escola de Engenharia. Os colegas julgados pela diretoria do DA tiveram como pena a proibição de usarem o restaurante e a biblioteca da Escola, tendo sido, também, impedidos de fazer parte da cooperativa que ali funcionava, organizada pelos alunos.

²²³ DP, 17/09/1966, p. 7.

²²⁴ Marcelo Santa Cruz em depoimento a Oserias Gouveia.

democráticos, vem de público protestar diante desse estado de coisas que culminou no prejuízo dos colegas legítimos estudantes, haja vista a não existência de aulas pela intranquilidade ocasionada pela tentativa de desordem só não verificada graças a ação preventiva e prudente da Polícia Militar de Pernambuco que, de imediato, se antecedeu aos fatos, coibindo, assim, futuros e desagradáveis acontecimentos, que de muito prejudicariam a classe estudantil pernambucana.

(...)

Os diretórios unidos da Universidade Católica de Pernambuco, ao mesmo tempo que condenam as prisões arbitrárias sem culpa formada de universitários brasileiros, estranham o comportamento dos responsáveis pela ‘assembléia’ em realizar, no pátio interno de uma Universidade particular, tal espécie de manifestação, sem a devida autorização de TODOS os Diretórios integrantes da referida Universidade.

Recife, 17 de setembro de 1966.

Armando Fernandes Nóbrega – DA de Economia

Heleno Batista Ramalho – DA de Filosofia

Maria Bernadete – DA de Enfermagem

Antonio José Araújo – DA de Politécnica.²²⁵

O protesto, publicado nos jornais, demonstra que o embate entre as lideranças estudantis pela conquista da hegemonia continuava acirrado. Mas, nesse momento, devido às ações do governo, o discurso dos líderes de esquerda começava a se efetivar, para desespero dos partidários do governo, que esgotando suas armas de persuasão passaram, progressivamente, a uma maior repressão policial.

O mês de setembro de 1966 aponta nessa direção. Foi um mês marcante para o Movimento Estudantil no Brasil. Ocorreram protestos em vários estados contra a prisão de 178 estudantes paulistas durante a realização de um congresso clandestino efetuado pela UNE-UEE, em São Bernardo do Campo. Em consequência dessa arrancada espontânea, a UNE estabeleceu o dia 22/09/1966 como o ‘Dia nacional de luta contra a ditadura’. No Rio, os protestos levaram à

²²⁵ DP, 18/09/1966, p. 12.

ocupação policial da faculdade de medicina, que terminou num massacre contra os universitários ali reunidos – os policiais fizeram um corredor polonês por onde todos tiveram, necessariamente, que passar; segundo a imprensa, não escaparam nem “as mocinhas”²²⁶. Na Bahia, os policiais avançaram sobre uma passeata. Houve correria, estudantes e populares se refugiaram no mosteiro de São Bento, que foi metralhado pelos soldados ²²⁷. No Recife, os protestos ocorreram no dia 23/09/1966. A tensão só cedeu quando o Ministro da Educação, Muniz Aragão, prometeu rever o MEC-USAID.²²⁸

Em adesão às reivindicações estudantis que ocorriam a nível nacional, e em protesto pela permanência de Aécio na prisão, os universitários pernambucanos marcaram uma concentração para as 17h do dia 23 de setembro de 1966, em frente à Faculdade de Direito da UFP, de onde saíam em passeata. O policiamento ostensivo inviabilizou a concentração e fez com que os manifestantes se dividissem em dois grupos, que convergiram, um vindo da Avenida Guararapes e outro da rua Nova, para a praça da Independência, onde seria realizado um comício.

Quando os grupos se aproximaram da Praça, os policiais avançaram em direção a eles, que correram e se refugiaram na Matriz de Santo Antônio. O vigário, monsenhor Severino Nogueira, pediu que os universitários se retirassem, mas eles permaneceram e improvisaram uma assembléia na nave central do templo, enquanto outros começaram a repicar os sinos. O secretário de Segurança Pública, tenente-coronel Gabriel Aguiar, com apoio do pároco, ordenou aos policiais que esvaziassem a Igreja com determinação. “Munidos de cacetetes de madeira os homens da PMP evacuaram o prédio a força.”²²⁹ O estudante José Maria de Carvalho, na tentativa de fugir da violência policial, pulou da janela do primeiro andar, sofrendo traumatismo craniano. O seminarista Roberto de Araújo Farias foi atendido no hospital com várias escoriações e contusões pelo corpo.²³⁰

²²⁶ DP, 24/09/1966, primeira página. Ver fotos nos Anexos.

²²⁷ Idem.

²²⁸ DP, 01/01/1967, p. 3.

²²⁹ DP, 24/09/1966, primeira página.

²³⁰ DP, 24/09/1966, pp. 1, 3, 5 e 7.

A violência policial desencadeada contra a manifestação do dia 23 de setembro, no Recife, é um exemplo do recrudescimento da repressão. As autoridades policiais pareciam querer demonstrar que não recuariam ante as pressões estudantis. O esquema policial para impedir o protesto estudantil foi planejado com rigor e antecedência, conforme revelou o tenente-coronel Gabriel Aguiar, secretário de Segurança Pública.

Começava-se a reagir às passeatas estudantis como se elas fossem uma séria ameaça à ordem pública. O aparato policial envolvido na repressão (contingentes da cavalaria, tropas a pé, unidades móveis da SSP)²³¹ parecia destinado a enfrentar um inimigo bem armado e extremamente perigoso. Conter os estudantes, amedrontar a população para que não se unisse a eles faziam parte dos objetivos das autoridades policiais. Não se pode esquecer, entretanto, que estas autoridades desconfiavam da infiltração comunista entre os manifestantes, o que tornava necessário mostrar aos “subversivos” que o governo estava atento e que responderia com violência se fosse ameaçado.

Dentro dessa perspectiva de vincular as manifestações estudantis ao comunismo internacional, em fevereiro de 1967 foi noticiada a prisão de quatro universitários pernambucanos, quando distribuíam panfletos pelas ruas de Recife. O delegado do DOPS, Malebranche Bernardo, divulgou que Lácio Túlio de Oliveira, Célia Maria Uchôa Leite, Geraldo Nascimento Aguiar e Paulo Roberto Pereira Guimarães haviam sido autuados em flagrante e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. De acordo com a reportagem, os universitários revelaram, em seu depoimento, que um personagem desconhecido, representante da UNE, viera do Rio de Janeiro, com um plano subversivo idealizado pelo PCB, para ser executado no Recife.²³² Nada mais foi divulgado sobre este plano, nem sobre o estudante carioca desconhecido. No julgamento dos estudantes só se utilizou contra eles a acusação de distribuição de panfletos subversivos.²³³

²³¹ DP, 24/09/1966, p. 3.

²³² DP, 02/03/1967, primeira página.

²³³ Os estudantes foram julgados no dia 31 de maio de 1967, sendo todos condenados, com exceção de Lácio Túlio, a seis meses de prisão. DP, 01/06/1967, p. 5.

As tentativas das autoridades de vincular os protestos estudantis à subversão não surtiram efeito. A disposição com que os militantes se empenhavam nas ações despertava simpatia e adesão para seus propósitos. O engajamento na luta ao lado dos estudantes excedentes, apoiando-os, teve um papel relevante no crescimento da simpatia e apoio destes à esquerda estudantil.

O primeiro semestre do ano de 1967 foi marcado por inúmeras manifestações em favor da matrícula dos excedentes nas Universidades do Recife. Foram passeatas, acampamentos na reitoria, greves etc. Essa pressão contribuiu para que as provas fossem reavaliadas. Em consequência, as notas foram modificadas e mais de mil e oitocentos estudantes puderam matricular-se. A matrícula, entretanto, foi condicionada à prestação de novas provas em junho, para a inscrição definitiva. Nova batalha se iniciou para tentar suspender a realização dos exames. Os estudantes alegavam que sua reprovação tinha sido resultado de falhas no sistema do vestibular de 1967, como havia sido provado com a correção das provas.

Esse grupo de universitários solicitou apoio dos deputados estaduais para a sua luta. O deputado Vital Novaes fez um requerimento, que foi aprovado por unanimidade na Assembléia, solicitando ao reitor da Universidade o cancelamento das provas marcadas para o meio do ano. Uma comissão composta pelo Presidente do DCE José Oto de Oliveira e pelos deputados Vital Novaes e Marco Maciel, então líder do governo, entregou o requerimento ao reitor, que em resposta prometeu encaminhá-lo para ser apreciado pelo Conselho Universitário. Apesar do apoio dos deputados e da pressão exercida através de passeatas e acampamentos, as provas foram realizadas.²³⁴

As precárias condições de funcionamento dos restaurantes universitários era, também, um fator de protestos e de mobilização estudantil. Os estudantes denunciavam a alimentação insuficiente, péssimas instalações e a inexistência de copos e talheres em quantidade suficiente. Em assembléia realizada em 09 de maio de 1967, o Presidente do DCE da Federal denunciou que os estudantes tinham que esperar na fila até os seus colegas terminarem de almoçar e lhes

²³⁴ DP, dias 03,07 e 14 de março; 15, 18,26 e 29 de abril; 04 e 11de maio; 08 e 14 de junho.

passar o talher, para que pudessem comer. Um aluno de Direito, identificado por Guido, disse que os estudantes estavam sendo tratados como porcos, chegando ao ponto de comer feijão queimado e peixe podre. Nessa assembléia abordou-se também o problema dos excedentes, quando Virgílio Campos disse que os vestibulares de 1967 tinham sido vergonhosos, e que as universidades precisavam de uma reforma urgente, para que não fosse mais preciso realizar matrículas condicionalmente. A assembléia se encerrou com a proposta de realização de uma grande concentração em praça pública contra o descaso do governo com a educação.²³⁵

Nessa concentração, desencadeou-se o maior confronto do ano de 1967 entre estudantes e policiais. Marcada a manifestação inicialmente para a Praça da Independência, ela não pôde ser realizada no local em virtude do forte policiamento. As diversas escolas superiores também foram cercadas por tropas da PM. Os estudantes, sem um local seguro para realizar seu comício, dirigiram-se para a Assembléia Legislativa, onde o fizeram nas escadarias do Palácio Joaquim Nabuco. O prédio foi, então, cercado pelos soldados. O presidente em exercício da Assembléia, Deputado Ênio Guerra, negociou com o General Antônio Adeodato Montalverne, secretário da Segurança Pública, a saída dos estudantes. Com a garantia de que poderiam sair do prédio tranquilamente, estes cantaram em coro o Hino Nacional e deixaram o Palácio acompanhados dos deputados Valdemar Borges Rodrigues, Ênio Guerra e Vital Novais.²³⁶

Na altura da rua Princesa Isabel, os deputados retornaram à Assembléia e alguns universitários tentaram prosseguir pela rua da Aurora, sendo proibidos pela polícia. Desviaram-se, então, rumo ao Parque Treze de Maio. Na altura da rua União, ocorreu o conflito. Segundo os policiais, eles só se utilizaram da tática de dissolver tumultos. A versão dos estudantes é que foram espancados. Quatro estudantes foram presos no episódio.

²³⁵ 'Relatório da Assembléia Geral do Estudantes', realizada no pátio interno da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, 09/05/1967. In *Prontuário de Documentos Administrativos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 1729.

²³⁶ Todo o relato do episódio foi baseado nas informações colhidas nos jornais Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, do dia 20/05/1967. Ver foto nos Anexos.

Mais uma vez a repercussão da repressão policial foi negativa para o governo. Desta vez os ‘democratas’ não divulgaram qualquer nota contra os estudantes de esquerda. O silêncio parecia indicar reprovação à ação policial. Tem-se a impressão de que a partir desse episódio a esquerda conquistou a hegemonia sobre o ME em Pernambuco, uma vez que os líderes de direita não mais registraram protesto contra as manifestações estudantis.

As notas divulgadas na imprensa são de repúdio à ação do governo. A versão estudantil do episódio ficou registrada na seguinte nota:

Os Presidentes dos diversos Diretórios Acadêmicos de nossas faculdades vêm de público denunciar as atrocidades praticadas pela polícia estadual, por ocasião da realização do comício, na tarde de ontem, na Assembléia Legislativa, antes programada para a Praça da Independência, mas impedido pelo cerco policial formado, quando foram praticadas numerosas prisões e os mais violentos espancamentos dos nossos colegas. Quando a unanimidade de nossos colegas vai a praça pública no intuito de manter o diálogo com o povo e denunciar os acordos alienígenas realizados pelo Governo Federal com organizações estrangeiras, como o Acordo MEC-USAID, que visa entregar as nossas universidades para os grupos monopolistas norte-americanos e criar uma mentalidade entreguista nos nossos alunos, a Polícia impede este contato com o público. Nossa luta também se estende contra as transgressões feitas pela Reitoria ao Regimento Geral das Universidades, quando pretende submeter 1 300 primeiranistas matriculados ao massacre de um segundo vestibular. Vimos protestar, finalmente, contra a prisão dos nossos colegas, baseados na palavra dada pelo presidente da Mesa da Assembléia Legislativa, quando garantiu a segurança de nossos colegas ao término do comício.²³⁷

A imagem de estudantes subversivos que o governo buscava veicular já não conseguia se sustentar. O deputado Valdemar Borges, atacando a polícia em seu discurso na Assembléia em 22/05/1967, afirmou:

²³⁷ DP, 20/05/1967, p. 7.

Os estudantes pretendiam esclarecer o povo a respeito do acordo MEC/USAID, acordo esse que já muitos conhecem como prejudicial aos estudantes. Entretanto, as autoridades policiais não permitiram a realização do ‘meeting’, porque desde o dia 1ª de abril de 1964 vivemos no regime entreguista. Não desejavam os líderes estudantis subverter a ordem. Isto não. Quem subverteu a ordem foi o sr. Secretário de Segurança Pública, desrespeitando a autoridade superior do Estado, Governador Nilo Coelho, já que o mesmo ordenara a libertação dos estudantes presos, no que o General Secretário da Segurança informou ao governador que, dos estudantes presos, dois já estavam em liberdade, enquanto os outros estavam apenas conversando em seu gabinete, e logo depois seriam libertados . Mas, para surpresa minha,(...) os estudantes não haviam sido soltos, e sim autuados em flagrante e recolhidos ao Juizado de Menores e Quartel da Polícia Militar.²³⁸

A repercussão do episódio foi negativa. Após a saída dos estudantes, os policiais invadiram o prédio da Assembléia e impediram que os deputados que acompanharam os estudantes retornassem à Casa. Os deputados, revoltados com o desrespeito à autonomia do Legislativo, denunciaram o desacato policial à autoridade do Presidente da Assembléia, afirmaram que o cerco policial constituiu grave ameaça ao Poder Legislativo, e solicitaram que o Secretário de Segurança Pública comparecesse à sessão para esclarecer os acontecimentos. O Regime Militar já não parecia o defensor da democracia, mas seu algoz. Os estudantes, que haviam conseguido apoio dos deputados para a campanha dos excedentes, conquistavam agora simpatia para a sua luta pelo direito à liberdade de reivindicação.

A repressão ao comício estudantil e a prisão dos estudantes²³⁹ levou à realização de nova manifestação, no dia 24/05/1967. Desta vez com permissão da SSP, o comício, que reuniu cerca de três mil pessoas, ocorreu sem incidentes. Nele discursaram nove universitários, dois secundaristas e o deputado Valdemar

²³⁸ ‘Comunicação dirigida ao Delegado de Segurança Social’, do dia 22/05/1967. In *Prontuário de Documentos Administrativos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, n° 1729.

²³⁹ Os estudantes presos foram os secundaristas Fernando Santa Cruz e Raniere Maranhão e os universitários José Carlos Nogueira de Melo, Dirceu Carlos Brasileiro e Daniel Miranda Monteiro.

Borges. Todos criticaram a política educacional do governo, a repressão às manifestações estudantis e a prisão injusta de estudantes.

O aumento da violência policial contra as manifestações foi acompanhado de uma preparação para o confronto por parte dos universitários. Se nas primeiras passeatas os estudantes compareciam armados apenas de cartazes e de sua capacidade de oratória, com o recrudescimento da repressão policial passaram a se armar com coquetéis molotov, que, segundo Marcelo Santa Cruz, se aprendia a confeccionar na própria universidade:

Os estudantes colocavam gasolina dentro de uma garrafa de guaraná com pavio para acendê-lo ensopado de gasolina e sacudir a garrafa contra as forças policiais que tentavam reprimir os estudantes. Geralmente a gente tinha êxito na fabricação das bombas molotov, mas nunca tinha êxito em atingir o alvo, tendo em vista que a repressão chegava sempre com violência muito grande, botando os estudantes para correr, e o destino dessas bombas era a sarjeta das ruas sem serem arremessadas contra as forças repressoras.(...) Uma outra tática que a gente usava era levar bolas de gude para dificultar a ação da cavalaria, porque os cavalos escorregavam nas bolas e perdiam o equilíbrio, causando muitas vezes a queda do cavalo e de quem estava montado nele. Eram bolas de gude em grande quantidade e que serviam também como arma para ser arremessada contra os policiais.²⁴⁰

Apesar da munição não ser muito eficaz, tendo em vista o armamento utilizado pelos policiais, os estudantes pareciam julgar-se preparados para o combate, a contar pela grande quantidade de manifestações ocorridas até o segundo semestre de 1968, em sua maioria reprimidas, com violência.²⁴¹

²⁴⁰ Marcelo Santa Cruz em depoimento a Oserias Gouveia.

²⁴¹ Essas manifestações serão objeto de estudo do próximo capítulo.

2.5 O mito do complô²⁴²

A mínima desobediência é castigada e o melhor meio de evitar delitos graves é punir muito mais severamente as mais leves penas.²⁴³

Os militares chegaram ao poder carregando consigo a imagem de salvadores da Pátria ameaçada. Com os acontecimentos da Guerra Fria, o Exército brasileiro iniciou sua preparação para enfrentar a guerra subversiva, uma modalidade de guerra em que o inimigo não vestia farda. Na visão militar, os revolucionários de esquerda, contando com apoio internacional e se aproveitando dos problemas conjunturais do país, certamente tentariam tomar o poder no Brasil. Baseadas nesta análise, as Forças Armadas se consideravam como a instituição mais habilitada para enfrentar tal ameaça, uma vez que estavam presentes nos mais distantes pontos do território nacional.²⁴⁴

A ascensão dos movimentos de contestação ao regime foi avaliada como um sintoma da radicalização da subversão. Para os detentores do poder, os integrantes dos grupos de oposição, até os sem vínculo com organizações de esquerda, estavam servindo à estratégia da subversão. Não se fazia uma distinção entre oposição e subversão. Como pode ser percebido no ‘relatório de informações’, sobre as considerações do PCB acerca do Movimento Estudantil:

Eis, um esboço rápido do que está programado para a atuação direta do Partido Comunista no meio estudantil:

²⁴² Raul Girardet utiliza esta expressão em *Mitos e mitologia política*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 34.

²⁴³ Foucault, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 243

²⁴⁴ Scalercio, Marcio. Op. cit., 1999, p. 108.

A) Premissa de que a revolução de 31 de março está suficientemente erosada para que seja iniciado o movimento infra-estrutural de reação, partindo dos estudantes.

B) O estudante tem uma história de lutas e de plena simpatia por parte do povo, no Brasil, sempre contando, mesmo nas mais difíceis circunstâncias, com o apoio da opinião pública.

C) A massa estudantil tem capacidade para antipatizar qualquer grupo ou facção política diante do povo, através de sua participação ativa e atuando num plano reivindicatório identificado com as massas. (...)

E) O estudante, na atual conjuntura, se situa como o mais autorizado porta-voz das massas oprimidas, por setores significativos da pequena e média burguesia e de outros grupos em luta ativa no cenário sócio-político brasileiro.²⁴⁵

Diante dessas considerações, construiu-se a certeza de que o Partido Comunista se aproveitaria da simpatia do povo pelo Movimento Estudantil, para usá-lo contra o governo. Partindo desta análise, as ações estudantis foram encaradas, pelos militares, como uma ameaça ao regime instituído.

O discurso da infiltração vermelha orquestrada internacionalmente foi sempre usado pelo governo para tornar inteligível as intensas manifestações estudantis que ocorreriam nesse período. Nos relatórios de investigações e de informações produzidos pelos agentes do DOPS, SSP, SNI, CENIMAR, CIE²⁴⁶ sobre essas agitações, que foram analisados, as denúncias de que eram manipuladas por agentes do comunismo internacional eram constantes. Em setembro de 1966, no Congresso Nacional, o deputado Raimundo Padilha afirmou que:

O Movimento Estudantil, deflagrado em vários Estados, faz parte de uma campanha subversiva, orientada e dirigida por organismos internacionais, interessados em conturbar a ordem pública em toda a América Latina, com a

²⁴⁵ 'Relatório de Informações', sem data. In *Prontuário do PCB* Fundo SSP/DOPS APEJ, nº. 7504.

finalidade de permitir a infiltração comunista no continente.(. . .) O pivô desses acontecimentos – a fixação da anuidade para o ensino universitário – nada mais é que um débil pretexto para incitar os meios estudantis e, por seu intermédio, sensibilizar as demais classes trabalhadoras.²⁴⁷

São vários os momentos em que, vendo-se perplexos ante a oposição que os jovens vinham fazendo ao governo, pondo-o em uma posição de instabilidade, os detentores do poder recorreram a esse tipo de explicação, para tentar entender o engajamento da juventude na busca de um país melhor, de um mundo mais justo, que para eles só seria possível pela via socialista.

Segundo Girardet, nos momentos de perplexidade social, a lógica da conspiração, da manipulação se vê substituindo a imprevisibilidade da história. Anuncia-se um plano metódico de conquista e sujeição do planeta em que todas as estratégias serão utilizadas. Nesta conjuntura de instabilidade, a sociedade sente necessidade de encontrar alguém a quem possa atribuir seu mal-estar. O mito do complô aparece com a função social de dar uma certa racionalidade, uma certa coerência ao curso dos acontecimentos. A personificação do mal poupa as vítimas da ansiedade que o incompreensível gera.²⁴⁸

Desde o movimento para a tomada do poder até a decretação do AI-5, as Forças Armadas se utilizaram desta mitologia da conspiração para entender o momento social vivido e justificar sua atuação inconstitucional à frente do governo. Em nome do perigo comunista, os movimentos de oposição deveriam ser detidos, seja através da força e/ou de reformas que pudessem colocar o país no caminho do progresso.

No entanto, as reformas propostas para a Universidade, aliadas à repressão violenta às ações estudantis, foram gerando uma crescente incompatibilidade do governo frente aos universitários. Contribuindo ainda para

²⁴⁶ As siglas significam: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Serviço Nacional de Informações (SNI) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e Centro de Informações do Exército (CIE).

²⁴⁷ DP, 22/09/1966, primeira página.

²⁴⁸ Girardet, Raoul. Op. cit., pp. 30-56.

uma maior politização do movimento, aumentando a desconfiança, por parte do governo, de que estava sendo orquestrado por organismos internacionais.

A convocação para o trote de 1968, em Recife, feita no *Jornal do Fera* (jornal publicado todos os anos, no período dos vestibulares, conforme explica o editorial deste exemplar) é um exemplo desta mudança no caráter das manifestações estudantis:

Os antigos trotes foram apenas comemorações de estudantes, regadas com muita pinga. Era uma imitação dos trotes das faculdades européias, uma tradição antiga. Uma brincadeira entre jovens que festejavam a sua entrada nas Academias.

Nós vivemos no Brasil, em 1968. E há quatro anos vivemos sob uma ditadura. (...)

O trote é uma forma de denunciarmos as repressões exercidas pela oligarquia militar instalada no poder. Devemos lutar para que o Brasil não se converta num quartel.

Daí a necessidade de nós, os estudantes, nos organizarmos em torno de nossos diretórios, DCEs, UEP e UNE e irmos às ruas levar nosso protesto sério, sem nos desviarmos de nossos objetivos, para que as classes oprimidas sintam toda a força de nossa solidariedade.²⁴⁹

O discurso estudantil tornava-se cada vez mais radical, levando a uma divisão no governo ante as medidas que deveriam ser tomadas para enfrentar esse desafio. Até o primeiro semestre de 1968, o governo procurou conciliar uma política repressiva com a concessão de algumas reivindicações aos universitários: a matrícula dos excedentes; a revogação da Lei Suplicy; a não implantação dos acordos MEC-USAID; o comprometimento do governador do Estado de Pernambuco, Nilo Coelho, de manter o restaurante da Universidade Rural funcionando com os preços anteriores à majoração feita no início de 1968, para o término de uma greve de mais de trinta dias; a organização de uma comissão composta por vários segmentos sociais a ser recebida pelo Presidente da

²⁴⁹ 'Jornal do Fera'. In *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122, grifo nosso. O trote de 1968, em Recife, vai ser reprimido com extrema violência policial, como será visto no capítulo 3.

República, General Costa e Silva, para o estabelecimento do diálogo entre o governo e os estudantes, aprovada após a ‘Passeata dos Cem Mil’, no Rio de Janeiro.²⁵⁰ Estas são demonstrações de que a pressão estudantil resultava favorável aos estudantes, fato que permitiria leituras diferentes por parte de estudantes e militares. Para os estudantes, o governo estava recuando ante sua pressão, o que merecia um endurecimento cada vez maior de seu movimento.

Os militares, principalmente os da facção da chamada ‘linha dura’, tinham outra leitura dessas concessões. Para eles, demonstravam fraqueza do regime. Acreditavam que o Exército vinha sendo ameaçado pelas esquerdas, que se expressavam através do ME e era urgente conter esse desafio. O recrudescimento das manifestações em 1968 levou os militares indecisos ante a necessidade de um maior fechamento do regime a aderirem às idéias dos oficiais da linha dura. Consideravam que ceder às pressões dos estudantes e aos clamores de normalização institucional, naquele momento, implicaria uma desmoralização impensável para a corporação, uma vitória dos projetos do inimigo interno.²⁵¹ Daí as medidas de endurecimento tomadas a partir de 1968, que culminariam na decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

Como analisa Scalercio, “Em 1968, o que importava era que a espada fora desafiada e seus portadores convenceram-se que deveriam demonstrar, mesmo de forma impiedosa, que ela não se quebraria.”²⁵² Mas, para que o discurso que se tornou hegemônico dentro das Forças Armadas se efetivasse entre a população e pudesse se concretizar no AI-5, foi necessária a conjunção de vários fatores, como será analisado no capítulo 3.

²⁵⁰ Fato a ser estudado no próximo capítulo.

²⁵¹ Scalercio, Márcio. Op. cit., pp.111-112.

²⁵² Idem, ibidem, p. 113.

Assim é se lhe parece

As manifestações bem-sucedidas não são necessariamente as que mobilizam maior número de pessoas, mas as que atraem maior interesse entre os jornalistas. Exagerando apenas um pouco, poder-se-ia dizer que cinquenta sujeitos inteligentes que conseguem obter cinco minutos na TV para um happening bem-sucedido podem produzir um efeito político comparável ao de meio milhão de manifestantes.²⁵³

A imprensa cumpre um papel de fundamental importância em nossa era. Ela atua como um ator privilegiado, não apenas divulgando, mas construindo o fato. Segundo Nora, os meios de comunicação de massa são a própria condição de existência do acontecimento, dando aos atos uma dimensão de fato, de gesto irreversível.

Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. (...) É porque as afinidades entre tal tipo de acontecimento e tal meio de comunicação são tão intensas que eles nos parecem inseparáveis.²⁵⁴

Nora afirma que acontecimentos como o ‘Maio de 1968’, a ‘Primavera de Praga’ e a alunissagem americana só eclodiram graças a um favorecimento dos meios de comunicação de massa. Segundo ele, não basta que o fato tenha acontecido para que ele se torne histórico, é necessário que se torne conhecido.

²⁵³ Bourdieu, Pierre. Apud Hobbsbawn, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.314.

²⁵⁴ Nora, Pierre. ‘O retorno do fato’. In LeGoff & Nora (org.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, pp. 181-182.

Antes era o historiador quem fornecia ao acontecimento seu lugar e seu valor e nada entrava na história sem o seu consentimento. Agora o fato lhe vem do exterior, antes de sua elaboração, antes do trabalho do tempo. E mesmo com muito mais força, já que a imprensa impõe imediatamente o vivido como história.²⁵⁵

Legitimadas por um discurso de imparcialidade, as informações são tomadas acriticamente por seus leitores. É como se a imprensa pudesse se colocar acima da sociedade, para daí construir suas reportagens, sem qualquer ligação com o tecido social que retrata. Como este distanciamento não é possível, as notícias veiculadas trazem as marcas do lugar social que a mídia ocupa. As reportagens tanto são instituídas como ajudam a instituir as relações de poder que atravessam a malha social.

Não só o texto, mas as imagens reproduzidas pelos jornais também apresentam uma visão de mundo. Segundo Gil Oliveira, ao escolher as fotos e a forma como serão publicadas, o fotojornalismo transmite a sua percepção do fato, que é representativa de sua época e condizente com os interesses dos grupos sociais aos quais está ligado. A repercussão que a imagem alcança quando veiculada pela mídia, “pode transformá-la, além de fonte, em verdadeiro agente histórico”.²⁵⁶

Sem assumir seu envolvimento com os fatos narrados, a imprensa associa a credibilidade de suas informações a sua imparcialidade. Partindo desta elaboração, a mídia construiu a sua representação das manifestações estudantis dos idos de 1960. Desde o ano de 1966, as ações estudantis ganharam destaque, mas em 1968 aconteceu o *boom* desta divulgação. Como observa Daniel Aarão, não se pode subestimar o papel dos meios de comunicação na análise do Movimento Estudantil. As imagens produzidas informavam, sensibilizavam e despertavam um posicionamento dos leitores em relação à oposição que os estudantes promoviam ao Regime Militar²⁵⁷.

²⁵⁵ Idem, *ibidem*, pp. 181-183.

²⁵⁶ Oliveira, Gil Vicente Vaz. ‘Fotojornalismo subversivo: 1968 revisto pelas lentes do Correio da Manhã’. *ACERVO*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 11 (1-2), dez.1998/jan.1999.

²⁵⁷ Reis Filho, Daniel Aarão. ‘1968: o curto ano de todos os nossos desejos’. *ACERVO*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 11 (1-2), dez.1998/jan.1999, p.32.

A mídia contribuiu para que os universitários fossem considerados o único grupo capaz de desestabilizar o Regime Militar. Ao superdimensionar as ações estudantis, seja apoiando ou criticando os seus métodos, colaborou para que o discurso dos líderes de esquerda ecoasse entre a população.²⁵⁸

Nos jornais de grande circulação do Recife é constante a publicação de reportagens relativas a essas ações no ano de 1968. Muitos editoriais referem-se à infiltração de agentes comunistas internacionais e de estudantes profissionais na Universidade, com o intuito de desestabilizar a democracia. Nestes editoriais nota-se uma grande preocupação em não fazer comentários sobre os problemas que eram o alvo da crítica dos alunos. Insistia-se na teoria da conspiração como forma de se compreender o que estava tornando esses jovens tão revoltados. Sentia-se necessidade de aplacar o temor provocado pela perplexidade ante os rumos da história.

Ao encobrir as motivações dos protestos, veiculava-se a imagem de uma juventude manipulada, que promovia manifestações apenas por espírito aventureiro. Descortinava-se a cena de uma sociedade sem conflitos, equilibrada política e economicamente, onde alguns jovens, influenciados pelos ‘subversivos’, tentavam macular a ordem. Foi isto que afirmou Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil nesse período, em entrevista ao Diário de Pernambuco:

Isso de juventude inconformada e irrequieta constitui ao longo dos tempos, longe e dentro do Brasil, uma constante.(...) A frase é de Rivarol: ‘metade da vida somos incendiários; na outra metade, somos bombeiros.’ (...) Importa esta verdade uma atitude de tolerância e de compreensão sistemática, sem que essa atitude signifique o incentivo ou a exploração da desordem, tomando-a inautêntica, os grupos e os indivíduos para quem aquele idealismo é massa de manobra. (. . .)”²⁵⁹

²⁵⁸ Parte da imprensa de grande circulação, como o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco*, jornais consultados nesta pesquisa, criticava o ME. Merece destaque, como um jornal de apoio às ações estudantis, o *Correio da Manhã*, que circulava no Rio de Janeiro.

²⁵⁹ Entrevista publicada na página 14 do 3º caderno do *Diário de Pernambuco*, em 11/02/1968.

Nesta visão maniqueísta, os estudantes são representados como jovens imaturos, incapazes de distinguir entre o bem e o mal e, por isso, facilmente conduzidos pelos comunistas.

O destaque dado ao Movimento Estudantil, com inúmeras reportagens, entrevistas, editoriais – mesmo que com o intuito de construir uma imagem negativa de sua atuação –, contribuiu para dar uma sensação de força ao movimento, agigantando-o, o que favoreceu uma maior radicalização dos estudantes e uma adesão de outros setores da população às suas ações.

No ano de 1968 ocorreram vários episódios em que parte da população uniu-se às manifestações estudantis, que canalizaram as insatisfações contra a ditadura. No Recife, por exemplo, em janeiro de 1968, os universitários solicitaram autorização para o trote dos calouros, uma passeata de protesto, como visto anteriormente, que percorreria as principais ruas do centro da cidade. Apesar do resultado da investigação solicitada pela Secretaria de Segurança Pública, que concluiu que a população apoiava maciçamente as manifestações estudantis pretendendo delas participar, o trote foi permitido.²⁶⁰

Embora autorizado, os universitários foram vítimas da “arbitrária ação policial”. Ao sair às ruas ostentando cartazes de protesto contra a política educacional do governo (PEG)²⁶¹, os estudantes despertaram a ira do governo e de seus aliados que não toleravam críticas. O fato teve grande repercussão na imprensa, estimulando mais adesões e oposições à atuação das autoridades policiais. A leitura que muitos faziam do fato era de estudantes que pacificamente se manifestavam, sendo agredidos covardemente pelo governo da ditadura. As opiniões eram favoráveis aos estudantes. Eles se assemelhavam agora aos legítimos defensores da democracia, enquanto as Forças Armadas

²⁶⁰ ‘Investigação’. In *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122.

²⁶¹ No depoimento de Marcelo Santa Cruz, ele informa que o agente da polícia civil, Luís Martins Miranda Filho, era responsável pela censura aos cartazes que os estudantes preparavam para os desfiles. Mas os estudantes faziam os cartazes em duplicidade, de forma que os que eram destruídos pelos agentes eram substituídos durante o percurso das manifestações. Em panfleto encontrado nos arquivos do DOPS, temos exemplos dos *slogans* que os estudantes estamparam nos cartazes do trote de 1968: “Nasceu chorando, viveu cassando, morreu voando. Quem foi?”; “Para Presidente em 70: General Motors Para vice: General Eletric.”; “O Bebê Johnson chegou em casa chorando: Tio Sam perguntou: Que foi? Deram um arHO CHI MIN...”; “Toda ditadura desUNE e a todos os estudantes UNE.”; “Militarização da Educação e Cultura”; entre outros.

demonstravam exercer uma ditadura. O discurso estudantil cada vez mais ganhava estatuto de verdade.

A Cruzada Democrática Feminina, que se formou para lutar contra o governo de Arraes e João Goulart, divulgou nota na imprensa exigindo uma punição aos agressores: “(...) Que a polícia cohiba (sic) os desregramentos e os desrespeitos às suas ordens mediante processos legais compreende-se; mas, que soldados seus espanquem, indiscriminadamente, simples transeuntes, é intolerável.”²⁶² Embora não possa ser entendido como um discurso a favor dos estudantes, era sem dúvida uma crítica à repressão excessiva empregada pelo governo. Mais um grupo de aliados que se decepcionava com as ações militares.

O colunista Emami Regis, do Diário de Pernambuco, descreveu o episódio. Segundo ele, antes do trote universitário chegar ao centro, os policiais começaram a espancar os populares que se reuniam para assistir ao desfile dos ‘feras’. Ao fotografar as cenas um repórter do jornal foi agredido²⁶³, revoltando os jornalistas. Emami Regis considerou a violência injustificada, já que o trote havia sido permitido pelas autoridades policiais. Concluiu afirmando que esses atos concorriam para incompatibilizar o governo com o povo, pondo em risco a estabilidade do regime.

Em outro artigo do mesmo jornal, intitulado “Burrice”, percebe-se a intenção de responsabilizar a polícia pela violenta repressão ao trote:

Não se justifica que policiais espanquem crianças, mulheres e velhos sob a alegação que estão coibindo abusos de estudantes influenciados por subversivos, subversivos estes que nunca aparecem, parecem existir só na cabeça dos policiais. O mais grave é que o trote foi permitido pela polícia, o que parece ter sido uma cilada da mesma, que queria testar suas técnicas de combate a guerrilha.

A polícia precisa aprender a lidar com o povo. Alguns policiais deveriam, ao invés de vestir a farda, estar isolados da sociedade por serem perigosos.

²⁶² DP, 26/01/1968, p. 3.

²⁶³ Ver foto nos Anexos.

Não se pode alegar que a polícia usou a força para repelir a força, pois a desigualdade de armas entre a polícia e os civis é gritante. São covardes e não honram a farda que vestem.²⁶⁴

Embora não demonstrassem simpatia pelas ações estudantis, os jornais representavam os estudantes como vítimas de uma polícia despreparada para lidar com movimentos populares, deixando transparecer nas entrelinhas o descontentamento com a ditadura imposta pelo governo militar.

Se por um lado essa idéia de magnitude, incentivada pela frequência com que apareciam nas primeiras páginas dos jornais, empolgava os universitários, por outro inquietava os governantes. Estes consideravam as constantes manifestações como um fortalecimento da esquerda, imaginando uma rede de agentes internacionais por trás do recrudescimento da oposição vanguardada pelos estudantes da UNE. A sensação de que a situação escapava ao controle do governo ‘revolucionário’, gerou um grande desconforto entre os principais expoentes da ‘Revolução de Março’, que passaram a insistir no maior fechamento do regime. Percebia-se no entanto que, ao reprimir, o Regime Militar criava para si a imagem de opressor, inviabilizando o discurso de ameaça à ordem democrática. O golpe que havia sido desfechado com uma ampla frente de apoio parecia desgastado.

²⁶⁴ Análise publicada no *Diário de Pernambuco*, na coluna ‘O assunto é política’, assinada por Ernani Regis.

3.1.E a aliança se desfez

Para educar pessoas, para formar organizações políticas fortes não há outro meio senão um jornal para toda a Rússia(...) O plano de um jornal político para toda a Rússia é o mais prático para que possamos preparar a insurreição.²⁶⁵

Lênin, às vésperas da Revolução Russa, considerava a imprensa extremamente importante para levantar simpatias e adesões a um projeto político de sociedade. Os militares, que assumiram o poder em 1964, também souberam reconhecer este apoio como fundamental para o sucesso da ‘Revolução de Março’. Assim, não houve necessidade de impor uma censura prévia aos jornais, uma vez que estes eram seus aliados.

Analisando as reportagens do Diário de Pernambuco, no período que vai de janeiro a março de 1964, percebemos que o jornal representava o Estado como se estivesse a um passo de uma guerra civil, a ser desencadeada pelos camponeses e trabalhadores urbanos, instruídos pelos comunistas e apoiados pelo Governo Arraes. No dia 01/01/1964, sob o título ‘Para Pernambuco, 1963 foi o ano da agitação’, o jornal fez uma retrospectiva do ano, onde destacou os conflitos no campo e as greves de trabalhadores rurais e urbanos. O discurso do Vereador Wandenkolk Wanderley, acusando o governo do Estado de incitar e ajudar atentados contra a democracia, levando o Estado para uma “luta sanguinária” também foi lembrado. A reportagem só fez referência aos movimentos dos trabalhadores descritos como subversivos. Nenhum programa do governo Arraes foi considerado. A intenção era a de representar uma

²⁶⁵ Lenin, Vladimir I. *Que fazer?* São Paulo, HUCITEC, 1978, pp.125-138.

sociedade coesa na reprovação ao projeto político do governador, que seria embasado nos ideais comunistas.²⁶⁶

Publicando declaração do presidente nacional da UDN, deputado Bilac Pinto, o *Diário* trouxe em primeira página a seguinte manchete: “População Civil Deve Armar-se: Iminente a Subversão da Ordem”. Na matéria o deputado avisava que só armando a população poder-se-ia responder no mesmo tom aos preparativos revolucionários dos subversivos.²⁶⁷

A divulgação constante desses discursos tendeu a criar um clima de tensão entre a população. O ambiente de expectativa pode ser avaliado pelo artigo assinado por Aldemar da Costa Carvalho:

(...) O clima em que vivemos é o mesmo que precede as grandes tempestades. De um momento para o outro tanto pode ocorrer um golpe de Estado [refere-se a um possível golpe a ser desfraldado por Goulart], como uma guerra civil.

(...) A miséria, a fome, a falta de uma solução para os problemas do povo, vão tornando a situação insustentável, aproximando-nos daquele ponto de saturação que faz explodir a vida de uma nação. O que surgirá no fim de tudo, eu não sei. Ninguém sabe. (...) ²⁶⁸

Ao atuar como divulgadora da imagem de uma sociedade à beira do caos, a imprensa estimulou a organização de uma passeata de mulheres pernambucanas, “em defesa das instituições democráticas, das liberdades individuais e da família brasileira, ameaçada pelos comunistas que tentam – como minoria organizada – assumir o comando do Estado e do país”²⁶⁹. Este grupo acreditava que a salvação das instituições democráticas estava nas mãos

²⁶⁶ No capítulo 1, pudemos ver como o projeto político de Arraes era aclamado pela esquerda em Pernambuco e pelas forças progressistas de uma maneira geral no país. A exemplo temos o texto de Antônio Callado que tecia rasgados elogios a revolução pacífica que se processava no Estado durante o governo de Arraes, segundo o autor com apoio velado da classe dominante: “As classes dominantes não protestam muito contra Arraes, pois existe no Estado uma consciência clara de que as coisas precisam mudar.” Tempo de Arraes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.57. Visão bastante diferente da exposta pelo Diário de Pernambuco.

²⁶⁷ DP, 16/01/1964, primeira página.

²⁶⁸ DP, 02/02/1964, p. 4.

²⁶⁹ DP, 31/03/1965, p. 7.

das Forças Armadas, por isso a passeata terminou com a entrega de um manifesto ao Cel. Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado em Recife.²⁷⁰

Mostrando-se partidários de um movimento de tomada de poder pelos militares para a manutenção do *staus quo* vigente, os jornais de grande circulação ampliaram a divulgação de matérias que levassem a população a se posicionar frente aos acontecimentos. Pretendiam estimular uma reação de oposição aos governos federal e estadual legitimamente estabelecidos.

Participando ativamente dessa campanha, o *Diário de Pernambuco* reproduziu um editorial do periódico *O Estado de São Paulo*, que descrevia a conjuntura pernambucana, destacando as agitações no campo e nas cidades e afirmava que:

O país corre sério risco devido à atitude revolucionária do governador Arraes, cada dia mais firme na sua determinação de gerar a desordem como condição prévia do estabelecimento do totalitarismo das esquerdas em Pernambuco. (...) O que vem acontecendo é a consequência lógica da indisfarçada proteção que ao governo bolchevista daquela unidade da Federação dispensa o Executivo Nacional. (...) Até quando ficará de braços cruzados o Exército ?²⁷¹

Tomava-se evidente neste editorial o desconforto causado pelo aumento das reivindicações populares, o temor pela ocorrência de uma revolução socialista e o apelo ao exército para salvar o país.²⁷² O golpe militar teria o apoio da imprensa. Como observa Skidmore:

O golpe de 1964 foi entusiasticamente festejado pela maior parte da mídia brasileira. Jornais importantes como o *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Folha de São Paulo* pugnavam abertamente pela deposição do governo

²⁷⁰ DP, 07/03/1964, p.3. Após a realização da passeata, as mulheres que a organizaram – Leonor Correa, Maria Rosa Borges, Maria Clara Melo Mota, Carmita Brito, Milinha Campelo e Elza Camposana – fundaram a Cruzada Democrática Feminina, que passou a organizar reuniões e conferências para esclarecimento das mulheres sobre a difícil situação do país e a necessidade de agir para defender a democracia. A Cruzada enviou cinco representantes a São Paulo para participar da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em março de 1964, em resposta ao comício da Central do Brasil.

²⁷¹ DP, 06/03/1964, primeira página.

²⁷² O exemplo da Revolução Cubana despertava receios nos grupos dominantes.

Goulart. Não ficava atrás em sua oposição a cadeia de revistas, jornais e estações de rádio e TV dos 'Diários Associados' [da qual o Diário de Pernambuco faz parte]. O único jornal importante a combater o golpe foi o *Última Hora*, cujo diretor e fundador, Samuel Wainer, teve que fugir.²⁷³

E este apoio era indispensável para que o discurso da nova ordem se efetivasse e alcançasse a hegemonia na condução política e econômica nacional.

Com a consolidação do Regime Militar, os jornais, para reforçar a imagem da 'Revolução de Março' como fundamental para salvaguardar a democracia e as instituições sociais, passaram a divulgar a apreensão de armas e de material subversivo nos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Até o material para a produção do filme *Cabra marcado para morrer*, foi considerado subversivo, uma vez que estaria sendo utilizado no treinamento de camponeses para o desencadeamento da Revolução Socialista. Segundo o Diário de Pernambuco, de acordo com os documentos apreendidos, o início da guerra comunista seria no dia 02/04/1964.²⁷⁴

As manifestações de apoio ao governo revolucionário serviram de matéria para inúmeras reportagens. Marchas, passeatas, concentrações, manifestos em homenagem às forças armadas ganharam destaque nos jornais. No dia 10 de abril, publicou-se em primeira página a foto da marcha promovida em Pernambuco para comemorar a vitória da tradição sobre o caos comunista. Duzentas mil pessoas compareceram, numa impressionante manifestação de apoio.

Mas a aliança foi efêmera. A ampla frente que apoiou a Revolução de Março, com objetivos diferentes e por vezes contraditórios, não tardou a abrir brechas. Grande parte da Imprensa passou a uma atitude de oposição. A insistência dos militares mais radicais em fazer uma censura prévia aos jornais²⁷⁵, a repressão aos jornalistas e fotógrafos, espancados enquanto cobriam ações

²⁷³ Skidmore, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 63.

²⁷⁴ DP, 07/04/1964, p.3.

²⁷⁵ DP, 10/01/1967, primeira página.

violentas da polícia²⁷⁶ e a intenção dos militares de permanecer no poder, desagradava setores dos meios de comunicação.

O descontentamento agravou-se quando o deputado capixaba João Calmon, presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão e vice-presidente do Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado da Guanabara, denunciou a ameaça de desnacionalização da imprensa, “através da invasão do mercado de revistas por organizações e capitais estrangeiros camuflados por ‘testas-de-ferro’ nacionais.”²⁷⁷ O deputado referia-se à Rede Globo, que seria a ‘testa-de-ferro’ do grupo norte-americano Time-Life²⁷⁸.

Esta denúncia gerou um grande mal estar entre os empresários do setor de comunicações, que acusaram o governo de conivência, cobrando medidas efetivas para que o acordo fosse desfeito. Nos jornais, o deputado chamava a população a se manifestar contra o que considerava uma “acintosa” perda de soberania, representada pela invasão estrangeira nos meios de comunicação.²⁷⁹ A Frente Unida dos Estudantes Universitários do Brasil – presidida pelo acadêmico Wellington Nascimento – lançou um manifesto de apoio à campanha do Deputado João Calmon contra a intromissão de grupos internacionais na imprensa brasileira. Dizia o manifesto:

(...) Permitir o domínio de nossa imprensa por grupos estrangeiros é entregar-lhes a formação e a condução de nossa opinião pública: é perder uma grande parcela de nossa soberania.

Nós, os estudantes brasileiros, que sempre formamos na vanguarda da luta por um Brasil forte, realmente soberano, próspero e feliz, não poderíamos calar ante mais essa investida dos interesses antinacionais contra nossa pátria. (...)”²⁸⁰

²⁷⁶ DP, 10/11/1967, p.7.

²⁷⁷ DP, 08/01/1966, primeira página.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ DP, 15/01/1966, p. 3.

²⁸⁰ DP, 04/02/1966, primeira página.

Os jornais fizeram uma grande campanha para sensibilizar a opinião pública, o que contribuiu para o desgaste do governo militar, uma vez que muitos acreditavam no nacionalismo como meio de promover o desenvolvimento do país. Os problemas pelos quais passava o Brasil eram vistos como resultado da sua dependência econômica. Ao aceitar passivamente a intromissão estrangeira na imprensa, o governo Castelo Branco parecia estar endossando esta situação, levando os setores nacionalistas a uma desconfiança quanto às intenções militares. Nesse mesmo período foram denunciados os acordos MEC-USAID, apontados pelos universitários como a infiltração norte-americana no ensino brasileiro. O governo revolucionário começava a ser desacreditado como interessado em um desenvolvimento autônomo do Brasil.

Assis Chateaubriand – presidente dos Diários Associados –, decepcionado com o governo militar que ajudara a consolidar, escreveu vários editoriais, no Diário de Pernambuco, durante o ano de 1966, expressando seu protesto contra a atitude do governo em favorecer a empresa concorrente, menosprezando aliados que tanto contribuíram para a vitória da Revolução de Março:

Estamos há dois anos do 31 de março . Quem tornou possível aquela jornada? Quem permitiu o levante das forças armadas, em consonância com o sentimento e a vontade nacionais ? (...) Generais, coronéis e capitães seriam unânimes numa frase sobre a urgência da ofensiva militar, antes que os grupos subversivos tomassem conta de navios e quartéis.

– ‘Precisamos do impacto psicológico.’– declaravam chefes e subchefes militares.

O que era “impacto psicológico?” Um matraquear incessante de todos os órgãos de opinião pública a fim de que se tivesse uma nação madura para a luta civil. (...) A massa, afinal, se sentiu tão entrosada com a classe militar e esta com ela, que, a bem dizer não houve revolução. (...) Dezenas de órgãos de opinião se omitiram de fazer a guerra psicológica. (...) Outros, mais distorcidos, ficaram a duas amarras.(...) Abram “O Globo” , que é doutor nesta técnica. (...) Como se vai festejar o 31 de março? (...) os aventureiros da imprensa escrita e falada, que viviam das sopas de Jango, agora montados em milhões de dollars para

decretarem, com este jomalismo corrupto, o fim daqueles que cumpriram o ideal revolucionário como serviço nacional, em lugar da picaretagem, na qual engordam os abutres.(...)²⁸¹

Neste editorial ficou claro o descontentamento com o Regime que a imprensa julgara ter conduzido ao poder. Os meios de comunicação teriam favorecido os militares, que agora lhes viravam as costas, ao “fechar os olhos” à infiltração estrangeira no setor. Consideravam-se prejudicados, pois não tinham verbas para empreender uma modernização em suas empresas, tornando-as aptas a competir com a Rede Globo, financiada pela Time-Life.

Os jornais *O Correio da Manhã* e *Última Hora*, passaram a criticar abertamente o Regime. O *Diário de Pernambuco* expressou seu descontentamento de forma mais cautelosa, passando a publicar as manifestações de contestação ao governo. Em alguns editoriais criticava-se a violência policial empregada na repressão às passeatas estudantis. Se antes se demonstrava um apoio aberto aos militares, agora se exercia uma oposição velada, que por vezes tomava-se transparente, como quando Chateaubriand se desencantou com o procedimento de Castelo Branco em relação ao caso Globo / Time-Life, e desabafou: “Não se compreende como um homem cauteloso do estilo do Presidente Castelo Branco, deixou apodrecer essa imundice de ‘O Globo’ a ponto de ela contaminar-lhe de pus a pessoa e de lama o governo.”²⁸² O primeiro governo da Revolução de Março caíra no descrédito junto a imprensa.

No pré-golpe e no imediato pós-golpe, o *Diário de Pernambuco* só publicava fatos que pudessem enaltecer as Forças Armadas. As manifestações de repúdio ao golpe ou eram silenciadas ou divulgadas como agitação subversiva, como no caso da morte dos dois estudantes no dia 1º de abril de 1964, por uma tropa militar, quando em passeata exigiam a volta à legalidade constitucional. O *Diário de Pernambuco* divulgou em primeira página o fato, afirmando que os universitários tinham à frente agitadores comunistas, que provocaram as tropas do exército. Na página 7, esclareceu que a passeata de universitários fora

²⁸¹ DP, 24/03/1966, p. 4.

organizada pelo diretório da Escola de Engenharia e pelo DCE, ambos reconhecidamente comunistas. O jornal concluía que foram mortos porque provocaram os soldados. A leitura da reportagem sugere que os soldados agiram em legítima defesa da ordem.²⁸³

Nas reportagens sobre o ME, nos anos posteriores, embora sem manifestar apoio ao esse movimento, começou a aparecer no jornal uma concordância com a necessidade da Reforma Universitária e críticas à brutal repressão efetuada contra os jovens, chegando algumas vezes a questionar a existência da propagada infiltração comunista, como pudemos observar no artigo intitulado “Burrice”. O grande inimigo que mobilizara as Forças Armadas em defesa da Pátria parecia ser obra de ficção. O próprio título do artigo sugeria que a política de repressão aos estudantes não estava correta, pois vinha despertando grande oposição ao governo.²⁸⁴

A constante publicação dos protestos contra o governo fez com que a imprensa começasse a ser alvo de críticas por parte das autoridades militares. Temiam que as notícias pudessem incentivar a adesão dos leitores à oposição. Assim como foram importantes na formação de uma opinião favorável a intervenção militar, representavam agora o perigo de influenciar o público contra o projeto político implantado a partir de 1964. Iniciava-se, aí, um período de descompasso entre parte da imprensa e o governo instituído.

Em ‘Informação’ do dia 12 de maio de 1967, o SNI pontuou o agravamento da situação na área universitária, afirmando que tinha um caráter nitidamente subversivo, uma vez que estava ligada às atividades da AP e dos Partidos Comunistas. Considerava que se as manifestações continuassem a ser “habilmente insufladas pela imprensa (como está ocorrendo) poderão, em certo tempo, expandir-se a outras áreas.” No mesmo documento, o SNI declarou que os estudantes contavam com apoio, cobertura e incentivo de grande parte dos jornais.²⁸⁵ Além de não dispor mais do aparato da mídia para legitimar seu

²⁸² DP, 18/08/1966, p.4. O editorial completo encontra-se nos anexos.

²⁸³ DP, 02/04/1964.1 página e página 7. O fato foi objeto de análise no início do segundo capítulo.

²⁸⁴ DP, 27/01/1968.

²⁸⁵ ‘Informação’ n°. 352/ SNI/ARE. In *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/ DOPS APEJE, n°. 6122.

discurso, o governo agora, segundo seus agentes, precisava se precaver, pois ela estava incentivando a oposição.

As ações estudantis contribuíram para reacender a chama da oposição que se enfraquecera no pós-golpe. Os universitários conquistaram a simpatia e a adesão de grande parte da população. Sem o apoio da mídia essas manifestações não teriam alcançado tal vulto. Entendemos, portanto, que o espaço cedido aos universitários na imprensa fizeram dela um agente histórico no embate de 1967/1968, e não apenas um veículo de divulgação dos conflitos entre estudantes e Governo Militar.²⁸⁶

As medidas econômicas adotadas no governo Castelo Branco, desembocaram numa forte recessão, deixando a população descontente. As novas diretrizes adotadas pela equipe de Costa e Silva visavam expandir o crédito ao consumidor para integrar a classe média na sociedade de consumo. No entanto, seus efeitos só se fariam sentir em fins de 1968, o que indica que o momento em que as manifestações estudantis se tornaram mais contundentes é o mesmo do descontentamento da classe média com a política econômica e com a impossibilidade de protestar contra ela, o que contribuiu para uma adesão desta camada aos protestos.

A repercussão superdimensionada com que a imprensa noticiava as ações dos estudantes estimulou o apoio não só da classe média, mas de parlamentares, setores da Igreja Católica e intelectuais de esquerda, que iriam marchar junto a eles contra a militarização da sociedade. Se a frente que apoiou o golpe era heterogênea e com interesses contraditórios, o mesmo é possível dizer dos que agora se uniam aos universitários.

Muitas lideranças do movimento, influenciadas pela repercussão de suas manifestações, imaginaram-se vanguardando a revolução que estava por vir. Incentivadas pelos partidos de esquerda que davam suporte ideológico às ações, radicalizaram seu discurso, pregando a justa violência do povo contra as forças que o oprimiam. O plano de derrubada da ditadura para a implantação de um governo popular revolucionário ganhou espaço no meio estudantil, a partir de

1968. Não se pretendia apenas o fim do Regime Militar. O projeto político defendido pelos líderes estudantis recusava uma ordem que não abria espaço para a expressão libertária dos movimentos sociais. A sua perspectiva era de uma transformação radical da sociedade.²⁸⁷

Em vários panfletos estudantis podemos perceber esta tendência. Insistiam que a Universidade de seus sonhos só seria possível com a instauração do Governo Popular, como indicado pela carta política escrita pela chapa ‘Luta, trabalho e participação’, que concorreu às eleições para o DA do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFP, em 1968: “Temos consciência de que uma Universidade que de fato atenda aos interesses de desenvolvimento nacional e, portanto, da grande maioria do povo, só será possível com a derrubada da ditadura, expulsão do imperialismo e instauração de um governo popular.”²⁸⁸ Outro exemplo deste pensamento pode ser visto no jornal *Estudante de Vanguarda*, de 25/01/1968: “É preciso que todos os estudantes saibam que seus problemas só serão resolvidos quando derrubarem esta estrutura de exploração e injustiças. E com ela, virá abaixo, inevitavelmente, a ditadura e o trio explorador: o imperialismo, o latifúndio e a burguesia.”²⁸⁹ O projeto estudantil defendido nas manifestações de 1968 baseava-se na implantação do governo socialista no Brasil, não num retorno à democracia burguesa.

Os documentos escritos para os debates no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna (São Paulo, 1968),²⁹⁰ também apontam nesta direção. As duas posições de esquerda que tinham maior influência no ME nesse período divergiam quanto ao momento de se engajar na luta para o desencadeamento da revolução, mas ambas concordavam na necessidade de desencadeá-la. A posição mais radical, ancorada na AP, entendia que as reivindicações estudantis deveriam se pautar na luta contra a ditadura e o imperialismo americano:

²⁸⁶ Esta é a posição defendida também por Maria Ribeiro do Valle. 1968, *o diálogo é a violência*. Campinas, UNICAMP, 1999.

²⁸⁷ Ridenti, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993, p.64.

²⁸⁸ ‘Carta Política’. In *Prontuário de Inquéritos Estudantis*, Fundo SSP/DOPS APEJ, nº. 28801.

²⁸⁹ ‘Jornal Estudante de Vanguarda’, número especial para o trote, 25/01/1968. In *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122.

²⁹⁰ Congresso clandestino que foi descoberto pelas autoridades, durante a sua realização em 12/10/1968.

Como ficar voltados exclusivamente para os problemas estudantis quando impera um regime ditatorial, o povo vive na miséria e a nação é saqueada e subjugada por trustes estrangeiros? Nosso dever primordial é livrar, juntamente com o povo, o país da ditadura militar, antinacional, antipopular.²⁹¹

Para a AP, a tarefa do momento era unir forças com o povo para lutar contra “os inimigos principais da nação”. Seus dirigentes entendiam que o avanço da luta popular estava gerando uma desagregação interna do poder, dificultando a aplicação de medidas de exceção. O fortalecimento do Movimento Estudantil seria, assim, um dos esteios da revolução. Os apistas entendiam que a ditadura tentava desarticular os universitários através de pequenas concessões às suas reivindicações, alertando que, ao ceder à sedução do ‘canto das sereias’, o Movimento sucumbiria e a ditadura conseguiria desarticulá-lo.

A outra tendência, ancorada nas DIs, entendia que o ME deveria concentrar esforços na luta pelas reivindicações específicas dos estudantes para, a partir daí, chegar ao debate das questões gerais. Para este grupo, a integração na luta revolucionária seria um objetivo a ser atingido futuramente, uma vez que grande parte da massa estudantil e da população ainda não tinha despertado para a luta política geral.

Nesta perspectiva, o principal motivo que leva o estudante à compreensão dos problemas globais de nossa sociedade e à conseqüente necessidade de revolucionar a sua estrutura é a política educacional do governo(PEG). É lutando por melhores professores, laboratórios, currículo mais adequado, verbas, etc. que o estudante vai tomando consciência de que o governo instalado em seu país não quer resolver seus problemas . (. . .) ele sente a necessidade de radicalizar a sua luta. Vai para as ruas fazer a denúncia do que ocorre nas faculdades. O governo por sua vez reprime esta manifestação (. . .) Com isto há o desmascaramento da *falsa democracia* e o movimento aprofunda o seu caráter político. Se torna, então,

²⁹¹ ‘Contribuição ao XXX Congresso da UNE – combate intransigente à ditadura e ao imperialismo’. Documento mimeografado, de vários autores. Apud Valle, Maria Ribeiro do, op cit, 1999,p.226.

bem claro que os grandes problemas da universidade estão ligados à estrutura social.²⁹²

Percebe-se que as duas correntes principais do ME se deixaram seduzir pela adesão da população às suas passeatas. Este apoio, amplamente noticiado pela Imprensa, constituiu-se em fator chave para o desenrolar dos acontecimentos de 1968, que culminaram na decretação do AI-5.

3.2. Quando dois projetos se defrontam

O ano de 1968 foi palco do embate de projetos políticos que tentavam seduzir a opinião pública e ganhar forças para sua implantação. Um deles, o projeto defendido pelos estudantes – embasado nas idéias difundidas pelos partidos e organizações de esquerda e temperado pelos ecos da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã – pretendia a derrubada do Regime Militar para a implantação de um governo popular revolucionário, que prepararia o caminho da revolução socialista.²⁹³

Em pólo oposto estava o projeto político defendido pelos militares. Porta vozes do grande capital nacional aliado aos interesses do capital multinacional, defendiam a manutenção do *status quo* vigente, ajustando o desenvolvimento econômico do país aos interesses norte-americanos. Enquanto a utopia de esquerda era a de uma sociedade de iguais, a dos militares era a de uma sociedade disciplinada, hierarquizada aos moldes do quartel, onde os mais aptos

²⁹² ‘A UNE e o 30º Congresso’. São Paulo, Grêmio Filo- USP , 1968. Mimeografado. Apud Valle, Maria Ribeiro do. Op cit, 1999, p. 233.

²⁹³ Como já visto anteriormente, havia divergências entre os estudantes quanto ao caráter da revolução. As tendências ligadas às organizações de esquerda imediatistas acreditavam que o socialismo seria implantado a partir da derrubada do Regime Militar. As outras, que aderiam ao etapismo, pensavam na revolução em duas etapas.

comandariam e os menos aptos acatariam as decisões por confiar sem seus superiores. Era o embate entre uma sociedade sem injustiças *versus* uma sociedade de seres adestrados, obedientes.²⁹⁴

Cada um dos lados em litúgio acusava o outro de opressor e inimigo da democracia. Durante o primeiro semestre de 1968 os jornais, em todo o país, contribuíram para o fortalecimento do projeto estudantil entre a população. Ao noticiar as manifestações e a repressão policial a elas, a imprensa colaborou para que o Regime Militar fosse percebido como uma ditadura.

Em Pernambuco, no mês de janeiro de 1968, deparamo-nos com a repressão policial ao trote estudantil, manifestação pacífica, repercutindo na imprensa e puxando outra ação. Foi acertada nova data para o trote, que, então, transcorreu pacificamente, com grande adesão de populares.²⁹⁵ A reportagem do Diário de Pernambuco concluiu a notícia afirmando que “a ordem reinante, de um modo geral, foi atribuída pelo povo à decisão da Secretaria de Segurança [de não intervir], ficando assim definitivamente provado que o policiamento ostensivo da PM causou os distúrbios de quinta-feira.”²⁹⁶ A opinião pública tendeu a ficar favorável aos estudantes e contra as arbitrariedades policiais.

Nessa época, a rotina das faculdades e das ruas do Recife iria ser alterada. Estudantes acampando na reitoria, fazendo passeatas, greves, pichações, panfletagem, comícios; policiais invadindo faculdades, ocupando as ruas para evitar manifestações; engarrafamentos, nuvens de gás lacrimogênio, cavalaria nas ruas, pancadaria, correrias, comércio fechando as portas, bolinhas de gude no asfalto. Em vez dos bancos escolares os alunos freqüentavam as ruas da cidade, assumindo o papel de professores da revolução. Estas eram as cenas da cidade do Recife registradas pelos periódicos nesse 1968. Visão do paraíso para uns, do inferno para outros. . .

²⁹⁴ Foucault, em Vigiar e punir, descreve a utopia da cidade perfeitamente governada, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, uma “ cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre todos os corpos individuais”. (p. 164). Este nos parece ser o sonho dos generais que assumiram o poder em 1964.

²⁹⁵ Diário de Pernambuco dias 26/01/1968, 27/01/1968 e 30/01/1968.

²⁹⁶ DP, 30/01/1968. Primeiro Caderno, p. 7.

Os motivos que levaram as manifestações às ruas nesse ano foram vários. A insatisfação com os restaurantes universitários foi um deles. Os alunos da Universidade Rural de Pernambuco iniciaram o ano letivo em greve contra a majoração em mil por cento no preço das refeições.²⁹⁷ Eles denunciavam que esta medida era consequência do constante corte de verbas da educação que o governo federal vinha fazendo, enquanto aumentava o orçamento das Forças Armadas.²⁹⁸

A paralisação, que durou trinta e quatro dias, contou com passeata no centro da cidade, distribuição de panfletos, troca de acusações entre reitor e estudantes e greve de solidariedade promovida pelos alunos da Universidade Federal. Cada evento contando com a cobertura diária dos jornais, durante todo o mês de março. As denúncias dos alunos sobre as péssimas condições dos restaurantes e o descaso das autoridades competentes ganharam crédito na sociedade. Os deputados, demonstrando apoio à reivindicação dos universitários, formaram uma comissão, liderada por Valdemar Borges – o mesmo deputado que apoiara os universitários no caso do comício da Assembléia, em 1967 –, para ir a Brasília conversar com o Ministro Tarso Dutra e entregar a ele um memorial mostrando a inabilidade do reitor Artur Lopes em resolver os problemas da UFRP (Universidade Federal Rural de Pernambuco).²⁹⁹

De posse de um relatório sobre as causas da greve, os alunos tentaram conversar com o reitor, que não quis recebê-los. Os estudantes decidiram permanecer na reitoria até serem recebidos. A polícia foi chamada e o episódio terminou com a prisão de cerca de cem manifestantes. A notícia se espalhou, levando os estudantes das demais faculdades a abandonar as aulas e decretar uma greve de protesto de 24h. Soltos duas horas após a prisão, por ordem do governador Nilo Coelho, ficou evidente no episódio o clima de confronto e de

²⁹⁷ DP, 06/03/1968, primeiro caderno, p. 3.

²⁹⁸ DP, 12/03/1968, p. primeiro caderno, p.6

²⁹⁹ DP, 21/03/1968, p. 6. Em passeata percorrida em silêncio pelo centro da cidade, no dia 16/03/1968, contra a administração do reitor da Rural, os estudantes empunhavam cartazes com a alcunha do reitor: “Boi Preto”.

intolerância das autoridades frente ao constante desafio representado pelas ações estudantis.³⁰⁰

A crise dos restaurantes culminaria com a morte de um secundarista no Rio de Janeiro, incidente que seria o marco do ME em 1968, gerando protestos e mais repressão em vários estados do país. No dia 28 de março, a polícia invadiu o restaurante *Calabouço*, onde estudantes cariocas preparavam uma passeata de protesto contra o aumento do preço das refeições.³⁰¹ Os policiais, que entraram atirando, mataram Edson Luís. O acontecimento transformou-se em um fato político impactante, graças à ampla cobertura dos jornais. Passeatas de protestos ocorreram em quase todo o Brasil, lideradas pelos universitários e apoiada por setores da população, que se tornava cada dia mais insatisfeita com a repressão militar.

Enquanto os estudantes enfatizavam o caráter opressor do Regime, a polícia militar defendia-se, dizendo que atirou por estar sendo atacada pelos manifestantes. Consultado sobre o episódio, o general Jayme Portela, chefe da Casa Militar em 1968, em depoimento afirmou:

Tinha havido uma agitação no restaurante provocada por elementos comunistas, infiltrados entre os estudantes, resultando num conflito entre eles. A polícia foi chamada pela administração do restaurante para debelar o conflito (...) Mas foi recebida no restaurante a pedradas e a tiros e teve que reagir e, no incidente, foi morto um rapaz, que trabalhava no restaurante e estudava a noite.³⁰²

Pela adesão popular ao velório e ao enterro de Edson Luís, verifica-se que as explicações oficiais para o conflito não foram convincentes.

No Recife, os universitários marcaram uma marcha de protesto contra a morte do secundarista para o dia 02/04/1968. Entretanto a passeata não se realizou, pois cerca de dois mil soldados fizeram um policiamento ostensivo nas ruas do centro. Ainda assim, dez estudantes foram presos, segundo a imprensa,

³⁰⁰ DP, 28/03/1968. Primeiro Caderno, p. 7.

³⁰¹ Depoimento de Elinor Brito. In Reis Filho, Daniel & Moraes, Pedro de (org). *1968 - a Paixão de uma Utopia*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988. pp. 155- 165.

por estarem em atitude suspeita. Mas após serem ouvidos pelos DOPS foram liberados.³⁰³

Não conseguindo realizar a passeata, os universitários fizeram publicar nos jornais nota oficial, assinada pelos presidentes dos Diretórios Centrais da Católica, Federal e Rural, apresentando-os como vítimas das arbitrariedades da ditadura.

O Movimento Estudantil brasileiro é mais uma vez vítima dos atos de força dos detentores do poder, que ao comemorarem seus quatro anos, prendem líderes estudantis, invadem Universidades e, por fim, como coroamento de toda esta brutalidade, metralham em um restaurante um colega indefeso.³⁰⁴

Cartazes na entrada da Faculdade de Filosofia de Pernambuco estampavam os seguintes slogans: “Crime na Guanabara. Até quando os estudantes morrerão lutando por seus direitos?”; “Assassinaram mais um estudante, mas não matarão nossa luta.” A representação dos universitários como vítimas de um governo ditador saiu do episódio fortalecida.

A violência no Rio puxou novas ondas de protesto e novas críticas ao Regime Militar. O projeto estudantil ganhava adeptos e o militar, opositores. A idéia alardeada pelos universitários de que o país vivia numa ditadura deixava de ser apenas retórica e passava a se concretizar nos atos violentos perpetrados contra os estudantes e a população em geral.

Numa época em que a primeira página dos jornais tinha o impacto dos noticiários de TV do horário nobre, o jornal carioca *Última Hora*, noticiando o enterro de Edson Luís, trouxe em primeira página a seguinte manchete: “Só Getúlio teve enterro assim.”³⁰⁵ Para Martins Filho, o Rio ainda continuava a ser o “centro nervoso do país”. Embora a capital houvesse mudado para Brasília, aquela cidade mantinha vários ministérios. Havia perdido a coroa, mas não a

³⁰² APUD Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p. 45.

³⁰³ DP, 03/04/1968, primeira página.

³⁰⁴ DP, 31/03/1968, primeiro caderno, p. 3.

³⁰⁵ Apud Martins Filho, João Roberto. *Rebelião Estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas, Mercado das Letras, 1996, p. 18.

majestade.³⁰⁶ Enquanto vitrine do país, o Rio era retratado como um estado convulsionado, onde estudantes, com amplo apoio da população, desafiavam o poder militar.

Oficiais da linha-dura insistiam na tomada de medidas mais draconianas. Exigiam o fechamento completo do Regime. Os jovens ameaçavam seu projeto, sua autoridade. Sentiam-se desafiados. Um estado de sítio foi ventilado em abril. Mas os tempos pareciam diferentes da época do golpe. As Forças Armadas, que contaram em 1964 com um amplo leque de aliados, agora encontravam-se isoladas.

Sentindo-se desacatadas, as autoridades insistiam no argumento da infiltração de elementos comunistas que, se aproveitando dos problemas reais da Universidade, insuflavam os jovens, com o intuito de desmoralizar o governo. O diretor geral do DOPS, General Lucídio Arruda declarou, acerca dos protestos desencadeados pela morte de Edson Luís: “os estudantes estão, presentemente, sendo liderados por gente estranha à classe, que prepara agitações e dentre essa destacam-se os comunistas, que estão agindo da mesma maneira em vários países, como na Polônia, Uruguai, Chile e Itália.”³⁰⁷ A perplexidade com os acontecimentos simultâneos conduzia a explicação do fenômeno através da mitologia da ‘conspiração’, que, segundo Girardet, só consegue se efetivar porque baseia-se em acontecimentos concretos. Vivia-se um período de agitações estudantis em várias partes do mundo. A angústia se generalizava e levava à construção da teoria do ‘complô’ comunista, que visava submeter o mundo liberal aos seus domínios.³⁰⁸

Dentro desse clima de confronto, onde estudantes eram tidos como massa de manobra dos subversivos, a polícia invadiu, no dia 03 de abril, a FAFIPE (Faculdade de Filosofia de Pernambuco). Vinte estudantes foram espancados, o que gerou pânico e a suspensão das aulas naquela faculdade e nas demais da UFP. Segundo as autoridades, a invasão ocorreu quando um grupo de estudantes vaiou um contingente policial que estava nas imediações daquela

³⁰⁶ Idem, *ibidem*, p. 19.

³⁰⁷ DP, 31/03/1968, primeira página.

³⁰⁸ Girardet, Raoul. Op. cit.

escola. Após o incidente, os acadêmicos reuniram-se em assembléia e resolveram realizar uma greve de 24h, em protesto contra o arbítrio policial. Decidiram, também, assistir à missa das 17 horas, na Igreja de Santo Antônio, no dia 4 de abril, pelo sétimo dia de falecimento de Edson Luís.³⁰⁹ O terrorismo empregado contra os estudantes parecia visar silenciá-los pelo medo, mas não surtia efeito.

Missas de sétimo dia em memória do secundarista carioca foram realizadas em muitas cidades do país. No Rio, a violência policial contra pessoas saindo da Igreja após a realização da cerimônia da manhã foi fotografada e divulgada pelos jornais. No Recife, a missa não foi realizada no local previamente estabelecido, sendo transferida para a Igreja do Rosário dos Pretos, na tentativa de burlar a repressão. O que não surtiu efeito, pois os policiais investiram contra estudantes que deixavam o templo. Vários foram espancados e outros presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sob a acusação de distribuir panfletos subversivos, que preconizavam a implantação de um governo popular revolucionário e a destruição das Forças Armadas.³¹⁰

Diante da violência policial perpetrada contra os estudantes após a missa, Dom Hélder fez apelo às autoridades do Estado para que sustassem a repressão às manifestações dos jovens, o que evitaria que ocorresse no Recife o desastre do Rio de Janeiro.³¹¹ O governo justificou mais uma vez a violência policial com o argumento da infiltração comunista.³¹² Editoriais dos jornais criticavam a atuação do governo na repressão ao ME, contribuindo para incompatibilizá-lo com a população. Luís Cisneiros, em sua coluna, do dia 02/04/1968, no *Diário de Pernambuco*, sob o título ‘Antes da repressão, o diálogo’, advertia:

Antes de se apelar para a violência, seria bom o governo estudar as causas responsáveis pelos efeitos negativos que incidem sobre a nação. Os jovens reivindicam uma melhor assistência à classe e não a queda do governo, a mudança do regime, o assalto ao poder. (...) suas pretensões não são subversivas.

³⁰⁹ DP, 04/ 04/ 1968, primeiro caderno, p. 3.

³¹⁰ DP, 05/04/1968, primeiro caderno, p. 7. Ver foto nos Anexos.

³¹¹ DP, 05/04/1968, primeiro caderno, p. 7

Há em todos os movimentos de massa infiltração de agitadores extremistas. Quanto à ingerência desses corpos estranhos nos organismos estudantis, justificam-se as enérgicas medidas repressivas. Elas devem pesar também sobre os aproveitadores políticos que tentam resultados eleitoreiros. Sobre esses, a mão de ferro da repressão. Sendo, entretanto difícil separar o joio do trigo, é preciso abrir diálogo com os estudantes para evitar novas mortes.

As reivindicações estudantis ainda eram percebidas como apenas reformistas, mas toda essa repercussão e o apoio alcançado³¹³ levavam a uma maior politização e radicalização dos estudantes. As palavras chaves da esquerda começavam a ecoar em seus discursos.

É importante ressaltar que não só os estudantes de universidades públicas protestavam contra a administração de suas escolas. Os universitários da UCP, discordando do índice de reajuste das mensalidades para o ano de 1968, deixaram de pagá-las. Exigiram a cópia do orçamento da Universidade para formularem uma contra-proposta de aumento. Só em fins de maio, diante da ameaça de fechar por falta de verbas, o reitor da católica entrou em acordo com os alunos, reduzindo o índice de reajuste para o percentual de 30%.

A crise universitária ameaçava a credibilidade do Regime, que vinha recebendo críticas da imprensa, de membros da Igreja e de segmentos da população. No intuito de reverter essa situação, o governo propôs a abertura de diálogo com os estudantes. Esta proposta dividia o movimento. A tendência liderada pela AP era contrária, pois não conversariam com uma “ditadura assassina”. As DIs acreditavam que aceitar o diálogo era a oportunidade de demonstrar à sociedade que as autoridades estavam blefando³¹⁴. De ambos os discursos depreende-se que não havia disposição para negociar. Ao contrário julgavam que um entendimento com o regime era impensável, uma vez que falavam idiomas distintos e defendiam projetos inconciliáveis.

³¹² DP, 05/04/1968. Primeiro Caderno, p.8.

³¹³ No dia 05/04/1968, o *Diário de Pernambuco* publicou declaração de Sílvio Pessoa, deputado da ARENA, que dizia que a ação dos moços estava ganhando consistência exatamente porque surgia como única via de protesto, pois os partidos existentes eram falsos, mentirosos, aglomerados sem expressão.

³¹⁴ Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. *Abaixo a Ditadura: o Movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro, Garamond, 1998, p. 110.

Em 19/06/1968, os universitários cariocas adeptos da segunda tendência marcaram uma concentração no pátio do MEC, dispostos a ‘dialogar’ com o Ministro. Foram recebidos com violência. Partiram para organizar uma barricada na Avenida Presidente Vargas. Os policiais chegaram dispostos a dispersá-los à força. No entanto, foram recebidos a pedradas e recuaram.³¹⁵

No dia seguinte, reunidos na Universidade, onde discutiam com o reitor as suas reivindicações, os estudantes foram vítimas da vingança policial. A PM cercou o prédio da Praia Vermelha e o reitor tentou negociar a saída pacífica dos alunos. A tensão foi aumentando, até que se acordou que poderiam deixar a escola em pequenos grupos, isoladamente. Ao saírem, os estudantes foram presos e agredidos no Campo do Botafogo.³¹⁶

As cenas de violência foram registradas pelas lentes do *Correio da Manhã*, que no dia 21/06/1968 publicou-as em primeira página. As fotos de moças e rapazes deitados no chão, com policiais urinando sobre eles³¹⁷, estimularam o repúdio e a revolta populares.

Nesse mesmo dia, os estudantes voltaram às ruas do Centro carioca para denunciar a violência sofrida na véspera. Os policiais tomaram a usar de força para dispersar o protesto. Uma batalha se iniciou. As ruas transformaram-se no cenário de uma guerra civil, onde populares e estudantes se enfrentavam com a força policial. O episódio, conhecido como ‘Sexta-feira sangrenta’, deixou um saldo oficial de um morto e 55 policiais feridos.³¹⁸ Em depoimento, Vladimir Palmeira à época presidente da UMES (União Metropolitana dos Estudantes, do Rio de Janeiro) afirmou que lá pelas duas da tarde não havia mais estudantes nas ruas, e, mesmo assim, o conflito se estendeu até o princípio da noite. Segundo ele, era a população carioca que dizia um basta à ditadura e lutava contra seus representantes policiais. O episódio foi interpretado pelos estudantes como o prelúdio de uma insurreição popular.³¹⁹

³¹⁵ Idem, ibidem, p. 111.

³¹⁶ Ventura, Zuenir. 1968: *o ano que não terminou*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, pp. 130-140.

³¹⁷ Idem, ibidem, p. 135.

³¹⁸ Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. Op. cit., p.112.

³¹⁹ Idem, ibidem, p. 127.

A repercussão dos fatos nos jornais foi estrondosa. Convencidos de que a ditadura estava isolada, os estudantes sentiam-se engrandecidos. Tomados de grande entusiasmo, os universitários cariocas convocaram o povo para uma passeata no dia 28/06/1968.³²⁰

A violência empregada contra os companheiros cariocas, levou os universitários de Pernambuco a programar uma passeata para o dia 27 de junho, quando também protestariam contra o anunciado aumento de 40% nas tarifas de ônibus. A passeata, que contava com apoio do clero, não se realizou. Foi impedida com uso da força. Dez pessoas foram presas e duas ficaram feridas. Entre os presos estavam um jornalista, duas moças e um padre.³²¹

A autoconfiança dos estudantes cresceu com o mar de pessoas que compareceu a seu chamado no Rio de Janeiro. A ‘Passeata dos Cem Mil’ transcorreu sem qualquer incidente, mais uma vez levando à crença de que a desordem era promovida pelos policiais, que, no discurso estudantil, representavam a ditadura.

Nessa passeata, evidenciou-se o racha no ME, que refletia a fragmentação da esquerda no momento. De um lado, a palavra de ordem que se ouvia era: “O povo armado derruba a ditadura”; do outro, vinha a contestação: “O povo organizado derruba a ditadura.”³²² No entanto, as duas tendências defenderam na ocasião o desencadeamento da violência justa do povo contra seu opressor. Segundo análise de Maria Ribeiro do Valle, “a violência foi a tônica dos discursos da pacífica passeata”, onde houve uma tentativa de demonstrar ao povo a necessidade de se criar um exército revolucionário para enfrentar a ditadura.³²³ Na ocasião, foi escolhida uma comissão para dialogar com o Presidente da República.³²⁴ O encontro foi infrutífero, pois nem estudantes nem

³²⁰ Para que a passeata pudesse ocorrer pacificamente, artistas, intelectuais e jornalistas negociaram com o governador do Rio, que, após aval do governo federal, garantiu a sua realização, sem repressão, como relata Zuenir Ventura, op. cit., p. 151.

³²¹ DP, 26 e 28/06/1968, p. 3.

³²² Ventura, Zuenir, op. cit., p. 162.

³²³ Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., pp. 111-113.

³²⁴ A comissão que foi recebida pelo Presidente Costa e Silva era composta por um intelectual – Hélio Peregrino, uma mãe – D. Irene Papi, um padre – João Batista e dois estudantes – José Américo e Marcos Medeiros.

governo estavam dispostos a negociar; ambos pretendiam sair do embate como vitoriosos e o impasse se estabeleceu.

Impedidos de realizar a sua marcha no dia 27/06/1968, os estudantes pernambucanos marcaram outra manifestação para o dia 02/07/1968. Desta vez o clero, além de apoiar, passou a convidar os fiéis a participar, protestando ao lado dos estudantes, contra a arbitrariedade do governo.³²⁵ A sociedade demonstrava seu repúdio ao regime apoiando e protestando ao lado dos universitários. Tal qual Narciso seduzido por sua imagem refletida, os estudantes se encantavam com a imagem que viam diante de si: a de uma sociedade participativa, prestes a lutar a seu lado, para espantar o fantasma da opressão que amedrontava a população.

Contando com a presença de cerca de vinte mil pessoas³²⁶, aplausos e chuva de papel picado, a passeata do Recife assemelhou-se, para os seus líderes, a uma marcha da vitória³²⁷. Consideravam que a ditadura estava encurralada e o jogo parecia ganho. O Movimento Estudantil, radiante, contava os dividendos do mês de junho. Sentiam-se imbatíveis.

A presença de policiamento ostensivo nas ruas e a repressão às passeatas não estavam sendo suficientes para conter o Movimento Estudantil, como era a expectativa das autoridades. A utopia militar de implantar uma sociedade disciplinada, onde o capitalismo pudesse se desenvolver sem os incômodos movimentos de protesto, parecia estar ameaçada.

O estado de sítio ventilado em abril, após os conflitos ocorridos em torno da morte e missa de sétimo dia de Edson Luís, não pôde ser deflagrado. O descontentamento com o governo era tamanho e tão explosivo, que se tornara impossível prever a reação a tal medida. O governo começou, então, a empreender políticas que desarticulassem os estudantes, na tentativa de isolá-los.

No dia 05 de julho, o Ministro da Justiça Gama e Silva proibia, definitivamente, as manifestações de rua, alegando que elas eram um desafio às autoridades constituídas, a julgar pelo tom dos panfletos e dos discursos

³²⁵ DP, 29 e 30/06/1968, p.3.

³²⁶ Jacob Gorender fala que a passeata do Recife contou com a participação de 50.000 pessoas. Ver Combate nas Trevas. São Paulo, Ática, 1998, p. 161.

³²⁷ DP, 03/07/1968, p.3

estudantis. Os universitários do Recife afirmaram que continuariam a realizar seus protestos com ou sem autorização da SSP. E, na manhã do dia 08/07/1968, reuniram-se, de surpresa, em frente ao prédio dos Correios, onde realizaram um comício relâmpago e marcharam até o mercado de São José. Segundo o Diário de Pernambuco, foi a primeira passeata realizada no Brasil após a proibição.³²⁸

Além das medidas repressivas, o MEC promoveu a criação de um grupo de trabalho para discussão da reforma universitária (Decreto Lei 62.937, 02/07/1968.). Pelo decreto governamental este grupo deveria contar com a participação de dois estudantes. A reforma proposta pelo governo, no entanto, deveria se nortear pelo relatório feito em maio pela Comissão Meira Matos. O documento era considerado, no meio governamental, como uma radiografia da crise universitária brasileira. Ele recomendava mudanças na Instituição, reconhecendo que as condições de ensino eram precárias. Entretanto, insistia na necessidade de se tomar severas medidas para impedir as práticas políticas dos estudantes, evitando uma politização da categoria.³²⁹

O relatório foi alvo privilegiado de críticas do estudantado. No entanto, para se demonstrarem dispostos a colaborar, os universitários concordaram em indicar seus representantes para compor a comissão. Luís Travassos e Vladimir Palmeira foram os eleitos.³³⁰ Apontados pelas autoridades como responsáveis pelo recrudescimento da oposição estudantil, seus nomes foram rejeitados. Entretanto, os militantes conseguiram passar a imagem de que se a proposta não se efetivou a responsabilidade foi do governo, que agiu de forma intransigente ao não respeitar a escolha feita pelos estudantes.³³¹

Em 16/07/1968, o Conselho de Segurança Nacional se reuniu para avaliar a tensa situação do país. “Para o CSN fica caracterizada a ação de ‘elementos subversivos’ e ‘contra-revolucionários’ com o objetivo imediato de

³²⁸ DP, dias 05/07/1968 e 09/07/1968, p. 3.

³²⁹ Poerner, Artur. Op. cit..

³³⁰ Oliveira, José Alberto S. de. *O Movimento Estudantil alagoano e a resistência ao Regime Militar*. Dissertação de Mestrado, Recife, UFPE, 1994,p, 49.

³³¹ Na dissertação de José Alberto Saldanha de Oliveira, sobre o Movimento Estudantil alagoano, ele esclarece que os líderes estudantis de Alagoas, Pernambuco e Paraíba se reuniram em Maceió e resolveram delegar poderes à UNE para indicar os representantes estudantis no grupo proposto pelo governo.

promover a ‘inquietação social e a perturbação da ordem pública’, visando a alcançar a derrubada do regime e a substituição ao governo.”³³² E, percebendo o papel que a imprensa vinha assumindo ao divulgar com destaque as ações estudantis, o CSN divulgou nota fazendo “um apelo aos órgãos de comunicação social para que, patrioticamente, cumpram o seu papel de informar corretamente, a fim de que não se convertam em instrumento de desordem.”³³³

Ao comentar a nota, o jornalista Carlos Castello Branco afirmou que se estava a um passo da implantação da verdade oficial, o governo decidiria o que seria a verdade. E analisava: “Não é segredo que, em muitos setores onde se pede o estado de sítio, se pensa que a medida é indispensável precisamente para impedir que os jornais continuem a divulgar, (...) a ocorrência de manifestações contra o regime. Já não lhes importa que os jornais condenem a agitação, o que desejam é suprimir a própria notícia da agitação(...).”³³⁴ A idéia do Conselho era silenciar a imprensa sobre o ME. Assim seria mais fácil isolá-lo.

Essa repercussão na imprensa, e a adesão de várias camadas da população ao protesto contra o regime, levaram a esquerda a avaliar o momento como o ideal para a radicalização. Em uma ‘Resolução Política’, o PCBR assim analisava o ano de 1968:

Diante do novo impulso do movimento de massas, nos últimos meses, agravou-se a situação nacional e acentuou-se o desgaste da ditadura militar(...) A expectativa de alguns setores da população em face das promessas de abertura democrática, formuladas pelo atual governo, cede lugar a uma oposição popular cada vez mais vigorosa. (...) Criam-se, portanto, condições cada dia mais favoráveis ao desencadeamento da luta armada armada contra a ditadura. Os fatos demonstram que sem o emprego da força armada, o movimento de massas não pode desenvolver-se e derrubar o poder das classes dominantes.³³⁵

³³² Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p. 123.

³³³ Idem, ibidem, p. 123.

³³⁴ Apud id, ibid, p.123. Grifo nosso.

³³⁵ ‘Resolução Política do PCBR’ sem data. In *Prontuário do PCBR*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6167.

Mas a crescente radicalização iria inibir o apoio às manifestações estudantis. O clima de violência que se estabeleceu a partir das primeiras ações da guerrilha urbana deflagradas pelas organizações de esquerda³³⁶ e das ações de organizações paramilitares de direita, como o CCC³³⁷, davam a sensação do início de uma guerra civil. As camadas médias e setores liberais da população haviam aderido aos protestos estudantis, identificando neles uma luta pela redemocratização do país, por vias reformistas. A luta armada não estava em seus planos, fazendo-os recuar em seu apoio, quando começou a ser travada. O temor que a guerrilha urbana conduzisse a um movimento similar à Revolução Cubana levou a aceitação do endurecimento do Regime como um mal menor. Tal qual ocorrera em 1964, as Forças Armadas iriam parecer o porto seguro, oferecendo a garantia de paz, de ordem social.

Por outro lado, os primeiros efeitos da política econômica de Delfim Neto começaram a se fazer sentir nesse período. A classe média conquistou maior poder de compra com ampliação do crédito³³⁸, o que a tornou mais sensível aos apelos do governo federal, que afinal estava conseguindo debelar a crise. Acreditava-se que com o crescimento econômico os problemas brasileiros iriam ser resolvidos.

Nessa conjuntura, em 29 de agosto de 1968, a UnB foi invadida por uma operação conjunta das forças da repressão: Polícia Militar, DOPS, Polícia Federal, SNI e Polícia do Exército. Os invasores arrombaram salas de aula, espancaram alunos, professores e parlamentares que por lá apareceram em busca de notícias sobre seus filhos. Justificaram a arbitrariedade com o argumento de

³³⁶ Desde o início do ano a ALN vinha realizando assaltos a bancos para conseguir fundos para a guerrilha. Em junho, a VPR atacou um hospital do Exército, em São Paulo, para conseguir armamentos. A imprensa publicou declarações do comandante do Segundo Exército, desafiando os guerrilheiros a atacar seu quartel. Quatro dias depois, guerrilheiros da VPR arremeteram um caminhão cheio de dinamite contra o quartel-general do Segundo Exército, matando um sentinela. Em outubro, militantes da VPR assassinaram, em São Paulo, o capitão do Exército americano Charles Chandler, pelos crimes que teria cometido na Guerra do Vietnã. O radicalismo se recrudesceu. Skidmore, Thomas. Op. cit., p. 177.

³³⁷ Apoiados pelos militares interessados em uma maior radicalização da Revolução de 31 Março, o CCC e o MAC promoveram onda de invasão de teatros – onde, segundo o grupo, estavam sendo encenadas peças subversivas – e de diretórios estudantis. As invasões eram acompanhadas de quebra-quebras e tiros para o alto; pichações com promessas de atos mais violentos e assassinatos a líderes estudantis. Tudo com o sentido de forçar a uma posição extremada o governo Costa e Silva. Ventura, Zuenir, op. cit., 1988, p. 224-225.

³³⁸ Skidmore, Thomas. Op. cit., pp.143-147.

que buscavam alunos que estavam com prisão preventiva decretada. A extrema violência empregada provocou inúmeras críticas ao governo. Na defensiva, a Polícia Federal alegou que a invasão fora provocada pelo fato das autoridades da universidade estarem cedendo salas para reuniões de “caráter altamente subversivo”.³³⁹

A tentativa de intimidação dos parlamentares pareceu clara nesse episódio. Tanto políticos da ARENA como do MDB vinham criticando o governo pela constância com que o Presidente legislava por meio de decretos. O discurso de Márcio Moreira Alves em repúdio à invasão da UnB forneceria o pretexto para a decretação do AI-5.

Os universitários de Recife concentraram-se em frente à reitoria da UFP para protestar contra o incidente ocorrido em Brasília. A polícia cercou o prédio e o reitor desceu para conversar com os alunos, impedindo que ocorressem incidentes. Dando prosseguimento à escalada repressiva, no entanto, o DCE da Federal foi invadido no dia 05/09/1968, por policiais que prenderam duas moças e apreenderam, segundo eles, farto material subversivo.³⁴⁰ As estudantes foram soltas após serem interrogadas, mas a acusação de ligação com atividades subversivas ficou sem resposta na imprensa, que já não divulgava a versão estudantil dos fatos. Além disso, a passeata marcada para contestar a invasão do DCE foi impedida pelo policiamento ostensivo nas ruas da cidade.³⁴¹

Em outubro, um episódio acabaria por colocar o ME sob suspeição. No dia 02, em São Paulo, iniciou-se a ‘Guerra da Maria Antônia’.³⁴² A rua Maria Antônia abrigava a Faculdade de Filosofia da USP, centro do ME de esquerda paulista³⁴³ e a Universidade Mackenzie, que contava com inúmeros alunos de

³³⁹ Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p.151.

³⁴⁰ *A Chama da Liberdade*, setembro de 1968, jornal da Escola Técnica. In Fundo SSP/ DOPS APEJE, prontuário nº. 17428.

³⁴¹ DP, 08/09/1968, p. 3

³⁴² Irene Cardoso afirma que o que ocorreu naqueles dias não foi uma luta entre estudantes de esquerda e de direita, mas um ataque organizado e articulado, paramilitarmente, pelo CCC, com o intuito de destruir o prédio da USP, que era, em São Paulo, um núcleo de resistência à ditadura. Cardoso, Irene. ‘Maria Antônia: o edifício de no. 294’. In Martins Filho, João Roberto(org.). 1968 faz 30 anos. Campinas, Mercado das Letras/UFSCAR,1998.

³⁴³ Desde o mês de junho, a faculdade de Filosofia da USP fora ocupada pelos alunos no intuito de não haver desmobilização do movimento durante as férias. A faculdade ocupada transformou-se num centro de debates, aberto a toda a população. José Dirceu diz que ali era um espaço mágico, fábrica de idéias e

direita vinculados ao CCC. Os estudantes de esquerda haviam transformado aquela rua em território livre, no ano de 1968. Dormia-se na faculdade após as passeatas. De manhã, o toque de alvorada era a Internacional. Os estudantes do CCC, sediados na Mackenzie, não podiam mais tolerar esse desafio ³⁴⁴. O conflito estourou quando alunos da USP iniciaram, na rua, cobrança de pedágio para realização do XXX Congresso da UNE. Os universitários da Mackenzie começaram a atirar ovos em seus adversários, que devolveram a provocação. A batalha durou todo o dia, com extrema violência. À noite houve uma trégua, mas na manhã seguinte a guerra reiniciou.³⁴⁵ Após acalorado debate, os alunos da USP resolveram abandonar o prédio que, logo após, foi incendiado pelos da Mackenzie. O episódio resultou na morte de José Guimarães, da USP.³⁴⁶

José Dirceu, líder estudantil que participou da guerra, afirmou que todos estranharam a omissão dos policiais durante as horas de batalha campal.³⁴⁷ Irene Cardoso é taxativa em afirmar a convivência das autoridades, não na guerra, mas no atentado terrorista ao prédio da USP, onde foram usadas armas privadas do Exército e bombas de gás de fabricação americana.³⁴⁸

Mas a leitura do fato foi diferente, produzindo efeito desastroso para o ME. A guerra foi comparada a uma luta de gangs. A imprensa fez parecer que o conflito era um episódio de guerrilha urbana. A divulgação dos fatos nos jornais atuava contra os estudantes, que, sem espaço para veicular seu discurso, começaram a aparecer como “perigosos agitadores comunistas”. As palavras do ministro Gama e Silva, publicadas no Diário de Pernambuco, em 09/05 agora soavam como verdadeiras: “Não tenho dúvidas de que os comunistas pretendem fazer sair de dentro das universidades a revolução comunista. Mas estão

de sonhos. A ocupação era uma festa; a experiência da audácia, da ousadia, do novo. Ver Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. Op. cit., pp. 120-121

³⁴⁴ Oliveira Júnior, Franklin. Op. cit., p. 260.

³⁴⁵ Ventura, Zuenir. Op. cit., pp. 221-223.

³⁴⁶ Para evitar mobilização semelhante à ocorrida em março, por ocasião da morte de Edson Luís, um pelotão policial chegou cedo à casa do estudante, onde o corpo estava sendo velado. O enterro estava marcado para às 14 h; levaram o corpo para ser enterrado com a presença apenas dos seus parentes. Quando os estudantes chegaram à casa do rapaz, para fazer do cortejo fúnebre um grande ato de protesto contra a ditadura, o enterro já havia acontecido. Ver Dirceu, José & Palmeira, Vladimir. Op. cit., pp. 154-155.

³⁴⁷ Idem, ibidem, p.150.

³⁴⁸ Op. cit., 1998.

enganados porque deixam de considerar que há governo no Brasil.”³⁴⁹ O discurso militar começava a ganhar estatuto de verdade. O seu projeto ganhava adesão.

O incêndio levou à mudança da faculdade para a Cidade Universitária, o que contribuiu para acelerar o isolamento do ME paulista, uma vez que o local era distante do centro e não possibilitava a mobilização da população, além de permitir uma maior repressão ao movimento por ser mais fácil de cercar o local.

Os jornais do Recife não publicaram qualquer comentário de órgãos estudantis pernambucanos sobre a ‘Guerra da Maria Antônia’. No entanto, o confinamento do reitor da UFP por seis horas, em seu gabinete, foi amplamente divulgado. No dia 04/10/1968, duzentos alunos ocuparam a reitoria, para forçar um diálogo com o reitor sobre a urgência de reformas no Hospital Universitário. Por não terem sido recebidos, eles mantiveram o reitor preso em seu gabinete. Só com a interferência do governador Nilo Coelho os alunos deixaram o prédio. O Conselho da UFP decidiu processar penalmente os responsáveis pela invasão. Toda pressão seria usada para desarticular o ME.

O último grande ato do Movimento Estudantil de 1968 deu-se em torno da prisão de 700 estudantes, que estavam presentes no XXX Congresso da UNE, na cidade de Ibiúna, em São Paulo, em 12 de outubro. Apesar de clandestino, o Congresso reunia estudantes de várias partes do Brasil, inclusive de Pernambuco, onde no início do mês os líderes universitários haviam realizado assembléias para a escolha dos delegados que iriam representar o Estado.

Segundo o Jornal do Commercio, os estudantes escolhidos foram: da Universidade Católica – Carlos Eduardo, João Marcos, Ricardo Noblat, Hugo Farias, Marcos Vinícius, Luís Augusto Pontual e o presidente do DCE Romildo Rego Barros; da UFP – Umberto Câmara, Marcos Burle, Carmem Chaves, Vera Martins, Lusinete Lima; do Instituto de Teologia – Valfrido de Assis Silva. Os eleitos, segundo a reportagem, eram, em sua maioria, adeptos de Luís Travassos,

³⁴⁹ DP, 09/05/1986, primeira página.

então Presidente da UNE, ligado à AP.³⁵⁰ Apesar da imprensa ter divulgado apenas estes nomes, trinta e sete pernambucanos participaram do evento.³⁵¹

Ao veicular a notícia da queda do Congresso da UNE, a imprensa anunciou a apreensão de armas, cartazes de Che Guevara e manuais de técnicas de guerrilha urbana. Procurava-se demonstrar que a reunião dos estudantes havia sido convocada para tramar a guerra revolucionária, que seria empreendida ao lado dos grupos de esquerda que já estavam atuando. No mesmo dia das prisões em Ibiúna, o comando da VPR executava o capitão do exército americano Charles Chandler, por ter praticado crimes na Guerra do Vietnã.

O *Jornal da Tarde*, periódico de São Paulo, vinculou a ação terrorista aos estudantes e publicou uma carta aberta do CCC à população, que informava que os assaltos a banco e o assassinato de Charles Chandler eram de responsabilidade de organizações de esquerda. O grupo ameaçava, ainda, matar cinco comunistas a cada democrata assassinado. O CCC se dizia um órgão que congregava universitários brasileiros verdadeiramente democratas, que defendiam o nacionalismo radical. Parabenizava o governador de São Paulo pela dissolução do Congresso ilegal da ex-UNE, e pedia que esses “criminosos” fossem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Ao concluir a carta, declarava que, se as autoridades se omitissem, o CCC iria “trilhar novamente os caminhos de março para expurgar de nossa terra os comunistas, inimigos e traidores do Brasil.”³⁵²

O tom de ameaça foi contundente. Os acontecimentos concorriam para que o Brasil fosse percebido como um país à beira de uma guerra civil. A situação assemelhava-se ao ano de 1964. Para as esquerdas, o golpe se efetivara

³⁵⁰ JC, 02 e 03/10/1968, p. 5.

³⁵¹ A lista dos estudantes pernambucanos presos em Ibiúna foi divulgada no DP: Paulo Pontes Carneiro, Francisco Flavio M. De Andrade, Valmir Costa, Antonio Fabio B. M. Maia, Ricardo Noblat, Paulo Henrique M. Maciel, Jader N. de Oliveira, Valnirido Carneiro C. Miranda, Ailton José de Lima, Umberto Câmara, Joarez José Gomes, José Thomaz Neto, Francisco de Sales G. de Oliveira, José Diniz de Oliveira, Luciano Correia de Oliveira, Manoel Fernando de Brito Figueiredo, Candido Pinto de Melo, Marcos Vinicius de Oliveira Ataíde, Marcus José Burle de Aguiar, José Gomes de Lima Filho, Hugo Farias Ramos, Luís Augusto Pontual, Netovitch Maia, Alberto Romeu Gouveia, Ronildo Rangel do Rego Barros, Arnaud de Holanda Cavalcanti, Marcus Antonio Tavares Marinho, Miguel Ramos Rodrigues, Maria Teresa Sales Costa de Melo, Danúzia Alves Rodrigues, Marta Maria Henrique da Silva, Maria Luzinete Lima, Guilherme Souza Bezerra, Vera Maria Martins de Albuquerque, Vera Rosa Borges, Carmem Castro e Gersa Gener Rosa.

³⁵² Valle, Maria Ribeiro do. Op. cit., p.205.

em 1964 porque o PCB insistiu no caminho pacífico e não orientara os movimentos populares à resistência armada. Percebiam com entusiasmo a volta do povo às ruas. Consideravam que a massa estava se reorganizando, pois, apesar dos líderes estudantis estarem presos, passeatas ocorriam em todo o Brasil para a sua libertação. A leitura que se fazia do fato era a de que as condições subjetivas para a revolução estavam amadurecendo. Como se percebe através de publicação da AP:

Se estabelecermos um paralelo entre 1964 e 1968 a compreensão será facilitada. Em 64 as massas eram mobilizadas numa perspectiva incorreta, legalista e estavam iludidas. As massas que se mobilizaram após o golpe de 64, o fizeram numa perspectiva correta de luta pela derrubada da ditadura e expulsão do imperialismo através da prática da justa violência. Falar da guerra popular já não surpreende vários setores do povo. O povo vê no exército e na polícia não organismos democráticos, mas sim defensores da camarilha reacionária. Até antes de 64 os revisionistas prestistas tinham as rédeas da luta popular, e levaram para ela suas posições conciliatórias e traidoras. Hoje, os marxistas-leninistas começam a se consolidar e assumir a liderança do processo revolucionário, como não poderia deixar de ser, e isso é uma garantia de vitória.³⁵³

As organizações de esquerda investiriam, com a certeza da adesão popular, na luta para derrubar o atual obstáculo a implantação do socialismo no Brasil: a ditadura militar, protetora dos interesses do imperialismo no nosso país.

A intensa pressão popular levou à libertação dos congressistas. Estudantes, mães, religiosos, políticos, padres, intelectuais foram às ruas de vários Estados, exigir a libertação dos universitários presos. A expectativa do governo de que com o isolamento dos líderes a oposição se retrairia não se efetivou.

No Recife, o Movimento Estudantil decretou greve de protesto contra as prisões realizadas em Ibiúna. No dia 14/10, entraram em choque com a polícia,

³⁵³ 'Política para o Movimento Estudantil', Edições do Povo, abril/1969. In *Prontuário da AP*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 29661.

na rua da Concórdia, quando, em passeata, exigiam a libertação dos companheiros. No episódio, quatro estudantes foram presos: Cláudio Augusto Duque e Natanael, da Escola Politécnica e dois secundaristas, cujos nomes não foram divulgados³⁵⁴.

O policiamento ostensivo nas ruas do Recife, no dia 23 de outubro, impediu nova manifestação contra a prisão dos manifestantes recifenses. No dia seguinte, entretanto, os alunos chegaram de surpresa ao centro da cidade, em grupos de 10, e fizeram comício relâmpago, condenando a repressão policial, a política educacional do governo e pedindo a libertação dos companheiros³⁵⁵. Dispersaram-se rapidamente. Logo depois chegaram caminhonetes e jipes repletos de policiais, mas já não encontraram ninguém. Nesses momentos a cidade apresentava-se tensa; as passeatas estudantis engarrafavam o trânsito, faziam o comércio cerrar as portas, as ruas assemelhavam-se a uma praça de guerra e a população começava a temer o desfecho desses constantes conflitos.³⁵⁶

As ações terroristas do CCC multiplicaram-se nesse período no Recife. A situação assemelhava-se ao período anterior a Revolução de 31 de Março; a instabilidade parecia grande. Mais uma vez a esquerda sentia-se próxima da vitória. Em sua avaliação o povo estava amadurecido, os grupos armados estavam preparados para a luta e os erros cometidos pelo PCB no pré- 64 não se repetiriam, o encontro com a revolução estaria marcado.³⁵⁷

No dia 19/10/1968, os muros da cidade do Recife amanheceram pichados com o nome de estudantes que seriam assassinados pelo CCC, entre os quais a imprensa divulgou apenas o de Marcelo Santa Cruz. No dia 23/10 – mesmo dia em que havia ostensivo policiamento nas ruas da cidade para impedir a passeata estudantil –, membros do CCC depredaram e atiraram contra o prédio da UCP. Logo depois invadiram a Escola de Engenharia, promovendo quebra-quebra³⁵⁸. O vigia que testemunhou o atentado ao prédio declarou que o grupo

³⁵⁴ DP, 15/10/1968, primeira página.

³⁵⁵ Ver foto nos Anexos.

³⁵⁶ DP, 25/10/1968, primeira página.

³⁵⁷ Reis Filho, Daniel Aarão. Op. cit.

³⁵⁸ Ver foto nos Anexos.

estava armado de metralhadoras. Mas os policiais nada viram, embora ambas as escolas ficassem no centro.³⁵⁹ No dia 24/10, foi a vez da casa de Dom Hélder Câmara ser atacada pelo grupo de extrema direita.³⁶⁰ A integridade física dos que faziam oposição ao regime militar estava ameaçada não só pelas forças legais, mas também pelos grupos paramilitares.

Os universitários haviam marcado eleição direta para a escolha do Presidente da UEP, que seria realizada em 30 de outubro. Só concorreram candidatos da esquerda: Cândido Pinto (da Escola de Engenharia), Valmir Costa³⁶¹ (aluno de veterinária da Rural) e Umberto Câmara³⁶² (aluno de medicina). As eleições transcorreram em clima de muita apreensão, pois temiam-se ações terroristas do CCC. O medo era resultado das constantes ameaças feitas pelo grupo através de pichações e telefonemas anônimos. Apesar da tensão não houve incidentes e Cândido Pinto sagrou-se vitorioso.³⁶³

No dia seguinte às eleições, entretanto, o CCC invadiu os DAs de Agronomia e Veterinária da Rural. Cerca de trinta homens mascarados e armados de cassetetes e revólveres depredaram o local. Depois metralharam a Casa do Estudante daquela universidade. Segundo testemunha, enquanto agiam, gritavam: “Viva o CCC”, “Apareçam comunistas covardes.”³⁶⁴

Os estudantes do Recife levantaram a suspeita de que o CCC agia em comum acordo com as autoridades que, para não serem acusadas de arbitrárias, entregavam aos grupos paramilitares a função de reprimir os estudantes. Em sua interpretação, este recurso possibilitaria às Forças Armadas manter seu discurso de defensoras da democracia. Este argumento explicaria o fato do reitor da UFRP não ter apresentado queixa contra o atentado, apesar dos vigias terem sofrido

³⁵⁹ DP, dias 20/10/1968 e 23/10/1968, p.3

³⁶⁰ DP, 25/10/1968, primeira página.

³⁶¹ Valmir Costa havia participado ativamente da greve ocorrida em março de 1968, contra a majoração nos preços das refeições. Às vésperas das eleições, ele renunciou à sua candidatura, por não concordar com os métodos usados na propaganda pelos outros candidatos, orientando seus partidários a votar em branco. DP, 26/10/1968.

³⁶² Umberto Câmara fez parte da última diretoria da UNE, sendo preso e morto pela repressão, no ano de 1973. Seu nome integrava a lista dos desaparecidos políticos, que foram reconhecidos como mortos por lei de iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

³⁶³ Cândido Pinto sofreu atentado em abril de 1969, que o deixou paraplégico.

³⁶⁴ DP, 02/11/1968, p.3

lesões.³⁶⁵ Mas a retórica estudantil não conseguia mais o impacto do primeiro semestre. O enfraquecimento era visível, embora não para as suas lideranças e os militantes das organizações de esquerda.

A partir de fins de outubro, houve uma retração da massa estudantil nas manifestações. O movimento voltava a se encolher e ser constituído basicamente pelas lideranças e estudantes mais politizados. A maioria havia se retirado, seja por medo das ações repressivas dos policiais e do CCC, seja pela radicalização do próprio movimento, que já abertamente dizia pretender responder à violência do governo com a violência revolucionária do povo contra seus opressores.

Fato revelador desse endurecimento na linha política estudantil foi o seqüestro do cabo da PM, Clidenor Moreira Lima, que espionava a assembléia que se realizava na UCP, no dia 15/10³⁶⁶. Alguns universitários levaram o cabo e pretendiam condicionar a sua libertação à dos estudantes presos durante as manifestações da categoria. Ao perceberem que não alcançariam êxito, libertaram o policial, que passou 7 horas como refém.

O *Diário de Pernambuco* trouxe em primeira página a foto do cabo com os olhos vendados e as mãos amarradas para trás sendo levado pelos alunos³⁶⁷. A notícia causou desconfiança em relação aos propósitos democráticos dos jovens. A SSP condenou a atitude dos estudantes, que haviam sequestrado um “jovem esquizofrênico”, enquanto assistia a assembléia estudantil por conta própria e não a serviço.³⁶⁸ Os estudantes estavam sendo representados como inimigos da ordem, agindo sob liderança dos radicais da esquerda, orquestrando um movimento subversivo. A cada dia pareciam se isolar mais, como avaliou Paulo Cavalcanti:

[Os estudantes] prendiam reitores em seus gabinetes montando guarda para que os inimigos [militares] os libertassem. Essas lutas se processavam nas cúpulas dos

³⁶⁵ DP, 03/11/1968, p.3

³⁶⁶ Estudantes discutiam mobilização para pressionar a libertação dos 4 companheiros detidos durante manifestação para libertação dos estudantes presos no XXX Congresso da UNE. DP, dias 15 e 16/10/1968.

³⁶⁷ Ver foto nos Anexos.

³⁶⁸ DP, 16/10/1968.

diretórios, a massa estudantil se tornava cada vez mais distante a medida que as ações se tornavam mais extremadas. (...) Restou o gesto heróico, isolado...³⁶⁹

As ações extremadas afastavam os companheiros e o apoio da classe média, que preferia atuar na oposição legal. Wladimir Palmeira assim interpretou o momento:

(...) tínhamos uma retórica radical. No fundo, ainda se considerava que o ME podia ser a vanguarda, ainda que transitória, do movimento social.(...) Fazíamos discurso todo dia pela luta armada.(...) Eram discursos propagandistas.(...) O propagandismo não mobiliza, leva ao isolamento dos líderes.³⁷⁰

Outro fator ainda contribuiu para o paulatino enfraquecimento do ME: o chamado das organizações de esquerda, que recrutavam seus militantes dentro do grupo. Apostando que fosse o momento ideal para desfechar a luta armada, deslocavam vários estudantes para outros trabalhos políticos. O movimento perdia seus líderes mais aguerridos.³⁷¹ Para José Dirceu:

A luta armada determinou o declínio do ME, colocando suas lideranças, seus participantes em outro tipo de alinhamento. (...) As organizações transferem todos os seus principais quadros para a guerrilha, pela própria visão de que chegara a hora de saltar das lutas sociais pacíficas para ações armadas ofensivas. Em certo sentido o Movimento Estudantil decreta aí o seu fim (...)ele faz um hara-kiri, perde seu lugar na sociedade.³⁷²

Dentro desse quadro de refluxo do Movimento Estudantil aliado ao recrudescimento das ações terroristas de esquerda e de direita, o Regime Militar encontrou um solo fértil para desfechar seu golpe final sobre os respiradouros democráticos. O AI-5 consolidou o poder dos grupos mais conservadores dentro

³⁶⁹ Cavalcanti, Paulo. Op. cit., 1980. p. 77.

³⁷⁰ Apud Reis Filho, Daniel Aarão & Moraes, Pedro.(Org.) . op. Cit.,1998, P.111.

³⁷¹ Idem, ibidem, pp. 136-148.

³⁷² Id, ibid, p.148.

das Forças Armadas, que viam o endurecimento como única fórmula para garantir o desenvolvimento do país dentro dos moldes desejados pelo grande capital internacional, associado à burguesia interna. A sociedade da ordem e do progresso parecia ter enfim triunfado sobre a sociedade da participação, onde o povo ganharia voz nas decisões políticas.

A imprensa mais uma vez contribuiu para o desfecho político do ano de 1968. Ao deixar de publicar as notícias de oposição ao regime e expor as ações terroristas, contribuiu para incutir na população a sensação de pânico e insegurança e o desejo de pôr fim à ameaça de guerra civil no país. Já no mês de novembro não se publicava qualquer notícia de descontentamento em relação à política do governo nos jornais. A oposição parecia, enfim, silenciada.

3.3. “Que fazer?”

“O destino é maior que a morte.”

Glauber Rocha

Embora hoje os principais líderes estudantis de 1968 considerem que o segundo semestre do ano de 1968 marcou um progressivo enfraquecimento dos movimentos populares e um agigantamento do poder militar, não era esta a avaliação que se fazia no período, após a decretação do AI-5.

As organizações de esquerda e os militantes do ME iriam interpretar o AI-5 como um golpe de desespero, um reflexo da debilidade e do isolamento em que se encontrava a ditadura militar. Segundo eles, nem as classes dominantes o haviam aprovado, o que acirraria as contradições no seio do poder.³⁷³ Pensavam

³⁷³ Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 68.

que o ato não conseguiria resolver nenhum dos problemas colocados pela crise porque passava o país, por isso a oposição iria crescer entre as elites sociais e não se deteria a radicalização das massas.³⁷⁴

Com base nessa avaliação as organizações passaram aos preparativos para a hora da luta. Em abril de 1969, a AP faria sua avaliação do AI-5 e daria orientações para o ME:

A ditadura militar viu-se politicamente abalada pelas nossas lutas e para garantir-se consolidando-se no poder, decretou o AI-5. (...) esta fortificação militar é momentânea, ela garantiu-se aumentando sua ofensiva de dominação e opressão(...) [a ditadura] aprofundou o fosso que a separa do povo brasileiro. Desgastou-se diante do povo(...) O AI-5 não é senão uma demonstração de fraqueza e um atestado que seu fim está próximo. Momentaneamente é o inverso: ela fortificou-se e o povo enfraqueceu. A uma contra-ofensiva do inimigo nós recuamos. (...) criaremos condições para no futuro responder a um grande fustigamento do inimigo com uma maior ampliação e radicalização dos objetivos de nossa luta. (...) Assim, o terreno principal de nossa luta é o colégio e a faculdade. (...) as ações de massa serão principalmente internas.(...) Essa é a política justa de fortalecimento das unidades de luta, devendo-se nas lutas internas unir o máximo de forças possíveis(...) ganhar os aliados na luta.³⁷⁵

A julgar pelo panfleto distribuído pelos universitários, no centro da cidade do Recife, eles acreditavam que os movimentos de massa ocorridos em 1968 sob sua liderança poderiam continuar ocorrendo:

Muitos brasileiros já sabem que contra essa ditadura só há um caminho a seguir: a luta organizada de todo o povo para derrubar esse governo. Os operários, os camponeses, estudantes e todo o povo brasileiro desenvolvendo suas lutas nas fábricas, engenhos, nos bairros e nas ruas, estão pouco a pouco acumulando forças para derrubar essa ditadura. Contra o poder dos militares à serviço dos americanos

³⁷⁴ Idem, ibidem, p.69.

³⁷⁵ 'Política para o Movimento Estudantil: retomada das lutas, fortalecimento das entidades'. Edições do Povo 1, abril,1969. In *Prontuário da AP*, Fundo SSP/ DOPS APEJE , nº. 29661. Grifo nosso.

e demais exploradores o povo deve se preparar para fazer a guerra e construir o seu governo. O POVO NA LUTA DERRUBA A DITADURA A GUERRA POPULAR EXPULSA O IMPERIALISMO.³⁷⁶

Essa disposição, entretanto, se revelaria débil, uma vez que o Decreto 477, que suspendia os estudantes que participassem de movimentação política por três anos, já começava a ser aplicado. As restrições à permanência de estudantes em salas ou escolas fora do horário escolar, cassações de professores, prisão e tortura de líderes estudantis, invasões policiais a universidades e atentados contra líderes estudantis³⁷⁷ foram práticas que inviabilizaram as tentativas de reestruturação do ME após o AI-5. A política de fortalecimento das entidades também não surtia efeito, esbarrando no decreto 5042, que tornava optativa a existência das entidades estudantis nas faculdades.³⁷⁸

Os participantes mais ativos do movimento em Pernambuco ainda tentaram estimular a reorganização da massa estudantil através da criação do DCE livre, conforme o seguinte panfleto dirigido ao “Colega da Rural”:

(...) Recorda que em 1968, graças à luta, tivemos um restaurante a preços simbólicos, obrigamos alguns professores incapazes a revisar seu ensino sob a ameaça de substituição. A denúncia pública das imoralidades ocorridas na cúpula universitária fizeram tremer os corruptos. (...)

Ontem os corruptos tremiam, os incapazes assustavam-se ante a nossa força. Hoje encontrando os estudantes atemorizados a ditadura esmaga os direitos estudantis, transformando a universidade em reino da incompetência e da corrupção. Expulsando os líderes a ditadura visa ‘limpar’ o terreno para implantar a Universidade paga.(...)

Para dirigir a luta pelos direitos estudantis criamos o D.C.E. livre que orientará os estudantes, desmascara (sic) os traidores, denunciará os corruptos. O D.C.E. livre continuará a nossa tradição de luta. Seu êxito dependerá do apoio que receber dos

³⁷⁶ ‘Informação’ n.º 55/68. In *Prontuário de Inquéritos Estudantis*, Fundo SSP/DOPS APEJ, n.º 28801.

³⁷⁷ Quando estava em uma parada de ônibus, em 1969, o estudante Cândido Pinto, então Presidente da UEP, sofreu uma tentativa de seqüestro pelos órgãos de repressão, ao reagir, foi baleado.

³⁷⁸ ‘Linha de atuação para o ME’. In *Prontuário da AP*, Fundo SSP/DOPS APEJ n.º. 29661.

estudantes. Ele funcionará até que consigamos formar um D.C.E. legal, fruto de eleições livres, diretas.³⁷⁹

Entretanto, a desarticulação foi inevitável. Diante das dificuldades, o apoio solicitado não veio. Muitos dos estudantes que pretendiam continuar na oposição ao regime passaram a atuar, assim, nas organizações de esquerda. A sedução da luta armada era intensa.³⁸⁰ Pegar em armas para fazer a revolução era a idéia que contagiava muitos jovens ‘conscientes’, críticos, encantados com a possibilidade de que contribuiriam para a construção de um mundo justo. A Revolução Francesa havia extinto o feudalismo, agora a Revolução Socialista varreria o capitalismo de todo o planeta. E pensavam ter chegado a hora do Brasil. A esquerda acreditava que o capitalismo se estagnara e a ditadura militar era um reflexo desse impasse capitalista. Muitos estudantes, compactuando desta teoria e impossibilitados de fazer uma oposição legal, passaram à ação.

O sucesso da guerrilha foi efêmero. Isolada dos movimentos de massa, ela não conseguiu se consolidar, como acreditavam os teóricos da esquerda armada. A propaganda oficial, identificando os guerrilheiros como perigosos terroristas, foi introjetada pela sociedade. Sem apoio, as organizações se distanciavam cada vez mais da população, a quem julgavam representar. Com a feroz repressão policial e a prática de torturas que se seguiram ao AI-5, o governo conseguiu esmagar os sonhos de consolidação de um governo popular revolucionário no país.

Além disso, houve um equívoco de avaliação em relação ao AI-5. Segundo Daniel Reis,

Não se tratava de uma medida de defesa por parte de um governo acuado, era o início de uma ofensiva generalizada de um governo forte. Não exprimia fraqueza, mas força. Não resolveria os problemas do povo, mas não fora criado com este objetivo, e sim para dar cobertura militar e policial ao gigantesco salto à frente que o capitalismo brasileiro enfrentaria nos anos seguintes. Faltou a percepção de

³⁷⁹ ‘Panfleto’. In *Prontuário de panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, n.º. 6122.

³⁸⁰ Ridenti, Marcelo. Op. cit., p. 56.

que se estava inaugurando um novo ciclo de prosperidade. O bloco do poder não se desmancharia em brechas. Ao contrário, os frutos do progresso o coesionariam. As próprias classes ‘exploradas e oprimidas’, de forma desigual, seriam envolvidas no processo. Neste contexto, as propostas de enfrentamento não alcançariam ressonância social.³⁸¹

O governo militar soube utilizar a censura aos jornais e a força policial a seu favor. E como o poder é positivo, fez do crescimento econômico a chave para a consolidação do seu discurso entre os diversos segmentos da população³⁸². A retórica dos grupos de esquerda, que se diziam representantes do povo, soava muito estranha para seus representados. Não conseguindo expressar seus anseios, seu alcance foi praticamente nulo. O projeto político militar, nesse momento, pôde se efetivar, contando com o apoio popular.

³⁸¹ Reis Filho. Op. cit., 1990,p.71.

³⁸² Foucault, Michel. Op. cit. , 2001.

Considerações Finais

Uma representação nos aprisionava. E não podíamos escapar dela, pois estava em nossa linguagem, e a linguagem parecia repeti-la para nós inexoravelmente.(...) Os limites da linguagem são os limites do meu mundo.

Wittgenstein³⁸³

O Movimento Estudantil da década de 1960 se revelou um enigma ao longo do nosso estudo. Os autores consultados foram unânimes em representá-lo como um movimento de esquerda. Esta imagem acabou por afigurar-se como uma certeza absoluta em nossas reflexões.

No percurso da pesquisa, no entanto, nos deparamos com uma direita estudantil organizada e apta a assumir, com rapidez, a liderança das entidades quando da efetivação do golpe militar de 1964. Difícil a tarefa de compor a cena de universitários se congratulando com a Revolução de 31 de Março. Passada a perplexidade inicial, passamos a nos dedicar a elucidar os fatores que teriam possibilitado a construção da representação de que ser estudante seria sinônimo de ser de oposição ao Regime Militar.

Percebemos que esta imagem resultou da atuação do Movimento Estudantil, principalmente no ano de 1968. Mas, para que em 1968 os universitários de esquerda conseguissem conquistar a liderança do movimento, foi preciso um longo embate, que se deu ao longo dos anos de 1964 a 1966, quando estudantes de esquerda e de direita se enfrentaram com o intuito de conquistar a liderança no seu grupo. Este processo pode ser constatado não somente em Pernambuco, mas em outros Estados do país.

³⁸³ Wittgenstein, Ludwig Apud Brockman, John. *Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 14-15.

Auxiliado pela inabilidade do governo em conduzir as questões universitárias, o discurso de esquerda foi ganhando espaço. As arbitrariedades policiais cometidas contra as ações estudantis, acompanhadas de uma grande repercussão destas na imprensa, foram fundamentais para que a chave de interpretação da conjuntura política nacional fornecida pelos estudantes de oposição ganhasse estatuto de verdade. Já em 1966, a esquerda detinha o controle do movimento em Pernambuco.

Tendo conquistado o controle do Movimento Estudantil, as lideranças de oposição, embasadas nas teorias dos partidos e organizações marxistas, começaram a usar suas manifestações para denunciar o regime como ditador e demonstrar a necessidade de derrubá-lo, para a implantação de um governo popular. Nos documentos analisados aparece claramente a convicção dos estudantes de que uma de suas tarefas era desmascarar os militares, levando a população a perceber quem era o ‘verdadeiro’ inimigo da democracia.

A idéia do partido de vanguarda imprescindível para que a classe operária pudesse compreender a exploração a que estava sendo submetida, defendida por Lênin³⁸⁴, foi assimilada pelo Movimento Estudantil, segundo se percebe através dos documentos consultados. Os universitários se consideravam responsáveis pelo despertar da população. Os alunos assumiam, assim, o papel de professores da revolução.

Através dos discursos estudantis percebemos que existia entre eles a convicção de que a revolução estava prestes a acontecer. As condições objetivas estavam dadas, restava o amadurecimento das subjetivas. Os universitários sentiram-se responsáveis por esta tarefa e passaram a guiar suas ações a partir desta orientação.

Este posicionamento estudantil, inseparável da conjuntura internacional da época, foi reforçado pela adesão popular conquistada nas manifestações do primeiro semestre de 1968, espetacularmente difundidas pela imprensa. Parecia não haver mais dúvidas; uma vez esclarecido, o povo apoiaria a luta revolucionária. Os discursos e as ações estudantis, diante disto, se radicalizaram.

³⁸⁴ Lênin, V. I. *Que fazer?* São Paulo, HUCITEC, 1978.

As organizações marxistas também se contagiaram pela resposta popular dada aos protestos estudantis. Convenceram-se de que havia chegado o momento ideal para desfechar as primeiras ações da guerrilha urbana.

Não só a esquerda acreditava que a revolução estava em vias de estourar; os grupos de direita passaram a comungar da mesma percepção. Esta convicção levou a um recrudescimento das ações de organizações paramilitares, como o CCC e o MAC. Estariam convencidos de que os ‘comunistas’ aproximavam-se do poder. Começaram, então, a agir para impedir a concretização dos planos subversivos. Vários atentados terroristas foram cometidos contra as faculdades e sedes de organismos estudantis, a partir do segundo semestre de 1968. Toda essa insistência em desarticular os universitários nos indica a força que o Movimento Estudantil havia conquistado enquanto organizador da oposição ao Regime Militar.

À semelhança do que ocorrera no momento anterior ao golpe de 1964, o país estava sendo representado como num processo de guerra civil. As constantes manifestações estudantis pareciam desafiar o poder dos generais. Assaltos a bancos, roubos de veículos, atentados a bomba indicavam que os ‘subversivos’ haviam iniciado a sua luta.

Tendo agido como um ator que estimulou o engrandecimento do Movimento Estudantil, agora a imprensa teria um papel fundamental na sua desarticulação. Ao divulgar os discursos radicais dos estudantes e vinculá-los às organizações armadas, contribuiu para que a população começasse a representar os estudantes como ‘comunistas’. Os líderes do movimento começaram a se isolar até mesmo dos seus companheiros.

Com o refluxo do apoio popular aos movimentos de oposição, o Governo Militar encontrou um ambiente propício para um maior fechamento do regime, decretando o AI-5, que possibilitou uma caça aos ‘inimigos da democracia’. Essa repressão favoreceu o total isolamento dos grupos de esquerda e sua liquidação.

O projeto político de esquerda defendido pelos estudantes foi derrotado. Muitos jovens entenderam através do sofrimento que “ninguém conhece a

fórmula do futuro: é um segredo (...) que não está nem nos livros de Marx nem nos de seus adversários”³⁸⁵. Muitos pagaram com a vida o preço de ter acreditado ser possível guiar os rumos da História.

Rememorar as histórias desses estudantes permitirá que sua luta não caia no esquecimento. A participação política dos universitários nos idos de sessenta poderá ser examinada sob outros olhares, o que certamente enriquecerá a tentativa de elucidar a contribuição que deixaram para nossa história. Esperamos ter despertado o interesse para construção de novos trabalhos o permitirá que o debate sobre o tema seja incrementado.

³⁸⁵ Paz, Octavio. *Post Scriptum*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 235.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. *Intelectuais e guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ (48/68)*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Movimento Estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALBUQUERQUE JR., Durval. *A invenção do nordeste e outras artes*. Recife: Editora Massangana, 1999.
- ALVES, Márcio Moreira. *68 mudou o mundo: a explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra – revolução?*. São Paulo: Contexto, 1989.
- ARGOLO, José A. et al. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo Goulart: as lutas sociais no Brasil-1961-1964*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BERQUIÓ, Alberto. *O seqüestro dia-a-dia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BRANDÃO, Zaia. 'Política estudantil e movimento educacional'. In RAPOSO, Eduardo (coord.). *1964 - 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- BROCKMAN, John. *Einstein, Gertrude Stein, Wittgenstein e Frankenstein. Reinventando o universo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- BRUIT, Héctor Herman. 'América Latina: quinhentos anos entre a resistência e a revolução'. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 10 (20) mar/ago-1990.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes, a revolução sem violência*. 3^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CARDOSO, Irene. 'Maria Antônia: o edifício de no.294'. In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. 'O imaginário: a criação no domínio social-histórico' In CASTORIADIS, Cornelius. *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes a queda de Arraes: memórias*. 3^a ed. Recife: Guararapes, 1980, vol.2.
- _____. *O caso eu conto como o caso foi: Memórias*. Recife: Guararapes, 1980, vol.4.
- _____. *O caso eu conto como o caso foi: memórias políticas*. Recife: Guararapes, 1985.
- COELHO, Teixeira. *O que é utopia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- COHN – BENDIT, Daniel. *1968: A revolução que tanto amamos!* Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio A. Dillon; CASTRO, Celso (org.) *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina & CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DE DECCA, Edgar. 'A revolução acabou'. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 10 (20) mar/ago -1990.

- DIRCEU, José & PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.
- DROSDOFF, Daniel. *Linha dura no Brasil: O Governo Médici (1969-1974)*. São Paulo: Cortez, 1993.
- DUARTE, Teresinha. 'Entre a realidade e a utopia: Goiana em 1968'. In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- FARIAS, Lindberg. 'Trinta anos depois'. In, RAPOSO, Eduardo(coord.). *1964-30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FORACCHI, Marialice Mencarini. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: HUCITEC, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4^a ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Microfísica do poder*. 15^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da Prisão*. 24^a ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FRANÇA, Andréa & HEYNEMANN, Liliane. 'Cinema Moderno no Brasil de 1968'. *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11 (1-2) dez.1998/ jan.1999.
- FREIRE, Roberto & BRITO, Fausto. *Utopia e paixão: a política do cotidiano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 2^a.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GARCIA, Marco Aurélio. 'Reforma e revolução / reforma ou revolução (discussão de um paradigma)'. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 10 (20) mar/ago-1990.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio: propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)*. São Paulo: Loyola, 1990.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das

- Letras, 1987.
- GOENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5^a ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GOUVEIA, Oserias. *Os (des)caminhos da utopia*. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2001.
- GUEVARA, Ernesto Che. *Guerra de guerrilhas*. São Paulo: Edições Populares, 1980.
- HAGEMEYER, Rafael Rosa. '1968: Ano da Derrubada do Ensino Pago no Pará'. In, MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- HARNECKER, Marta. *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1983.
- HANNAH, Arendt. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 7^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- JACOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1990.
- LENIN, Vladimir I. *O Estado e a revolução*. Porto: Vale Formoso, 1970.
- _____. *Que Fazer?* São Paulo: HUCITEC, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução ?* Lisboa: Editorial Estampa, 1970.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MARCUSE, Hebert. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Contra - revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

- MARTINS FILHO, João Roberto. *Rebelião estudantil: 1968-México, França e Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- _____. 'Os Estudantes nas Ruas: de Goulart a Collor'. In, MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- MARX, Karl & Engels, F. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Editorial Avante, 1975.
- MIR, Luís. *A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller, 1994.
- MORAES, Denis. *Vianinha: cúmplice de uma paixão*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1991.
- NORA, Pierre. 'O Retorno do Fato'. In, LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (org.). *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.
- OLIVEIRA, Gil Vicente Vaz. 'Fotografia Subversiva: 1968 revisto pelas Lentes do Correio da Manhã'. *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11 (1-2) dez.1998/jan.1999.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha. *O Movimento Estudantil Alagoano e a Resistência ao Regime Militar- 1968/1980*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 1994.
- _____. 'O Movimento Estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões'. In, MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- OLIVEIRA JUNIOR, Franklin. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, 2000.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- PAES, Maria Helena Simões. *A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política*. 3^a ed. São Paulo: Ática, 1995.
- PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil(1955-1968)*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

- PALANO, Enor. *Tropicalismo: bananas ao vento no coração do Brasil*. São Paulo: Scipione, 1996.
- PALMEIRA, Vladimir. 'O Movimento Estudantil'. In, RAPOSO, Eduardo. *1964-30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. 4^a.ed. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.
- PAZ, Octávio. *Post Scriptum*. In, PAZ, Octávio. *O Labirinto da Solidão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PEDROSO, Franklin E. & VASQUEZ, Pedro K. 'Questão de Ordem – Vanguarda e política na arte brasileira'. *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11 (1-2) dez.1998/jan.1999.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja – a revolução estudantil*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- POERNER, Artur. *O poder jovem: uma história da participação política dos Estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- REIS, José Carlos. *Nouvelle histoire e o tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. *A História entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Chinesa*. 3^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. '1968: o curto ano de todos os desejos'. *ACERVO* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11(1 –2) dez. 1998/jan.1999.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & MORAES, Pedro (org.). *68 A paixão de uma utopia*. 2^a.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife: FUNDARPE, 1997.
- RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.
- RODRIGUES, Nelson. *A cabra vadia: novas confissões*. São Paulo:

- Companhia das Letras, 1995.
- ROSAS, Clemente. *Praia do Flamengo, 132: crônica do Movimento Estudantil nos anos 1961-1962*. Recife: FUNDARPE, 1992.
- SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SCALERCIO, Márcio. 'A Têmpera da Espada: Os Fundamentos do Pensamento das Lideranças do Exército em 1968'. *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11(1-2) dez.1998/jan.1999.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. '1968 Memórias Esquinas e Canções'. *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11(1-2)dez.1998/jan.1999.
- SIMÕES, Inimá. 'Sessenta e Oito começou bem antes'. *ACERVO*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 11 (1-2) dez.1998/jan.1999.
- SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários: memórias de uma guerrilha perdida*. 11ª. ed. São Paulo:Global, 1992.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SOUZA, Percival. *Eu, cabo Anselmo*. São Paulo: Globo, 1999.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 3ª.ed. São Paulo: Globo,1999.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo de Goulart e o golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VALLADARES, Eduardo & BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 'A morte de Edson e a questão da violência'. In, MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.
- _____. *1968, O diálogo é a violência: Movimento Estudantil e ditadura no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1999.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. 24ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília: UnB, 1998.

VIEIRA, Margarida Luiza de Matos. '68: Os Estudantes Mineiros e o Desejo de um Novo Mundo'. In MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado das Letras/UFSCAR, 1998.

A) FONTES ORAIS – DEPOIMENTOS :

Maria Bryner

Maria Yvone Loureiro Ribeiro

Marcelo Santa Cruz de Oliveira.

Nadja Bryner.

B) FONTES ESCRITAS:

JORNAIS:

Jornal do Commercio – 1964 a 1968.

Diário de Pernambuco – 1964 a 1968.

Caderno Especial 1964 –Jornal do Commercio, 31 de março de 1994.

Caderno Especial: 68 Ano que Abalou o Mundo – Folha de São Paulo, 02 de maio de 1993.

Revista Istoé/ 1383- 03/04/1993.

ARQUIVO:

PRONTUÁRIOS FUNCIONAIS:

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano / Setor de Documentos Escritos e Especiais

Fundo – Secretaria de Segurança Pública / Arquivo da Delegacia de Ordem Pública e Social

ANEXOS

Glossário de Siglas

AI	- Ato Institucional
ALN	- Ação Libertadora Nacional
AP	- Ação Popular
APEJE	- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CENIMAR	- Centro de Informações da Marinha
CIE	- Centro de Informações do Exército
CPC	- Centro de Cultura Popular
DA	- Diretório Acadêmico
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
DEE	- Diretório Estadual dos Estudantes
DI	- Dissidência
DNE	- Diretório Nacional dos Estudantes
DOPS	- Departamento de Ordem Social e Política
FAFIPE	- Faculdade de Filosofia de Pernambuco
FUP	- Frente Universitária Progressista
GPR	- Governo Popular Revolucionário
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	- Instituto superior de Estudos Brasileiros
MCP	- Movimento de Cultura Popular
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
ME	- Movimento Estudantil

MEC	- Ministério da Educação e Cultura
MPB	- Música Popular Brasileira
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PCBR	- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PEG	- Política Educacional do Governo
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
UCP	- Universidade Católica de Pernambuco
UEE	- União Estadual de Estudantes
UEP	- União dos Estudantes de Pernambuco
UFP	- Universidade Federal de Pernambuco
UnB	- Universidade de Brasília
UNE	- União Nacional dos Estudantes
USP	- Universidade de São Paulo
USAID	- United States Agency for International Development

Lei Nº 4464
De 9 de novembro de 1964
(Lei Suplicy)³⁸⁶

Art.1º - Os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior, que se regerão por esta lei têm por finalidade: a) defender os interesses dos estudantes; b) promover a aproximação entre os corpos discente, docente e administrativo dos estabelecimentos de ensino superior; c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das instituições de ensino superior e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura escolar; d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, científico, técnico, artístico e desportivo, visando a complementação e ao aprimoramento da formação universitária; e) manter serviços de assistência aos estudantes carentes de recursos; f) realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres; g) lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas.

Art. 2º - São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) O Diretório Acadêmico (D A) em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (DCE) em cada universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada Capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal.

Parágrafo Único— vetado.

³⁸⁶ ‘Campanha do Plebiscito’, UEP, 1965. In, *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº 7458.

Art. 3º - Compete, privativamente, ao Diretório Acadêmico, e ao Diretório Central dos Estudantes, perante as respectivas autoridades de ensino da Escola, da Faculdade e da Universidade: a) patrocinar os interesses do corpo discente; b) designar a representação prevista em Lei junto aos órgãos de deliberação coletiva e bem assim junto a cada departamento constitutivo da Faculdade, Escola ou Instituto integrante de Universidade.

§1º - A representação a que se refere a alínea “b” deste artigo será exercida, junto a cada órgão por estudantes regularmente matriculados em série que não a primeira, sendo que, no caso de representação junto a Departamento ou Instituto deverá ainda recair em aluno ou alunos de cursos ou disciplinas que o integrem, tudo de acordo com regimentos internos das Faculdades, Escolas e Estatutos das Universidades.

§2º - A representação estudantil junto ao Conselho Universitário, Congregação ou Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de um aluno, sempre que se tratar de assunto do interesse de um determinado curso ou seção.

Art. 4º - Compete ao Diretório Estadual de Estudantes realizar com amplitude estadual, as finalidades previstas no artigo 1º desta lei.

Art. 5º - O Diretório Acadêmico será constituído por estudantes de estabelecimento de ensino superior, eleitos pelo respectivo corpo discente.

§1º - Considerar-se-ão eleitos os estudantes que obtiverem o maior número de votos.

§2º - A eleição do Diretório Acadêmico será feita pela votação dos estudantes regularmente matriculados.

§3º - O exercício do voto é obrigatório. Ficará privado de prestar exame parcial ou final, imediatamente subsequente à eleição, o aluno que não comprovar haver votado no referido pleito, salvo por motivo de doença ou de força maior, devidamente comprovado.

§4º - O mandato dos membros do Diretório Acadêmico será de um ano, vedada a reeleição para o mesmo cargo.

Art. 6º - A eleição do Diretório Acadêmico será regulada em seu regimento, atendidas as seguintes normas: a) registro prévio de candidatos ou chapas, sendo elegível apenas o estudante regularmente matriculado, não-repetente, ou dependente, nem em regime parcelado; b) realização dentro do recinto da Faculdade, em um só dia, durante a totalidade do horário de atividades escolares; c) identificação do votante mediante lista nominal fornecida pela Faculdade; d) garantia de sigilo de voto e da inviolabilidade da urna; e) apuração imediata, após o término da votação, asseguradas a exatidão dos resultados e a possibilidade de apresentação de recursos; f) acompanhamento por representante da Congregação ou do Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade.

Parágrafo Único – A mudança para regime parcelado, trancamento de matrícula ou conclusão de curso importa em cessação de mandato.

Art. 7º - O Diretório Estadual de Estudantes será constituído de representantes de cada Diretório Acadêmico ou grupo de Diretórios Acadêmicos existentes no Estado, havendo um máximo de vinte representantes.

Art. 8º - A eleição para o Diretório Central de Estudantes e para o Diretório Estadual de Estudantes será regulada nos respectivos regimentos atendidas, no que couber, as normas previstas no artigo 6º e parágrafo único.

Art. 9º - A composição, organização e atribuições dos órgãos de representação estudantil serão fixadas em seus regimentos, que deverão ser aprovados pelos órgãos a que se refere o artigo 15.

Parágrafo Único- O exercício de quaisquer funções de representação, ou delas decorrentes, não exonera o estudante dos seus deveres escolares, inclusive da exigência de frequência.

Art. 10 - O Diretório Nacional de Estudantes, órgão coordenador das atividades dos Diretórios Estudantis, que cuidará da aproximação entre os estudantes e o Ministério da Educação e Cultura e que no seu âmbito de ação, terá as obrigações e os direitos expressos no artigo 1º, observará todos os preceitos gerais desta lei.

§1º - Poderá ainda o Diretório Nacional de Estudantes promover durante os períodos de férias escolares, reuniões de estudantes, para debates de caráter técnico.

§2º - O Diretório Nacional de Estudantes será constituído de um representante de cada Estado, Território e Distrito Federal em que haja órgão previsto no artigo 2º, sendo a sua primeira constituição feita dentro do prazo de noventa dias, mediante eleições procedidas nos Diretórios Estaduais, e instruções do Ministério da Educação e Cultura, que fará a primeira convocação.

§3º - O Diretório Nacional de Estudantes se reunirá na Capital Federal durante os períodos de férias escolares, dentro dos prazos e condições estabelecidas no regimento, podendo reunir-se extraordinariamente, em qualquer época por iniciativa justificada da maioria absoluta dos seus membros, do Ministério da Educação e Cultura, ou do Conselho Federal de Educação, em local previamente designado.

Art. 11 – Aplicam-se ao Diretório Estadual de Estudantes, ao Diretório Central de Estudantes, ao Diretório Nacional dos Estudantes as normas estabelecidas no artigo 5º e seus parágrafos desta lei.

Art. 12- As Faculdades e Universidades assegurarão os processos de recolhimento das contribuições dos estudantes.

§1º - O regimento do Diretório Estadual de Estudantes poderá prever a perda dos mandatos de representantes de Diretórios Centrais e de Diretórios Acadêmicos, bem como o regimento do Diretório Central poderá estabelecer a perda de mandato dos representantes dos Diretórios Acadêmicos, quando os órgãos representados não efetuarem regularmente o pagamento das contribuições que lhes competem.

§2º - Os órgãos de representação estudantis são obrigados a lançar todo o movimento da receita e despesa em livros apropriados com a devida comprovação.

§3º Os órgãos de representação estudantil apresentarão prestação de contas ao término de cada gestão, aos órgãos a que se refere o artigo 15, sendo que a não aprovação das mesmas se comprovado o uso intencional e indevido

dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria.

Art. 13 – Os auxílios serão entregues às Universidades, Faculdades ou Escolas isoladas que darão a destinação conveniente e encaminharão os processos de prestação de contas, acompanhados de parecer.

Art. 14 – É vedada aos órgão de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político- partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Art. 15 – A fiscalização do cumprimento desta lei caberá à Congregação ou ao Conselho Departamental, na forma do regimento de cada Faculdade ou Escola, quanto ao Diretório Acadêmico, ao Conselho Universitário, quanto ao Diretório Central de Estudantes, e ao Conselho Federal de Educação, quanto ao Diretório Estadual de Estudantes e ao Diretório Nacional de Estudantes.

Parágrafo Único – O Conselho de Educação poderá delegar poderes de fiscalização aos Conselhos Universitários.

Art. 16- O regimento de cada Faculdade ou Escola e o Estatuto de cada Universidade disporão sobre o prazo dentro do qual seus órgãos deliberativos deverão pronunciar-se sobre as representações feitas pelos órgãos de representação estudantil.

Parágrafo Único – Quando a matéria for relativa ao previsto no parágrafo segundo do artigo 7º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a decisão da Faculdade ou Escola deverá ocorrer: a) no prazo de dez dias, em se tratando de não comparecimento do professor, sem justificção, a 25% das aulas e exercícios; b) antes do início do ano letivo seguinte, no caso de não cumprimento de pelo menos $\frac{3}{4}$ do programa da respectiva cadeira.

Art. 17 – O Diretor da Faculdade ou Escola e o Reitor da Universidade incorrerão em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento desta Lei.

Parágrafo Único – Às congregações e aos Conselhos Universitários caberá a apuração da responsabilidade, nos termos deste artigo, dos atos que forem levados a seu conhecimento.

Art. 18 – Poderão ser construídas fundações ou entidades civis de personalidade jurídica para o fim específico de manutenção de obras de caráter assistencial, esportivo ou cultural de interesse dos estudantes.

Parágrafo Único – Nos estabelecimentos de ensino de grau médio, somente poderão constituir-se grêmios com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos no regimento escolar, devendo ser sempre assistida por um professor.

Art. 19 – As Universidades e os estabelecimentos de ensino superior adaptarão seus estatutos aos termos da presente Lei, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 20 – Os atuais órgãos de representação estudantil deverão proceder a reforma de seus regimentos adaptando-os à presente Lei e os submetendo às autoridades previstas no artigo 15, no prazo improrrogável de sessenta (60) dias.

Art. 21 – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogados o decreto-lei nº 4.106, de 11 de fevereiro de 1962, e as demais disposições em contrário.

Convênio MEC – USAID de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior³⁸⁷

“São partes do presente Convênio o Ministério da Educação e Cultura (o Ministério), atuando através da Diretoria do Ensino Superior (a Diretoria), o Representante do Governo Brasileiro para a Cooperação Técnica (o Representante), e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (a USAID-Brasil) com a participação do Conselho Federal de Educação (o Conselho).

I – Origem do Convênio

De acordo com a Política Nacional de Educação e os compromissos assumidos na Carta de Punta del Este, pelo Governo Brasileiro, como um dos membros da Aliança para o Progresso, o Ministério pretende realizar planejamento a curto e a longo prazos do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor.

Levando em conta essa política e aqueles objetivos, o Ministério, através de sua Diretoria, visando aproveitar a experiência de outros centros educacionais, resolve obter, através da USAID-Brasil, assessoria de uma instituição educacional norte-americana de alto nível para atingir os objetivos dessa iniciativa.

³⁸⁷ Apud Poerner, Artur. *O poder jovem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp.346- 349.

II – Finalidade

A finalidade deste Convênio é de assessorar o trabalho da Diretoria nos seus esforços para atingir a expansão e aperfeiçoamento, a curto e a longo prazos, do sistema do ensino superior brasileiro, através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor.

III – Responsabilidades

A) O Ministério, por este instrumento, delega à Diretoria atribuições de exercer o presente Convênio e concorda em:

1 – Designar pelo menos quatro educadores brasileiros de alto nível para constituir grupo permanente de Planejamento junto à Diretoria, em regime de tempo integral, assessorados pelos educadores previstos neste Convênio, enquanto vigorar o mesmo.

2 – Custear salários, viagens em território nacional e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses educadores brasileiros.

3 – Assumir a responsabilidade pela preparação de um plano de trabalho detalhado para a execução das atividades previstas neste Convênio.

4 – Fornecer instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefones, secretárias bilíngües e demais assistência complementar, inclusive o pessoal necessário ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessores.

5 – Assegurar a manutenção dos salários de bolsistas selecionados que venham a ser enviados ao exterior para fins deste Convênio.

B) A USAID-Brasil, por este instrumento, delega ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar o presente Convênio, no que lhe competir, concordando em:

1 – Fornecer, por período máximo de quatro anos, dependendo da disponibilidade de recursos, através de contrato com instituição educacional de

alto nível, sujeito à aprovação prévia da Diretoria, os serviços de pelo menos quatro educadores de alto nível em planejamento educacional, bem como outros assessores em regime de contrato de curta duração, caso necessário.

2 – Que os recursos para o funcionamento de contratos por um período inicial de aproximadamente 18 (dezoito) meses continuem comprometidos no total indicado na folha anexa com as especificações financeiras.

3 – Custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual referentes aos serviços desses assessores, ressalvadas as disposições do item III-A-4 acima.

4 – Custear o treinamento de bolsistas, dependendo das disponibilidades de recursos, em complementos às verbas empenhadas nos termos do presente Convênio.

IV – Disposições Gerais

A) Os educadores de que trata o item III-A-1 constituirão a Equipe de Assessoramento ao Planejamento do Ensino Superior. Esta equipe colaborará , em regime de tempo integral, na implantação de processo dinâmico de planejamento, visando à finalidade deste Convênio, cabendo sempre às autoridades brasileiras competentes a responsabilidade de determinar a política e as normas de Educação, bem como de aprovar ou não todos os planos elaborados. Os planos, quando aprovados, serão postos em execução pelas autoridades brasileiras.

B) A Diretoria poderá também designar comissões constituídas por elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos.

C) Este Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior reformula, amplia e substitui o Convênio MEC-USAID assinado pelas partes em 23 de junho de 1965.

D) A regulamentação deste Convênio será elaborada, aprovada e homologada pelas autoridades competentes, passando a integrar este Convênio.

E) O presente Convênio entrará em vigor a partir de sua assinatura e terá vigência até 30 de junho de 1968, podendo ser cancelado pela Diretoria ou pela USAID- Brasil mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 30 dias, bem como prorrogado ou modificado de comum acordo.

V – Cláusulas Específicas Aditivas

A) O Ministério, através da Diretoria, concorda em dar publicidade adequada, pelos meios de comunicação apropriados, sobre o andamento deste Convênio, considerando-o como uma das cooperações da Aliança para o Progresso.

B) As Disposições Normativas (Anexo B), alteradas pelo Memorando de Entendimento sobre Auditoria entre a AID e o Ministério do Planejamento, datado de 22 de abril de 1963, ficam, incorporadas, no presente Convênio”.

Editorial

Quem goza a Revolução que não fez

Assis Chateaubriand³⁸⁸

Não se compreende como um homem cauteloso do estilo do Presidente Castelo Branco, deixou apodrecer essa imundice de “O Globo” a ponto de ela contaminar-lhe de pus a pessoa e de lama o governo./ Acredito que, há vários meses, se pôs o caso em termos da administração federal se sentir no dever de cancelar o canal de “O Globo”, obrigando-o a devolver os seis milhões de dólares, que recebeu do estrangeiro, para destruir rádio e televisão nacionais, bem como fazer um sumário processo criminal do sr. Roberto Marinho, despachando-o para Fernando de Noronha, com a cabeça raspada./Assim se faz em Caiena, com os criminosos de crime comuns./ Mas o governo deliberou sustentar na mão um pau de galinheiro e sujou-se todo./ Será “O Globo” outra coisa, depois de haver alugado ao “gangster” Henry Luce, a fim de arrastar todo sistema de rádio e televisão, aqui, em benefício de um esquema estrangeiro?/ Hoje se poderá denunciar essa[ilegível] – há poucos meses no Contel existia um parecer pronto, inocentando o sr. Roberto Marinho e lhe dando poderes e estímulos no sentido de que concluísse o trabalho infernal para o qual foi empreitado./Por que não saiu o

cobarde parecer do Contel?/ Não sabemos./ Mas do que não se duvida é desta simbiose: o Contel estava com o plano “Time-Life”. / Que plano é este?/ Obrigar o desaparecimento de todas as estações de rádio e de televisão, que não sejam de “O Globo”./ Doravante tudo Marinho. Só Marinho./ O preço da empreitada?/ Barato: seis milhões de dólares./ O método?/ Fácilimo: o aviltamento do preço dos anúncios e a programação com filmes e artistas que ninguém poderá pagar./ Não vale a pena repetir o que já se escreveu neste sentido. / Há dois meses passou por aqui um homem de negócios norte-americano, e deu-me este depoimento pessoal:/ “- Não acredito que estes dólares sejam de ‘Time-Life’. Tive negócio com Luce, eu e amigos meus. É um pão duro. Nunca poria dinheiro seu em iniciativa tão arriscada./ Acabou declarando que iria procurar a fonte de onde sai os dólares, para execução do plano salteador./ O sr. Carlos Lacerda, na magnífica “filípica” de anteontem admitiu que Time-Life sejam outro biombo./Marinho seria um aqui./“Time-Life” o segundo do lado de lá./ Agindo por conta de quem?/ De grupos pretendendo assenhorar-se de posições estratégicas, no Brasil, para levar a cabo negócios por intermédio de homem poderoso junto ao governo, como o sr. Roberto Marinho./ É fora de dúvida que um homem de negócio da dureza do sr. Luce, nunca iria pagar seis milhões dele para entregar quase tudo adiantado a um homem de cor da América do Sul./ O sr. Luce é republicano e sabemos o preconceito da sociedade, onde ele vive, contra o “coloured people”./ Nada nos espanta do que sucede ou sucedeu na América do Norte./ O homem de negócios, de certas categorias sociais dali, gosta de especular./ Observe-se como o norte-americano tem prazer no jogo./ Para acabrunhar nessa história é o que se passa no Brasil./ Um cafre se propõe strafegar todo o sistema de rádio e de televisão de sua Pátria armado de seis milhões de dólares./E a nação, entregue aos militares, não teve, até hoje, um gesto de soberania, para pelo menos, calar o ignóbil canal, vendido para a tarefa de aniquilar o mais puro e desinteressado instrumento da luta anti-comunista no país./ Amanhã a história haverá de perguntar aos leaders do Brasil destes dias: Srs. João Calmon, Edmundo Monteiro, Paulo Cabral, Dimas, Nasser, Odorico,

Manuelito, Baraúna, Braga, Trindade, Hilton, Porto, Moura, Renato, Genésio, Xavier, Ernesto Correia, Adherbal, Nacife, Leão sofreram todos os perigos para por no ar esta arma de guerra decisiva, que foi a Cadeia da Liberdade. Conseguiram a vitória para dá-la aos chefes paisanos e militares que detêm, até agora o governo./ Que tem feito os senhores desta vitória?/ Qual a resposta que poderiam dar aos espectadores da escalada de “O Globo” ?/ Roberto Marinho goza a revolução que não fez.

Manifesto da Cruzada Democrática Feminina Para General Justino Alves
Bastos, Comandante do IV Exército em 06/03/1964.³⁸⁹

Somos um agrupamento feminino convencido de que não devemos distorcer a evidência dos nossos destinos e da nossa sensibilidade social, mas que devemos também realizar todos os atributos da nossa condição. Reunimo-nos sem consideração de classe ou de cor, de grupo ou de categoria econômica, de crença ou de partido, para uma posição política, no sentido mais alto do termo, uma opção quanto a um poder. É com uma ponderação feminina legítima, que procuramos neste momento grave da vida nacional, sob pena de fugirmos a nosso dever de encarar, em uma perspectiva própria e complementar, o destino da sociedade em que vivemos. Não há aqui preocupação de excessos, nem desejamos ser expressão suplementar de qualquer outra atitude; aspiramos, simplesmente, tornar público o que vimos observando o que há muito vinha sendo debatido nos convívios familiares, inter-familiares ou profissionais. É um esclarecimento público do que já havia em ambientes privados, os preferidos de nossa atuação.

Houve nessa aglutinação vitória sobre o respeito humano, desacomodação de hábitos, sacrifícios mesmo, mas tomamos esta atitude quando compreendemos que as nuances de ridículos, com que a propaganda totalitária procura predispor os movimentos femininos, somente, ou paradoxalmente nos atingiria se permanecêssemos segregadas no estreito círculo das nossas

³⁸⁹ DP, 1º/04/1965, p.7.

intimidades. Os liberticidas e as liberticidas sem receios, e há muito tempo usam de todas as tribunas, meios da democracia, para melhor combate-la. Quanto a nós amortecem ou intimidam as iniciativas, num jogo duplo, enaltecendo o nosso apego à vida privada e escarnecendo das nossas tentativas válidas de manifestação pública. A continuar assim, porém, sem aglutinar esforços, sem buscar melhores conhecimentos, sem prática política chegaríamos a eliminar a própria tolerância pela invasão dos intolerantes na democracia. É que, ao invés de tolerantes, teríamos sido complacentes com os anti-democráticos e, o que é pior, cúmplices de uma nova força totalitária, da qual seríamos vítimas imediatas.

Resolvemos, então, clara e publicamente, externar as causas de nossas preocupações – e talvez possamos acrescentar, desassossegos – evitar que se implante no Brasil um novo sistema de poder totalitário, que compreendemos está sendo construído a cada instante. Às vezes sobreficia, às vezes ostensivamente. Através da conquista de posições, de dispositivos e de finanças, se arma um esquema totalitário, escondido sob o nome de nacionalismo, termo cuja explicitação atual implica em só ser usado entre aspas – ou sob o nome de socialismo, sem os adjetivos que a palavra exigiria no contexto ocidental. Tudo conduzindo, enfim, a isso que é uma e a mesma coisa – a democracia popular ou comunismo – um sistema totalitário de vida sem definições ideológicas, uma estrutura monolítica de poder, a ditadura de uma nova classe.

O nosso empenho é a defesa da liberdade, das conquistas do regime democrático representativo do seu contínuo aperfeiçoamento. A nossa atuação só será ideológica se fizermos uma concessão ao termo e, então, a democracia seria a nossa ideologia, contra o totalitarismo, a que combatemos. A rigor, entretanto, somos um movimento de pessoas de convicção eclética, adversas a um sistema de poder que somente usa como propaganda e que quando se instala, totalitariamente, nos governos, o que lhe repugna são as ideologias, inclusive as utilizadas para alcança-los. Não iremos dar aos adversários a vantagem de um falso tendencial. Isso lhes serve para mascarar os intentos e desviar a atenção de que realizam e, por fim, para colocar o embate político em termos de pretensa

radicalização. O que realmente desejamos é nos informar cada vez melhor e agir na democracia pela democracia, isolando os totalitários, os liberticidas.

Se cumprirmos esta tarefa de alerta pela liberdade, onde e quando as ameaças se disfarçam estaremos satisfazendo o mais positivo dos deveres, porque condicionante de uma história em termos humanos.

De resto não refutamos, e para isto bastaria o próprio bom senso, a necessidade de reformas, desde que se executem na linha evolutiva da história do Brasil e enfrentando cada problema com as suas peculiaridades, tendo em vista o bem estar social. Estamos vendo, porém, com indisfarçável mágoa, que certos setores da inteligência brasileira estimam as reformas como palavras e propõem soluções, na forma e na medida convenientes às suas posições de porta-vozes de uma nova ordem totalitária, a qual tentam consolidar, infiltrados na ainda democracia do Brasil.

Em síntese, o nosso movimento pretende aglutinar esforços para a defesa do poder democrático contra os torcionários de um novo totalitarismo.

Assim sendo e reconhecendo o papel das Forças Armadas, como garantidoras da liberdade, das tradições cristãs e das instituições vigentes, seria natural que começássemos por elas a comunicar a nossa existência e os nossos desígnios.

O universo vocabular é o mesmo das cartilhas aos pronunciamentos governamentais. Os chavões se opõem aos embustes do grupo no poder. Faz-se o jogo das promessas e apresenta-se a miragem do futuro para agitar os incautos e incultos. Ao mesmo tempo, rompe-se violentamente com o passado histórico brasileiro, para afastar do povo a idéia de evolução e para que não se veja que o presente aproveita dos acertos e dos erros do que passou e contém as virtualidades para realizar uma melhor democracia no Brasil. Julga-se implacavelmente, os males do nosso regime e procura-se disfarçar os desacertos e até as desonestidades dos grupos anti-democráticos. Para os democratas as sentenças são duras e baseadas nas exigências da moral, para os totalitários os crimes têm uma cínica explicação determinista de que são mazelas do subdesenvolvimento. A autoridade desaparece sempre, deixando às partes em

cena a solução dos problemas, mas o poder aparece sempre para fortalecer determinados grupos de pressão. Rejeita-se a pesquisa intelectual com o sectarismo das fórmulas, nem se estimula as ações pelo desejo de confundir e quando setores interessados se conciliam, incentiva-se o rompimento de compromissos, através de luta e de grupo de pressão, típicos da subversão comunista.

Por tudo isso, começamos comunicando a existência de nossa aglutinação às Forças Armadas, daqui estendemo-la a todo povo pernambucano e a todo Brasil. Dissemos, agora, dos nossos anseios, mas temos um sentido de esperança falamos das nossas inquietudes, mas informamos a nossa mobilização. Iniciamos a ação; pretendemos fazê-la obedientes à nossa sensibilidade feminina e no que for mais próprio à nossa função no equilíbrio social, mas, se for preciso restabelecer esse equilíbrio saberemos como chegar até lá.

Panfletos Estudantis

I

Universitários Pernambucanos

O golpe militar de 1º. de abril implantou a ditadura das forças imperialistas e latifundiárias, colocando-se em sentido contrário, objetivamente, à reestruturação social e econômica na sociedade brasileira.

As nossas conquistas sociais, conseguidas através de longas lutas e sucessivas vitórias, fez despertar a maioria do povo para a necessidade de realização de reformas de base, e de luta por um governo essencialmente popular, ao mesmo tempo em que provocava a união dos setores políticos reacionários, se forjando um esquema armado para a derrubada do governo Goulart. Com o golpe, foram destruídas as nossas conquistas nacionalistas; e agora, nos impede de avançar PACIFICAMENTE.

A quartelada hoje lança suas garras contra o movimento estudantil, porque conhece suas lutas, que se ligam diretamente com as do povo, e porque sabe a sua intervenção no recesso revolucionário brasileiro. A UNE, juntamente com as entidades universitárias estaduais sofreram intervenção. Em Pernambuco, a UEP foi invadida ostensivamente pelas tropas do IV Exército, impedindo a realização de eleições para escolha de nova diretoria. Mais tarde os gorilas fardados empossaram um gorilinha estudantil como interventor, barrando assim toda uma forma legal de luta. As escolas se encontram em péssimo estado de funcionamento, originando inumeráveis perdas para a cultura brasileira. O terror

está generalizado. Professores são alijados da vida universitária e estudantes estão ameaçados constantemente de sofrerem repressão.

A despeito do terror atual, a nossa luta, amadurecida através de um longo passado, continua. E continua enriquecida pela experiência do momento.

Devemos nos mobilizar e lutar contra o terror estudantil, contra as deficiências de ensino nas escolas, a favor de eleições livres e pelas liberdades democráticas. Perdemos a nossa organização legal, e agora devemos passar para a clandestina.

Organizemo-nos em grupos de cinco, realizemos um programa de luta, e tracemos uma posição tática diante dela, ligando-se aos outros grupos formados. A organização das massas é fator decisivo na luta contra a ditadura fascista. E a organização estudantil é a necessidade atual.

TUDO POR ELEIÇÕES LIVRES !

ABAIXO O TERROR CULTURAL!

ABAIXO A GORILADA!

AVANTE A ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL!

ALIANÇA REVOLUCIONÁRIA ESTUDANTIL

(A R E)³⁹⁰

13/11/1964.

³⁹⁰ *Prontuário do Movimento Estudantil*, Fundo SSP/DOPS APEJE , nº. 7458.

II.

A CONTINUAÇÃO DA NOSSA LUTA

Ante os últimos acontecimentos, algumas reflexões e posições fazem-se necessárias:

- 1) A nossa manifestação de protesto contra as arbitrariedades policiais, o terrorismo cultural e a lei Suplicy; de solidariedade aos nossos colegas do sul em luta por não pagamento de anuidades e contra a ditadura; e pela libertação de Aécio, foi realizada e o povo cientificado dos nossos objetivos justos e claros.
- 2) A repressão policial demonstrou claramente o regime de força em que vivemos.
- 3) O movimento universitário em luta por uma democracia autêntica e popular só será eficaz na medida em que lutamos com o povo.
- 4) A necessidade de uma entidade estadual autenticamente livre que nos represente e coordene de fato.
- 5) O diálogo diante das armas é impossível. Inconcebível dialogar com tiranos. Não podemos dialogar diante da repressão policial.
- 6) Só um protesto tenaz e corajoso terá vez nesta hora de decisão: GREVE GERAL até segunda ordem. Esta é a decisão da UNE.
- 7) As nossas reivindicações são justas e verdadeiramente condizentes com os anseios do povo: ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS PARA A UEP; A REVOGAÇÃO DA LEI SUPPLY; ENSINO GRATUITO; LIBERTAÇÃO DE NOSSOS COLEGAS E ANISTIA GERAL; LIBERDADE SINDICAL; E POR UM GOVERNO EM QUE O POVO TENHA O PODER DE DECISÃO E LIVRE DA INTERVENÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO. ³⁹¹

³⁹¹ Documento sem data, podendo ser datado de setembro de 1966. *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122.

III.

COLEGA:

O vestibular se aproxima e com ele chegam ao auge as dificuldades que você vem de há muito enfrentando para conseguir ingressar na Universidade.

O vestibular significa uma barreira no seu caminho numa tentativa de a qualquer preço limitar o acesso à Universidade a uma elite cada vez mais restritiva. Por isso não é apenas o conjunto de provas a que se tem que comparecer, mas dura e implacável batalha contra os que se pretendem “donos do saber”.

Evidentemente não poderia ser de outra forma, já que o vestibular nada mais é do que uma justificativa, ou seja uma “solução” encontrada pelos “técnicos educacionais” que utilizando métodos os mais variados como contagem dos pontos negativos, e atualmente com processos mais modernos como o de queimar provas, deixam bem claro o interesse existente de que a Universidade se torne cada vez mais fechada ao povo.

Nos dias atuais quando o domínio dos grupos imperialistas encontra-se sobre países subdesenvolvidos (América Latina, Ásia e África) através da dominação econômica, é evidente que o setor educacional seja um reflexo dessa política de agressão aos nossos mais legítimos interesses de nação independente. O nosso ensino nada mais é do que um reflexo da situação de dominação e exploração em que vivemos.

Daí, porque a importância da participação política do estudante, pois à medida que o mesmo participa, ele demonstra que tem realmente consciência de seu papel, ou seja, de sua posição privilegiada de estudante dentro de um país subdesenvolvido como o nosso, cujo governo está nas mãos daqueles cujo objetivo é servir cada vez melhor a interesses alheios à nossa pátria.

A luta do estudante é um imperativo ao qual nenhum jovem consciente pode se esquivar, pois sendo ele uma minoria intelectualizada, é a que tem mais

condições de tomar conhecimento de toda exploração e conseqüentemente de toda dominação de que é vítima o povo brasileiro.

Por essa razão colega, o trote é uma forma de expressar o seu protesto.

TODOS UNIDOS, VETERANOS E FERAS, NA ORGANIZAÇÃO DE
UM TROTE SÉRIO, POLÍTICO E DE PROTESTO !

TODOS UNIDOS ! ³⁹²

³⁹² Documento sem data, podendo ser datado de janeiro de 1968. *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE, nº. 6122.

IV.

COLEGA DA RURAL

Lê esta nota, medita sobre suas palavras, passa adiante. Lembra que, segundo Aristóteles, “as tiranias são os mais fracos dos governos.” Abandona a passividade. Não esqueça que vários colegas teus foram expulsos da Universidade, que a ditadura passo a passo violenta os direitos estudantis, aproveitando a sua inércia, forjando sobre o medo a Universidade paga. É indispensável descruzar os braços. Quanto mais os estudantes recuam mais a ditadura usurpa os seus direitos, avança nos seus desígnios. Recorda que em 1968, graças à luta, tivemos um restaurante a preços simbólicos, obrigamos alguns professores incapazes a revisar seu ensino sob ameaça de substituição. A denúncia pública das imoralidades ocorridas na cúpula universitária da Rural fizeram tremer os corruptos. Hoje a ditadura encobre as imoralidades com o manto protetor do silêncio. Fecha os diretórios, expulsa estudantes. Incapazes como [nome], corruptos como [nome], denunciam os colegas Valmir Costa (ex-presidente do DAV- 67/68) e José Moura (presidente do DCE) lançando torpes calúnias contra os mesmos que foram condenados a dois anos de prisão. Ontem os corruptos tremiam, os incapazes assustavam-se ante a nossa força. Hoje encontrando os estudantes atemorizados a ditadura esmaga os direitos estudantis transformando a Universidade no reino da incompetência e da corrupção. Expulsando os líderes a ditadura visa “limpar” o terreno para implantar a Universidade paga. Sabemos que o restaurante da Federal aumentará ainda este ano para NCR\$ 1,20. Perguntamos, será que a rural não seguirá o mesmo caminho? É evidente. Contando com a passividade estudantil o governo pouco a pouco implantará o ensino pago impedindo muitos de estudarem. É urgente descruzar os braços, reagir é o único caminho. Por maior que seja a repressão ela nunca pode abalar uma coletividade unida e disposta.

Para dirigir a luta pelos direitos estudantis criamos o DCE livre que orientará os estudantes, desmascarará os traidores, denunciará os corruptos. O DCE livre continuará nossa tradição de luta. Seu êxito dependerá do apoio que receber dos estudantes. Ele funcionará até que consigamos formar um DCE legal, fruto de eleições livres, diretas.

TODOS À LUTA !

VIVA O DCE LIVRE !

ABAIXO OS TRAIADORES, CÊLO AOS INTERVENTORES !

TUDO PELO ENSINO GRATUITO ! ³⁹³

³⁹³ Documento sem data podendo ser datado de 1969. *Prontuário de Panfletos*, Fundo SSP/DOPS APEJE nº. 6122.



Impedidos de sair em passeata, universitários improvisaram comício no pátio da UCP, em 16/09/1966.

Fonte: DP, 17/09/1966, p.5.



Estudantes improvisaram comício no interior da Matriz de Santo Antônio.

Fonte: DP, 24/09/1966, 1ªp.



Policiais retiraram os universitários da Matriz de Santo Antônio com violência.

Fonte: DP, 24/09/1966, 1ªp.



Estudantes saindo do Palácio Joaquim Nabuco, após o comício do dia 19/05/1967.

Fonte: DP, 20/05/1967, 1ªp.



Após a realização de um comício no interior da Assembléia Legislativa, no dia 19/05/1967, os estudantes deixaram o palácio sob o olhar dos policiais.

Fonte: DP, 20/05/1967, 1ª p.



Ao registrar o espancamento deste rapaz durante o trote estudantil realizado em 25/01/1968, o fotógrafo Edvaldo Rodrigues dos Santos, do Diário de Pernambuco, foi agredido fisicamente.

Fonte: DP, 26/01/1968, p.3.



Polícia investe contra os estudantes que deixavam a Igreja após a Missa de Sétimo Dia de Edson Luís, realizada em 04/04/1968, no Recife.

Fonte: DP,05/04/1968, p. 07.



Assembléia de estudantes na Universidade Rural.

Fonte: DP, 16/04/1968,p.3.



Estudantes seqüestram cabo da polícia por estar assistindo a assembléia que realizavam na Universidade Católica, em 15/10/1968.

Fonte, DP, 16/10/1968, 1ª p.



Integrantes do CCC invadiram o Diretório da Faculdade de Filosofia do Recife e destruíram o local, na madrugada de 23/10/1968.

Fonte: DP, 24/10/1968, 1ªp.



Ataque de membros do CCC à Escola de Engenharia, na noite de 23/10/1968.

Fonte: DP, 24/10/1968, p.8.



Para evitar repressão estudantes realizaram passeata de surpresa, no centro do Recife, em 24/10/1968, exigindo a libertação de colegas presos.

Fonte: DP, 25/10/1968, 1ª p.